

Veículo: Site Bahia Notícias	Online
Data: 11/03/2020	Caderno: Notícias



Quinta, 11 de Março de 2021 - 17:40

### ***Sindicombustíveis critica 'reajuste' do ICMS e Sefaz-BA rebate que alíquotas não mudaram***



O Sindicombustíveis, que representa os donos de postos de gasolina na Bahia, realizou uma crítica, nesta quinta-feira (11), ao que seria o terceiro reajuste do ICMS em um período de 40 dias. Em nota divulgada à imprensa, o presidente do sindicato, Walter Tannus Freitas, pediu que a política tributária sobre combustíveis no estado seja revista.

“Estamos vivendo em uma pandemia e uma grave crise econômica. Como todos esses aumentos, todos saem perdendo: a sociedade que vai pagar mais caro pelos combustíveis e outros produtos e serviços; o Estado, que tem uma queda na arrecadação, provocada pela drástica redução do consumo, além dos funcionários com a redução dos postos de trabalho e o empresário, que cada dia vende menos”, comentou Tannus.

Segundo o Sindicombustíveis, o imposto estadual da gasolina e do etanol aumentou nos dias 1º de fevereiro e 1º de março, sendo que o da gasolina voltou a ser reajustado pelo governo do estado na terça-feira (9).

“Com o aumento da base de cálculo do ICMS dos combustíveis, o custo da carga tributária do imposto estadual no litro da gasolina passa de R\$ 1,2430, valor praticado no início do ano, para R\$ 1,6340. No diesel S 500 passa de \$ 0,6050 para R\$ 0,6950 e o diesel S 10 de R\$ 0,6140 para R\$ 0,7040”, explicou o sindicato.

Em resposta, a Secretaria Estadual da Fazenda (Sefaz-BA) negou o aumento da alíquota do ICMS, afirmando que ela continua a mesma dos últimos anos. A pasta também aproveitou para contestar o aumento do preço do óleo diesel na Bahia, mesmo com a desoneração dos impostos federais sobre o combustível.

“É preciso que o Sindicombustíveis explique o que aconteceu com os preços do óleo diesel a partir da desoneração de impostos federais sobre este combustível, promovida pela União como forma de compensar os aumentos nas refinarias. Mesmo com esta medida, os preços continuaram aumentando”, criticou a Sefaz.

“As alegações do Sindicato não procedem no que toca ao valor de referência para a cobrança do ICMS de combustíveis, já que este meramente adequa a cobrança do imposto aos valores reais de mercado. As alíquotas do ICMS para os combustíveis continuam as mesmas na Bahia nos últimos anos”, continuou a pasta estadual.

A Sefaz ressaltou ainda que está atenta na defesa dos interesses do consumidor, combatendo irregularidades relacionadas principalmente à qualidade e à quantidade dos combustíveis comercializados na Bahia. “Além do problema de qualidade relacionado à procedência de produtos sem nota, a prática constitui sonegação e as autuações já somam R\$ 123 milhões, alcançando 100 postos com irregularidades detectadas”, finalizou.

Veículo: bahia.ba	
Data: 11/03/2021	Caderno: Economia



## ECONOMIA

Publicado em 11/03/2021 às 17h03.

# Secretaria da Fazenda cobra dos postos impactos da isenção de tributos no óleo diesel

*Em nota, pasta contesta críticas ao valor de referência do ICMS; 'meramente adequada a cobrança do imposto aos valores reais de mercado'*



A Secretaria da Fazenda rebateu, em nota, às críticas do Sindicombustíveis quanto à cobrança do ICMS sobre o produto na Bahia. De acordo com a entidade, o valor de venda presumido do combustível sofreu **três reajustes desde 1º de fevereiro**. “As alegações do Sindicato não procedem no que toca ao valor de referência para a cobrança do ICMS de combustíveis, já que este meramente adéqua a cobrança do imposto aos valores reais de mercado. As alíquotas do ICMS para os combustíveis continuam as mesmas na Bahia nos últimos anos”, declarou a Sefaz-BA, em nota.

No pronunciamento, o órgão estadual ressaltou que “é preciso que o Sindicombustíveis explique o que aconteceu com os preços do óleo diesel a partir da **desoneração de impostos federais** sobre este combustível, promovida pela União como forma de compensar os aumentos nas refinarias”. Em fevereiro, o governo federal zerou o PIS e Cofins dos combustíveis, medida que vale até o final de abril. Continua sendo cobradas estas contribuições sobre o biodiesel que

integra a mistura desde combustível (13%). “Mesmo com esta medida, os preços continuaram aumentando”, frisa a secretaria.

O superintendente de Administração Tributária da Secretaria da Fazenda do Estado (Sefaz-Ba), José Luiz Souza, relatou, na mesma nota, que a defesa dos interesses do consumidor e o combate a irregularidades relacionadas principalmente à qualidade e à quantidade dos combustíveis comercializados na Bahia vêm sendo objeto da Operação Posto Legal. José Luiz Souza informou que uma das ações desta operação – o cruzamento entre informações fiscais enviadas pelos postos à Sefaz-Ba e os registros de vendas destes estabelecimentos – “vem permitindo ao fisco baiano identificar diferenças entre os estoques registrados e os totais comercializados, encontrando indícios de que o estabelecimento adquiriu combustíveis sem nota fiscal”.

Veículo: Tribuna da Bahia	Caderno: Dia & Noite
Data: 12/03/2021	Página: 08

# Tribuna

---

## ANTÔNIO JOSÉ LARANGEIRA

---

### Gasolina

O presidente do Sindcombustíveis-Bahia, Walter Tannus Freitas afirmou à mídia feirense, de que o Governo do Estado leva R\$ 1,74 em cada litro de gasolina vendido. Essa arrecadação é sobre o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS). O litro de gasolina foi recentemente para o preço aproximado de R\$ 6,00.

Veículo: A Tarde	Caderno: Tempo Presente
Data: 12/03/2021	Página: A2
Assunto: Secretários debatem benefício ao agro – convênio <b>ICMS</b> .	

## Secretários debatem benefício ao agro

A renovação do Convênio ICMS 100 até 31 de dezembro de 2023 será decidida hoje em reunião do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz), reunindo os 27 secretários da Fazenda dos estados e do Distrito Federal.

A alta nos custos de produção dos negócios agrícolas vai bater em 12%, com inevitável rebote no preço para o consumidor do mercado interno, caso o benefício não seja prorrogado, como reivindicam os produtores.

O impacto na inflação dos preços de alimentos baterá em 8,5%, segundo estimativa divulgada pela Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), ao mobilizar recursos a favor de manter o apoio tributário.

– A renovação é uma necessidade, tanto para que os produtores possam ter seus custos em patamares competitivos, quanto para a economia nacional, pois uma menor produção afetará a balança comercial brasileira – afirmou o coordenador do Núcleo Econômico da CNA, Renato Conchon.

O convênio isenta de tributos as operações internas e reduz a base de cálculo do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) na comercialização interestadual de insumos agropecuários, mas pode terminar no dia 31 de março.

De acordo com estudo desenvolvido por economistas contratados pela CNA, se o convênio for extinto, o produtor terá de desembolsar R\$ 1,3 mil a mais por hectare para o cultivo da laranja, representando uma alta de 8%.

Já o arroz terá aumento de R\$ 425; o feijão, R\$ 458, com alta de 12%, assim como a soja; e a banana, R\$ 1,5 mil, todos os valores relativos a um hectare, sinalizando risco inflacionário, com repasse ao consumidor, para não haver perda no faturamento e lucro.

Veículo: Gov Bahia	
Data: 11/03/2021	



## Contribuintes do Estado da Bahia já podem impugnar dívidas de IPVA de forma eletrônica

11 março 2021



Foto: Camila Souza/GOVBA

Contribuintes do Estado da Bahia que possuem dívidas de IPVA inscritas em Dívida Ativa e que, por algum motivo, desejam impugná-las já podem fazer isso por meio de um requerimento eletrônico, através do site da Procuradoria Geral do Estado (PGE). O serviço foi disponibilizado esta semana pela PGE com o objetivo facilitar a vida do cidadão, tornando dispensável a ida à sede do órgão para resolver a questão. A nova ferramenta torna ainda o processo mais célere, uma vez que o mesmo tramitará integralmente de forma eletrônica.

Para preencher o requerimento eletrônico, o contribuinte deve acessar o SAC Digital ou o web service da PGE no [site da Procuradoria](#), clicar em Consultar Situação, digitar o CPF e/ou o RENAVAM do veículo. Em seguida, ainda na página de consulta, ele irá selecionar o respectivo débito e efetuar o requerimento para contestação, gerando automaticamente um processo administrativo, que irá diretamente para o setor responsável para ser analisado. Sendo acatada a contestação, as providências cabíveis serão adotadas, ou seja, a resolução do problema será feita toda por via eletrônica.

O novo serviço permite, inclusive, que o devedor acompanhe todo o andamento do processo e seus desdobramentos. “Nossa ideia é fazer com que o cidadão possa resolver a questão na comodidade da sua casa, sem ter que se dirigir à PGE ou Sefaz, a não ser que a situação demande alguma providência que foge da competência da Procuradoria”, afirmou o procurador do Estado Bruno Costa.

O procurador pontuou ainda que a PGE tem se empenhado para disponibilizar serviços e informações sobre IPVA a população utilizando a comodidade do SAC Digital e ferramentas eletrônicas, agilizando, desta forma, sua prestação de serviços. Também de acordo com Bruno Costa, a PGE irá disponibilizar, em breve, para o contribuinte a carta de anuência eletrônica.

**Fonte: Ascom/PGE**

# SALVADOR

salvador@grupootarde.com.br

REGIÃO METROPOLITANA

**NA CAPITAL Idosos com 76 anos  
começam a ser imunizados hoje**

www.atarde.com.br

## COVID-19 Governador Rui Costa usou rede social ontem à noite para anunciar que assina hoje contrato com fornecedores Bahia vai adquirir vacina russa 'Sputnik V'

RAUL AGUILAR

O governador da Bahia, Rui Costa (PT), usou uma rede social, na noite de ontem, para anunciar que vai assinar, hoje, o contrato com o Fundo Soberano Russo para realizar a compra de lotes da vacina Sputnik V.

"Tudo pronto para assinar nesta sexta-feira, dia 12 de março, o contrato do Governo do Estado da Bahia com o Fundo Soberano Russo para compra de 6 milhões de doses da vacina Sputnik V. Se tudo der certo, teremos mais vacinas em nosso estado para acelerar a imunização de baianos e baianas. Vacina salva vidas! É assim que venceremos a guerra contra o coronavírus", afirmou.

A decisão ocorre após Jair Bolsonaro (sem partido) sancionar, anteontem, o PL do senador Rodrigo Pacheco (DEM-MG) que permite aos estados, Distrito Federal e municípios poder comprar de forma direta imunizantes, desde que assumam a responsabilidade civil por eventuais efeitos adversos provocados pelas vacinas, que devem ter antes registro emergencial da Anvisa.

Ontem, o presidente da República voltou a criticar, durante participação no 1º Encontro da Frente Parlamentar das Pequenas e Médias Empresas, em Brasília, o lockdown e as medidas de segurança sanitária adotadas por estados e municípios, que acabam por impactar o funcionamento do comércio e das atividades econômicas.

Bolsonaro disse que os governadores e prefeitos estão "destruindo" a economia do país: "Até quando? Até quando nossa economia vai resistir? Se colapsar, vai ser uma desgraça. O que poderemos ter brevemente? Invasão a supermercado, fogo em ônibus, greves, piquetes, paralisações. Onde vamos chegar?"

OmédicoelíderdoPSDno Senado Federal, Otto Alencar, afirma que o colapso no sistema de saúde é resultado direto do descaso do Ministério da Saúde na compra do imunizante. "O colapso existe porque não tem vacina. O Pazuella não tem como fornecer por não ter assinado os protocolos na época correta. Eu chamei a aten-

ção disso em 25 maio de 2020, indiquei para que o governo federal assinasse os protocolos de intenção e os convênios de cooperação, e fizesse aporte de recursos nos laboratórios Pfizer, Sinovac; como fez João Doria, que aportou recurso para receber o IFA e está fazendo vacina. O governo achou que a hidroxicloroquina resolvia, que haveria imunização de rebanho e agora estamos vivenciando o desastre das mortes, da escassez de insumos e dos profissionais de saúde trabalhando no limite", desabafou Alencar.

O deputado federal Jorge Solla (PT), que também é médico, sinaliza que o colapso na saúde é nacional. "Nos últimos dias, os pacientes de Covid, ao invés de irem para Salvador, estão sendo levados para Itaberaba, Irecê, justamente pela capital não estar tendo leitos disponíveis para absorver a demanda crescente". Ele também criticou o presidente Jair Bolsonaro (sem partido) por incitar "convulsões sociais e atos irresponsáveis" contra medidas de segurança.

Salvador

O secretário de Saúde de Salvador, Leo Prates, anunciou que o colapso no sistema de Saúde da capital poderá ocorrer nas primeiras horas de hoje. A frase foi proferida durante uma entrevista a um telejornal da Rede Globo, ontem.

"A situação é desesperadora, caso não consigamos abrir novas vagas, ou tenhamos um grande número de altas na rede hospitalar própria, nós vamos colapsar amanhã nas primeiras horas do dia", disse Prates.

O prefeito Bruno Reis (DEM), durante coletiva virtual na manhã de ontem, em sintonia com o discurso de seu secretário de Saúde, admitiu que o que está evitando o colapso é a abertura de novos leitos e as ações que estão sendo realizadas para ampliar o atendimento, a exemplo da medida adotada ontem, de autorizar o funcionamento 24h da UBS do bairro de Pirajá. "O que está permitindo evitar o colapso? Abertura novos leitos, essas manobras como esta de estar transformando unidade básica em unidade Covid-19", falou o prefeito.



Tomaz Silva / Agência Brasil / 23.1.2021

Acordo do governo do estado com Fundo Soberano Russo é para compra de 6 milhões de doses do imunizante

## Prefeitura retoma negociações

No dia em que a capital baiana bateu novo recorde de pacientes aguardando regulação, com 129 pessoas esperando para iniciar o tratamento contra a Covid-19, o prefeito Bruno Reis sinalizou, na manhã de ontem, que retomou as negociações para adquirir vacinas diretamente dos fabricantes.

Segundo o gestor, a ação é possível porque o governo federal sancionou o Projeto de Lei 534/2021 que autoriza estados e municípios a fazerem a negociação direta com os fornecedores.

De acordo com o chefe do executivo municipal, logo após a decisão, ele entrou em contato com os representantes da vacina de Oxford no Brasil, tratando do interesse de Salvador em adquirir doses da vacina. Além disso, existe a expectativa pela negociação de vacinas pelo consórcio formado por

prefeitos, que também deve facilitar a compra.

"O consórcio será instalado em 22 de março. Até lá, as conversas estão ocorrendo, estou conversando com fornecedores para compra direta, e, depois, se eles tiverem doses, negociar com o consórcio. No caso da Moderna, por exemplo, havia a exigência de vender 6 milhões de doses de uma vez. Salvador não tem condições de comprar sozinha as 6 milhões de doses, mas se outros prefeitos do consórcio puderem adquirir essas doses essa negociação pode ocorrer", disse, durante a entrada do Ponto de Atenção às Urgências em Pirajá.

Na opinião do prefeito, o consórcio facilitará a compra dos imunizantes porque possibilita a negociação de uma maior quantidade de doses. Para ele, é mais fácil os fabricantes optarem por

negociar 10 ou 15 milhões de doses para diversos municípios do que negociar uma quantidade reduzida.

O gestor municipal também sinalizou que, o processo de imunização em curso na capital deverá contar com a inclusão de novos públicos, no entanto, Bruno não sinalizou quais serão. Segundo ele, até o momento cerca de 6% dos soteropolitanos já foram imunizados contra o novo coronavírus.

**"Estou conversando com fornecedores para compra"**

BRUNO REIS, prefeito de Salvador

"Vamos adotar estratégias para evitar aglomerações, filas. Estamos ampliando a oferta cada vez mais, mas ficamos dependendo de novas doses. Na medida em que forem chegando, vamos anunciando", afirmou.

Comércio

Com relação ao setor comercial, o prefeito Bruno Reis disse que o retorno das atividades ocorrerá quando for possível. No entanto, o gestor explicou que quando isso ocorrer, o funcionamento das atividades será de forma escalonada. Segundo ele, haverá uma separação por setores, inclusive, em função do transporte público.

"Quando tivermos a possibilidade de abertura, vamos retornar com horários escalonados", disse.

BRUNO BRITO, SOB A SUPERVISÃO DA JORNALISTA HILCÉLIA FALCÃO

## Especialistas questionam estudo que recomenda uso de ivermectina

Presente em kits de "tratamento precoce" distribuídos por municípios em todo o país e defendida por apoiadores do presidente Jair Bolsonaro para combater a Covid-19 mesmo sem comprovação de sua eficácia, a ivermectina tem sido utilizada pelo infectologista Roberto Badaró, diretor médico do Hospital Espanhol.

Badaró também integrou a equipe responsável pela assistência ao secretário da Saúde do Estado, Fábio Vilas-Boas, quando este esteve internado no Hospital Aliança para tratamento da doença. Em publicação no Twitter, na última segunda-feira, Vilas-Boas escreveu: "É preciso bater nessa tecla: não existe tratamento preventivo para Covid-19. Nem vitaminas (C, D), nem minerais (zinco), nem ivermectina. Quem embarcar nessa canoa furada vai afundar. E levar junto consigo os que foram enganados". Segundo Badaró, uma

"meta-análise considerada de forte evidência científica", publicada recentemente, apontaria sucesso no uso da ivermectina no tratamento da Covid-19. "Existe um grupo de cientistas que analisam constantemente o papel da ivermectina no tratamento da Covid. Este site publicou em 6 de março essa meta-análise, que diz que 100% dos 44 estudos até o momento relatam efeitos positivos", afirmou em entrevista à Rádio Metrôpole. "Mostrou uma redução de 82% na progressão da infecção. Com o uso profilático, que tenho minhas restrições, melhora em 89%. Está lá. O resultado de mortalidade se mostra 75% menor do que entre aqueles que não fizeram [uso], ou que tiveram atraso no tratamento", acrescentou.

Outros especialistas e entidades, incluindo a fabricante da ivermectina, reafirmam que não há evidências da eficácia do medicamento

para tratar a Covid-19. Para o infectologista Carlos Brites, não há nenhum dado consistente que mostre benefícios na utilização da droga nesses casos. "Esse estudo que está circulando tem alguns erros grosseiros. Não é uma meta-análise clássica, nem foi publicada. Há uma inconsistência metodológica nesse pseudo-artigo, que não resiste a uma análise mínima", diz Brites.

A Rede Covida aponta que, segundo um estudo in vitro, "os níveis de ivermectina necessários para garantir um efeito significativo contra o Sars-CoV-2 são potencialmente tóxicos". O infectologista Fábio Amorim conta que utiliza o vermífugo para alguns pacientes com Covid-19, mas nega relação com os ditos "protocolos" que têm circulado. "A ivermectina pode ser usada no sexto ou sétimo dia. Funciona como profilaxia".

RODRIGO AGUIAR

## Vacinação dos profissionais de saúde autônomos termina hoje

Está prevista para terminar hoje a vacinação dos profissionais de saúde que atuam como autônomos em Salvador. A imunização iniciada ontem, pela prefeitura, planeja finalizar a aplicação da primeira dose no restante dos médicos que, em sua maioria, já receberam o imunizante.

Conforme informações da assessoria de imprensa da Secretaria Municipal de Saúde (SMS), uma lista com o nome de 14.170 profissionais, entre médicos, fisioterapeutas, odontólogos, enfermeiros, técnicos de saúde bucal, técnico e auxiliar de enfermagem, doulas e cuidadores foi entregue ao órgão pelo Conselho Regional de Medicina do Estado da Bahia (Cremeb), onde, desse total, 9.023 já tinham sido vacinados.

Apesar de ser incerta a quantidade de médicos autônomos que atuam na capital baiana, a SMS informa que restam, no máximo, cin-

co mil profissionais, e as doses disponíveis são suficientes para finalizar o processo, previsto para acabar hoje.

A coordenadora de controle de doenças da SMS, Doiane Lemos, afirmou que a secretaria está muito atenta a este processo de vacinação dos médicos autônomos, devido ao número incerto desses profissionais, além de alguns já estarem vacinados. "Avaliamos a vacinação a todo o momento, pois sabemos que muitos médicos autônomos que estão na ativa, pela dinâmica de atuar em mais de um serviço, podem já ter sido vacinados", explicou.

Postos de vacinação

Os postos de vacinação para os profissionais de saúde estão localizados nas sedes do Cremeb e Associação Baiana de Medicina (ABM), Faculdade Baiana de Medicina (Brotas) e Universidade Católica (Pituaçu). Para receber a dose, além de um docu-

mento de identificação, o profissional deve apresentar algum comprovante de que está exercendo a profissão de forma autônoma, como cópia da última declaração do Imposto de Renda, comprovante atualizado de pagamento do ISS, ou contrato Pessoa Jurídica, por exemplo. É requisito também ter o nome cadastrado no site www.saude.salvador.ba.gov.br, que ainda está sendo atualizado.

O médico psiquiatra Hélder Targino Pereira, que foi vacinado no posto da Faculdade Bahiana de Medicina e está com seu consultório fechado há quase um ano, contou sobre a importância da vacinação desses profissionais. "Nós não tínhamos cobertura, eu trabalhava três turnos, para você ter uma ideia de que não era pouca gente que eu atendia".

GABRIEL GALINDO, SOB A SUPERVISÃO DA JORNALISTA HILCÉLIA FALCÃO



# ECONOMIA & NEGÓCIOS

**CÂMBIO Dólar cai para R\$ 5,54 e fecha no menor nível em duas semanas**

www.atarde.com.br/economia

**INFRAESTRUTURA** A companhia encaminhou ontem um novo ofício com a solicitação à ANTT

## Ferrovias Centro-Atlântica: CBPM reforça pedido de nova concessão

**DA REDAÇÃO**

A Companhia Baiana de Pesquisa Mineral (CBPM) reiterateu, na tarde de ontem, em documento enviado à Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), as solicitações feitas durante audiência pública sobre a renovação de concessão da Ferrovia Centro-Atlântica (FCA) à empresa VLI.

sa concessão traz para o nosso estado. Precisamos saber por que se transportavam combustíveis pela FCA no passado e hoje não mais, por que o trecho que alimenta o Porto de Aratu foi desmanchado. Essa concessão precisa ser feita para desenvolver o modal, não para travar", diz Tramm.

### Consulta pública

Administrada pela VLI desde 1996, a FCA foi objeto de uma consulta pública, realizada pela ANTT no início de fevereiro. A agência deve decidir nos próximos meses se renova a concessão da ferrovia por mais 30 anos.

Desde então, se uniram à CBPM as federações baianas do Comércio (Fecomércio), Indústrias (Fieb) e da Agricultura e Pecuária (Faeb). As entidades enviaram ofícios à ANTT em que defendem ser necessária uma discussão mais aprofundada sobre a situação atual da linha férrea, considerando não apenas a demanda atual de carga ferroviária como o seu



Roberto Viana / Juceb / 27.11.2018

Tramm diz que é preciso saber o que a VLI fez e vai fazer pelos trechos baianos

potencial futuro.

Para o governo do estado, duas situações urgem como prioritárias: uma é a construção da variante de 22 quilômetros ligando o Polo Industrial de Camaçari ao Porto de Aratu; a outra é o contorno das cidades de Cachoeira e São Félix, com 17 quilômetros de extensão para evitar o tráfego pela Ponte D. Pedro II, que há 150 anos liga a área central das duas cidades.

Reuniões entre governo baiano e VLI não têm sido produtivas. Desde fevereiro, VLI, CBPM e as secretarias de Desenvolvimento Econômico e de Infraestrutura do governo baiano se reuniram ao menos três vezes para discutir o assunto e caíram no mesmo impasse.

A concessionária promete investir R\$ 3 bilhões no estado durante os próximos 30 anos, que seriam utilizados na manutenção da malha e na reforma de uma oficina mecânica, mas não diz exatamente quando e nem como o dinheiro será utilizado.

Os baianos rebatem que o investimento é muito baixo, genérico e sem impacto efetivo. Em seguida pedem que a VLI monte um plano de ação para deixar o modal mais competitivo e resolver entraves como a ponte entre Cachoeira e São Félix e a falta de acesso ao Porto de Aratu.

### COMÉRCIO

## Supermercados registraram alta de 12% nas vendas em janeiro

**DANIEL MELLO**  
Agência Brasil, São Paulo

Os supermercados registraram alta de 12% nas vendas de janeiro em comparação com o mesmo mês de 2020, segundo balanço divulgado ontem pela Associação Brasileira de Supermercados (Abrás).

Para o vice-presidente administrativo da entidade, Márcio Milan, com as restrições impostas a outros setores do comércio devido à pandemia da Covid-19, os supermercados acabam suprindo as necessidades dos consumidores, o que impulsiona as vendas.

"Com as restrições de funcionamento de muitos esta-

belecimentos pelo Brasil, o setor, por ser essencial, foi uma opção na compra de diversos itens", enfatizou Milan.

Nas vendas para a Páscoa, a associação espera um crescimento de até 15% em relação ao ano passado. De acordo com Milan, em 2021 os supermercados estão mais preparados para lidar com a pandemia, especialmente na logística de vendas pela internet.

"Em 2020 fomos pegos de surpresa com a chegada da pandemia e do isolamento social bem próximos da Páscoa. Este ano o setor se preparou para as vendas em período mais remoto, e conta ainda com uma força maior

do e-commerce, que ganhou mais clientes durante a pandemia", ressaltou.

Os supermercados acreditam em boas vendas principalmente dos chocolates com menor valor agregado, como as caixas de bombons, que, segundo as expectativas do setor, devem ter uma alta de 12,9% nas vendas deste ano. Para as barras e tabletes de chocolate é esperada alta de 11,8% na comercialização em comparação à Páscoa de 2020, e em relação aos ovos de chocolate de até 200 gramas, é prevista uma alta de 9,4%. Neste ano, a Abrás estima que as vendas devem ser 4,5% maiores do que ao longo de 2020.

### ENTREGA

## Cade proíbe que iFood faça contratos de exclusividade

**JONAS VALENTE**  
Agência Brasil, Brasília

O Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) proibiu a plataforma de entrega de alimentos e refeições iFood de celebrar novos contratos de exclusividade com restaurantes. A decisão foi tomada como uma medida preventiva pela Superintendência Geral enquanto analisa denúncias de medidas anticompetitivas pela companhia. A medida também veda que a empresa altere contratos já firmados para incluir uma cláusula de exclusividade.

A decisão do Cade ocorreu em processo aberto a partir da reclamação de outra pla-

taforma de entrega de alimentação, Rappi. Segundo a companhia, o iFood usa sua condição dominante de mercado para dificultar a atuação de concorrentes.

A principal estratégia empregada pelo iFood para impor obstáculos a outras plataformas de entrega seria justamente a celebração de contratos com cláusulas de exclusividade com restaurantes e outros estabelecimentos, como lanchonetes.

A plataforma Uber Eats também contribuiu no processo, reforçando as reclamações do Rappi.

A reportagem entrou em contato com o iFood, mas não obteve retorno até o fechamento da edição

### PRESIDÊNCIA

## Petrobras analisa em abril indicação de Joaquim Luna

**VITOR ABDALA**  
Agência Brasil, Rio de Janeiro

A Petrobras convocou Assembleia geral extraordinária para a eleição dos membros do conselho de administração da empresa para o dia 12 de abril. A reunião será feita de forma digital. A assembleia também analisará o nome do general Joaquim Silva e Luna, indicado pelo governo federal para substituir Roberto Castello Branco na presidência da empresa, e elegerá um novo presidente para o conselho. O conselho de administração da Petrobras tem 11 membros.

AMPLIAÇÕES E MELHORIAS NA REDE ELÉTRICA

## INFORMAMOS QUE HAVERÁ INTERRUÇÃO NO FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA NAS LOCALIDADES ABAIXO, PARA QUE SEJAM REALIZADOS SERVIÇOS DE AMPLIAÇÃO E MELHORIAS NA REDE ELÉTRICA:



### SALVADOR E REGIÃO METROPOLITANA

17/03/2021 QUARTA-FEIRA  
MATA DE SÃO JOÃO/CENTRO - das 10:00 às 14:00 - Rua Arthur Torres, Rua da Passagem, Rua Edvaldo Franco, Rua Guanabara, Rua J J Seabra, Rua Jacupema, Rua Marechal Deodoro, Rua Santiago, Rua São Felipe, Rua Simões Filho e Tv. 01 Guanabara.  
SALVADOR/ÁGUAS CLARAS - das 07:40 às 14:40 - Rua Elisio Medrado, Rua Endeo Nascimento, Rua Iara Concelção, Rua Sheila Matos, Rua Sonia Vasconcelos, Rua Tania Regina, Rua Tatiana Soares, Tv. 1 Sonia Vasconcelos e Tv. Tania Regina.  
SALVADOR/ÁGUAS CLARAS - das 09:00 às 17:00 - Av. Presidente Médici, Rua Lourival Costa, Rua Presidente Médici e Tv. 5 Jose Carlos Bispo.  
SALVADOR/BOCA DO RIO - das 09:00 às 15:00 - Rua Bernadete Dias, Rua Boa Vista, Rua Dário Valois, Rua Jayme Sapólnik, Rua Novo Imbuí, Rua Pedro Batista de Almeida e Rua Professor Pinto de Aguiar.  
SALVADOR/CASSANGE - das 09:00 às 17:00 - Praça Yolanda Pires, Parte da Rua Afrânio Peixoto, Rua Alto do Grassol, Rua Fazenda Cassange, Rua Mario Kertesz, Rua Vitoria e Via L. 10 Parque São Cristóvão.  
SALVADOR/FAZENDA GRANDE DO RETIRO - das 08:00 às 15:00 - Av. Bahia, Rua Augusto Lacerda, Rua Mello Moraes Filho, Tv. 1 Augusto Lacerda, Tv. 1 do Canal, Tv. Bahia, Tv. Jaci e Tv. Moacir.  
SALVADOR/ITAPUA - das 09:00 às 14:45 - Estrada Velha de Itapua, Loteamento Álvaro Marques, Rua Álvaro Marques, Rua Beira Rio, Rua da Fonte, Rua da Mangueira do Km 17, Rua dos Oitis, Rua Edmundo Visco, Tv. (01 e 02) Veredas de Itapua, Rua Álvaro Marques, Tv. dos Oitis e Tv. Veredas de Itapua.  
SALVADOR/LOBATO - das 07:55 às 15:5 - Parte da Av. Afrânio Peixoto, Parte da Av. Suburbana, Rua Rosa dos Ventos e Rua União dos Palmares.  
SALVADOR/NOVO HORIZONTE - das 09:00 às 14:00 - Av. Ulysses Guimarães, Estrada de Sussuarana, Rua Solon de Carvalho e Tv. (01, 02 e 03) Solon de Carvalho.  
SALVADOR/ONDINA - das 09:00 às 17:00 - Rua Dr. Joao Garcez Froes.  
SALVADOR/RIBEIRA - das 09:00 às 17:00 - Rua Anibal da Silva Garcia, Rua Ilha das Flores, Rua Itabaiana, Rua Jayme Ribeiro Ruas Gaspar, Rua Maestro Antônio do Espírito Santo e Tv. Clovis de Almeida Mala.  
SALVADOR/STIEP - das 09:00 às 17:00 - Rua Gabriel Passos, Rua Leopoldo Miguez, Rua Luiz Fachinetti, Tv. Anhangá, Tv. Canoas, Tv. Itatiaia e Tv. Miranga.  
SAO SEBASTIAO DO PASSE/HUMILDES - das 09:30 às 16:30 - Rua Água Branca, Rua Boa União, Rua Castro Alves, Rua do Quilce, Rua Francisco de Assis, Rua Francisco de Assis Ventura, Rua Josellito Batista, Rua Lamarão, Rua Miguel Dias dos Santos, Rua Padre Vieira, Rua Quilce, Rua Rui Barbosa, Tv. (01, 02, 03 e 04) Rui Barbosa, Tv. 2 Jorge Amado, Tv. Carlito Menezes, Tv. Jorge Amado e Tv. Nilson Pereira.

Fraga, Rua Mestre Bimba, Rua Sudeste, Rua Sudoeste, Rua Sueste, Tv. (01 e 02) Sudoeste e Tv. Sudoeste.  
SALVADOR/PIATA - das 09:00 às 15:00 - Alameda Jardim Plakaford, Jardim Piata, Rua Dias Gomes, Rua Engenheiro Erociano da Cruz Neves, Rua Guaracaima, Rua Humberto Machado, Rua Joao da Silva Rego, Rua Joao de Souza Rego, Rua Joao Souza Rego, Rua Manoel Galiza, Rua Nilson Coelho e Rua Santa Barbara.  
SALVADOR/SABOIRO - das 09:00 às 15:00 - Alameda Santa Barbara, Alameda Zumira Ferreira, Beco da Coruja, Conjunto Doron, Rua Estácio de Lima, Rua Imbassahy, Rua Leopoldino Tantu e Rua Silveira Martins.  
SIMÕES FILHO/CRISTO REY - das 08:30 às 16:30 - Rua Alagoas, Rua da Palhinha, Rua Duarte Coelho, Rua Espanha, Rua Inglaterra, Rua Irecê, Rua México, Rua Nova, Rua Otavio Mangabeira, Rua Piracicaba, Rua Pouso das Águas e Rua São Roque.  
19/03/2021 SEXTA-FEIRA  
SALVADOR/FAZENDA GRANDE DO RETIRO - das 09:00 às 15:00 - Av. 3 Irmãos, Av. Bahia, Av. Rosalvo, Rua Augusto Lacerda, Rua Fonte da Bica, Rua Mello Moraes Filho, Tv. (01 e 02) Augusto Lacerda, Tv. 2 Linha Guinle, Tv. Bahia, Tv. São Jose de Cima e Vila Vilares.  
SALVADOR/JAGUARIFE I - das 09:00 às 17:00 - Caminho (01, 02, 03, 04, 07, 09, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16 e 17) B, Conjunto Jaguarife I Setor E, Estrada do Coqueiro Grande, Rua A Jaguarife I, Rua Doutor Edison Teixeira Barbosa, Rua Jaguarife I, Rua Jornalista Armando Lobracchi Neto, Rua Juscelino Kubitschek, Rua Rosa Parks, Rua Valdete Chagas Oliveira e Tv. Jaguarife.  
SALVADOR/PITUBA - das 08:00 às 15:00 - Parte da Rua Santa Helena  
20/03/2021 SABADO  
SALVADOR/ESCADADA - das 09:00 às 17:00 - Parte da Av. Afrânio Peixoto, Conjunto Senhor do Bonfim, Rua Cachoeira, Rua Mabaco de Cima e Rua Rio do Meio.  
SALVADOR/BAIXA DE QUINTAS - das 08:00 às 15:00 - Parte da Av. Barros Reis, Parte da Av. Heitor Dias, Beco do Alaketo, Ladeira Conego Pereira e Rua General Argolo.  
22/03/2021 SEGUNDA-FEIRA  
SALVADOR/BOCA DO RIO - das 09:00 às 15:00 - Rua Antonio Pinto Cabral, Rua Bernadete Dias, Rua Cristóvão Ferreira e Rua Geraldo Suerdieck.  
SALVADOR/BONFIM - das 08:00 às 15:00 - Parte da Av. Dendzeiros do Bonfim, Rua Augusto Mendonça, Rua dos Expedicionários, Rua Doutor Esmeraldino Bandeira e Rua Edmundo Bittencourt.  
SALVADOR/CAJAZEIRAS - das 09:00 às 17:00 - Av. Evangelina Sampaio Seixas, Caminho 1 G, Caminho (10, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 20, 21 e 22) F, Conjunto Habitacional Jaguarife Setor D, Rua E Jaguarife I, Rua F, Rua Jose de Almeida Filho, Tv. 1 Paulo Costa, Tv. Jaguarife e Tv. Jaguarife.  
SALVADOR/MASSARANDUBA - das 09:00 às 17:00 - Av. Esperança, Av. Leblon, Av. Locádio, Rua Santos Titara e Tv. Esperança.  
SALVADOR/PARIPE - das 09:00 às 15:00 - Rua da Bélgica, Rua do Acre e Tv. (01 e 02) do Acre.  
26/01/2021 TERÇA-FEIRA  
LAURO DE FREITAS/VILAS DO ATLANTICO - das 08:30 às 16:30 - Av. Praia de Itapoan e Av. Praia de Pajussara.  
SALVADOR/JAGUARIFE I - das 09:00 às 17:00 - Rua A Jaguarife I.  
SALVADOR/MASSARANDUBA - das 09:00 às 15:00 - Av. Esperança, Av. Leblon, Av. Locádio, Parte da Rodovia Ba 526, Rua Santos Titara e Tv. Esperança.  
SALVADOR/PARIPE - das 07:55 às 15:55 - Av. Rocha, Rua Doutor Eduardo Dotto, Tv. Doutor Eduardo Dotto e Tv. Manoel Montes Fontanez.

# Inadimplência dobra em 2020 e preocupa

**Comércio** Um em cada três baianos não conseguiu pagar as dívidas no ano passado

## Redação

REPORTAGEM  
redacao@correlê24horas.com.br

A quantidade de consumidores baianos que não conseguiram honrar os compromissos financeiros assumidos dobrou entre os meses de março e dezembro de 2020. O índice de inadimplência, medido pela Federação do Comércio de Bens, Serviço e Turismo da Bahia (Fecomércio-Ba) passou de 15% para 30% no período, conta o economista Guilherme Dietze, consultor econômico da entidade.

Guilherme Dietze ressalta que o processo de endividamento não é necessariamente ruim sob o ponto de vista econômico. É o crédito que dá condições para grande parte da população adquirir bens e produtos. O problema surge quando faltam recursos para honrar com estes compromissos, como ocorre no momento atual, diz. Ele foi entrevistado pelo jornalista Donaldson Gomes, editor do CORREIO, no programa Política & Economia, veiculado no Instagram @correio24horas.

Para Dietze, a inadimplência é o indicador mais preocupante para a atividade eco-

nômica relacionada ao terceiro setor. "O momento que a gente viveu foi de pessoas contraindo crédito para consumir bens que não teria condições de pagar, em um cenário de certo desespero mesmo. Estamos vendo um aumento do endividamento junto com uma alta na inadimplência", explica.

Isso, segundo ele, se deve ao cenário de desemprego e a falta de renda. "Chegou a um momento em que muitas pessoas se viram diante da necessidade de garantir a sobrevivência e só tinham o cartão de crédito e agora não estão conseguindo pagar", afirma.

Em 2020, as vendas no comércio baiano registraram uma queda de R\$ 6,7 bilhões, segundo uma pesquisa da Fecomércio-Ba. O movimento gerado pelo comércio baiano gira em torno de R\$ 100 bilhões por ano. "Um problema deste resultado é que ele foi assimétrico, com alguns setores crescendo bastante e outros recuando de maneira forte", conta.

Atividades mais essenciais, como farmácias e supermercados cresceram, bem como aquelas que ajudaram a propiciar mais conforto nos lares — construção civil, móveis, decoração e as vendas de eletroeletrônicos. Por outro la-



O jornalista Donaldson Gomes (acima), em conversa com o economista Guilherme Dietze, consultor econômico da Fecomércio-Ba, sobre as perspectivas para 2021

do, as vendas de automóveis e vestimentas puxaram os indicadores para baixo.

## PERSPECTIVA

Mesmo que a economia brasileira cresça os 3% que eram esperados antes do agravamento da pandemia do novo coronavírus, a tendência é que o Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil, tenha recuado o equivalente a 10 anos no final da crise sanitária, acredita

Guilherme Dietze. Na área econômica, os brasileiros vão conviver com efeitos do momento atual pelo menos até 2024. "Toda a riqueza que nós produzimos durante um ano foi perdida em 4,1% em 2020. Muita gente fala que foi a pior variação desde 1994, mas é importante lembrar que no início da pandemia, o FMI (Fundo Monetário Internacional) projetava uma queda de 9% para o Brasil", diz.

REPRODUÇÃO

●● O momento que a gente viveu foi de pessoas contraindo crédito para consumir bens que não teria condições de pagar, em um cenário de certo desespero mesmo

●● Estamos vendo um aumento do endividamento junto com uma alta na inadimplência

●● Eu acredito que foi um resultado danoso (queda no PIB), um baque muito grande, porém menor do que se esperava

●● É como se você estivesse numa luta de boxe contra o Mike Tyson e quando começa a se recuperar de um soco que ele deu, vem uma nova pancada. Mal deu tempo para se recuperar

Guilherme Dietze  
Consultor econômico da Fecomércio-Ba

## 'Auxílio e 'Bem' devem ser mantidos'

Num cenário ideal, benefícios como o auxílio emergencial deveriam não apenas ser mantidos, como ampliação pelo tempo que fosse necessário, acredita o economista. Além de outras medidas, como uma ampliação na oferta do crédito para o setor produtivo e o Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda (Bem), já estariam em curso.

Para o economista Guilherme Dietze, mesmo com as dificuldades nas contas, o poder público precisa fazer

tudo o que estiver ao seu alcance para evitar a desestruturação das atividades produtivas. "Se um empresa passa por este momento, mesmo com todas as dificuldades, quando o cenário melhorar, ela seguirá o seu curso. Mas quando uma empresa fecha, os postos de trabalho são perdidos e a retomada se torna um processo mais complexo", acredita.

Mesmo com todas as dificuldades, Dietze defende o retorno do auxílio emergencial que foi aprovado pelo

Congresso e das medidas para a proteção do emprego. "São quatro parcelas de R\$ 250, um valor mais baixo, mas vai dar um gás para metade das famílias que receberam os recursos no ano passado, algo em torno de 33 milhões de pessoas", calcula. Na Bahia, o auxílio foi distribuído para 41% da população.

"Existe uma dependência muito grande no Brasil dos programas de transferência de renda e uma economia que não consegue ir em frente", avalia.

O consultor da Fecomércio-Ba acredita que tudo o que puder ser feito em relação ao alívio da carga tributária, garantir a manutenção dos empregos e na oferta de crédito deve ser feito. "Este momento é importante que as empresas tenham alguma segurança de caixa para pagar seus fornecedores e funcionários", diz. "A gente precisa com urgência da prorrogação da lei que permite a redução de jornadas e de salários, para que as empresas consigam manter os funcionários", recomenda.

## RESUMO DE 2020

● **Quedas** As maiores quedas no setor do comércio foram registradas nas vendas de veículos, vestuário, viagens

● **Altas** Com o auxílio emergencial houve crescimento em setores como supermercados e farmácias, mas também atividades relacionadas ao lar, como a venda de materiais de construção

● **Auxílio** Além de garantir condições mínimas de sobrevivência, os recursos do auxílio emergencial evitaram uma queda maior no comércio

# 24h

**BAHIA**

## Contrato para 6 mi de doses da Sputnik será assinado

**VACINA RUSSA** O governo do estado anunciou, na noite de ontem, que assinará hoje o contrato com o Fundo Soberano Russo para a compra de seis milhões de doses da vacina Sputnik V contra a covid-19. Mais cedo, o governador Rui Costa havia determinado à Procuradoria Geral do Estado (PGE) e à Secretaria Estadual de Saúde (Sesab) que a celebração do contrato para a aquisição da Sputnik fosse feita com urgência, aproveitando que o presidente Jair Bolsonaro (sem partido) sancionou, anteontem, o Projeto de Lei 534/2021 que autoriza estados, municípios e o setor privado a comprarem vacinas contra a covid-19.

Em paralelo, o Ministério da Saúde informou que vai negociar a compra de pelo menos 39 milhões de doses da vacina russa com a intermediação do governo da Bahia. Nessa quinta, o governador baiano participou de uma reunião com o ministro da Saúde, Eduardo Pazuello, na qual ofereceu ao governo federal o quantitativo de vacinas negociado pelo estado inicialmente para atender ao Nordeste. Sobre o anúncio das seis milhões de doses somente para a Bahia, a assessoria de Rui Costa informou que elas virão

### 39

**milhões de doses da vacina russa podem ser adquiridas pelo Ministério da Saúde para todo o país, com a intermediação do governo baiano**

“independentemente” da compra do governo federal.

No último domingo (7), o governo afirmou que o contrato para a compra da vacina, produzida pelo Instituto Gamaleya, já estava pronto, faltando apenas o respaldo legal - obtido após a sanção do projeto de lei.

Rui também afirmou, nessa quinta (11), que irá fazer “com a máxima brevidade” a formalização, junto à Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), do pedido de autorização para importação e aplicação da Sputnik V na Bahia.

Em Salvador, a Prefeitura retomou as negociações para comprar vacinas contra o novo coronavírus diretamente dos fabricantes, também se valendo da sanção do Projeto de Lei 534/2021. O prefeito Bruno Reis entrou em contato com o representante de vendas da vacina de Oxford/AstraZeneca no Brasil para reafirmar o interesse de Salvador em adquirir as doses.

Existe também a expectativa para que o consórcio formado por prefeitos de cidades baianas esteja apto para comprar vacinas a partir do dia 22 deste mês.

**LEIA MAIS NAS P. 22-23**

## IBGE abre 340 vagas temporárias na Bahia

**SELEÇÃO SIMPLIFICADA** O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) abriu 340 vagas de trabalho temporário na Bahia. As oportunidades estão espalhadas por 49 municípios, sendo 142 posições em Salvador e 198 para outras cidades do estado.

Do total de oportunidades oferecidas na Bahia, 312 são para Agente de Pesquisas e Mapeamento (APM), sendo 128 para Salvador e 184 para os outros municípios. Os outros 28 postos são para Supervisor de Coleta e Qualidade, 14 na capital e 14 no interior.

Os dois cargos exigem Ensino Médio completo. A remuneração prevista em edital é de R\$ 1.387,50 para os APMs e de R\$ 3.100 para os Supervisores. Ambas as funções possuem jornada de trabalho de 40 horas semanais (8 horas diárias), e previsão de um ano de con-

### SERVIÇO

#### Chances

312 para Agente de Pesquisas e Mapeamento  
28 para Supervisor de Coleta e Qualidade

#### Inscrições

Até 26/3 no site [cebraspe.org.br/concursos/](https://www.cebraspe.org.br/concursos/)

trato (que pode ser prorrogado por igual período). As seleções serão feitas por Processo Seletivo Simplificado.

As inscrições - realizadas exclusivamente pelo site do Cebraspe, empresa organizadora da seleção (<https://www.cebraspe.org.br/concursos/>) já estão abertas e seguem até 26 de março. A taxa de matrícula para Agente de Pesquisas e Mapeamento custa R\$ 33,98 e R\$ 30,27 para as vagas de Supervisor de Coleta e Qualidade. As provas dos dois certames estão agendadas para o dia 2 de maio e serão realizadas em todos os municípios onde há vagas.

Entre as atribuições do Agente de Pesquisas e Mapeamento estão a visitação a domicílios e estabelecimentos, ou o contato via telefone, para a coleta de dados das diversas pesquisas realizadas rotineiramente pelo

IBGE. E também dar suporte à atualização dos levantamentos geográficos que estruturam a execução das pesquisas, entre outras atividades do instituto.

Já o Supervisor de Coleta e Qualidade organiza, planeja e executa atividades previstas para as pesquisas e levantamentos do órgão. Também gerencia, acompanha e controla os trabalhos desenvolvidos nas agências de coleta e participa e atua como instrutor em treinamentos de pessoal do próprio órgão.

Além do salário, os contratados terão direito a auxílio alimentação, auxílio transporte e auxílio pré-escolar, assim como férias e 13º salário proporcionais. Para todas as funções há vagas reservadas a pessoas com deficiência e pessoas que se autodeclararam pretas ou pardas, dentro dos percentuais definidos em lei.

## Inflação oficial acelera para 0,93% em fevereiro na RMS

### MAIOR QUE MÉDIA NACIONAL

Em fevereiro, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), indicador oficial da inflação do país medida pelo IBGE, acelerou para 0,93% na Região Metropolitana de Salvador (RMS). Em janeiro o IPCA na região ficou em 0,26%. Esta é a maior inflação para um mês de fevereiro na RMS desde 2016, quando ficou em

1,41%. O resultado registrado na Região Metropolitana de Salvador ficou acima da média nacional (0,86%) e foi o 7º mais alto entre as 16 áreas analisadas pelo IBGE.

Com a alta observada no mês passado, o IPCA na RM Salvador acumula alta de 1,19% nos dois primeiros meses de 2021. Está um pouco acima do índice nacional (1,11%), mas é apenas o 10º

mais elevado entre os 16 locais investigados.

Em fevereiro, a inflação foi mais elevada nas regiões metropolitanas de Fortaleza (CE), 1,48%; Belém (PA), 1,41%; e em Brasília (DF), 1,18%. Por outro lado, os menores índices foram registrados nas RMs Rio de Janeiro (RJ), 0,38%; Belo Horizonte (MG); e no município de Goiânia (GO), 0,76%.

## **SAFRA BAIANA VAI ENCOLHER 3% NESTE ANO**

**PROJEÇÃO** A produção agrícola baiana deste ano deve ser 3,2% menor que a de 2020, segundo o Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA), do IBGE, divulgado ontem. O ano passado registrou o melhor resultado para o setor no estado em toda a série histórica da pesquisa. Em relação às estimativas de fevereiro, o resultado apresentou uma variação negativa de 1,1 ponto percentual. As lavouras do feijão e do milho foram as mais impactadas no atual levantamento.

---

## **SUPERMERCADOS REGISTRAM ALTA 12% NAS VENDAS**

**ESSENCIAL** Os supermercados registraram alta de 12% nas vendas de janeiro em comparação com o mesmo mês de 2020, segundo balanço divulgado hoje (11) pela Associação Brasileira de Supermercados (Abras). Para o vice-presidente Administrativo da entidade, Marcio Milan, com as restrições impostas a outros setores do comércio devido à pandemia da covid-19, os supermercados acabaram suprindo as necessidades dos consumidores, o que foi determinante para impulsionar as vendas do setor..

# FAROL ECONÔMICO

**POR DONALDSON GOMES**



@donaldsongomes

## VALE A PENA VER DE NOVO?

É grande a preocupação no setor produtivo baiano com a possível renovação antecipada da concessão da VLI para a operação da Ferrovia Centro-Atlântica (FCA). Por mais que a empresa tenha anunciado recentemente planos para investir R\$ 13,8 bilhões, sendo R\$ 3,5 bilhões em território baiano, o histórico dos últimos 25 anos provoca desconfiança sobre a decisão federal de manter o trecho da linha férrea com a empresa por 30 anos. Há 15 anos, os trens da companhia, que circulam a uma velocidade média de 11 quilômetros por hora, não chegam mais ao Porto de Aratu. Na última quarta-feira (dia 09), a CBPM enviou um ofício à Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), pedindo um relatório com os benefícios da concessão, mais prazo antes da tomada de decisão, além de audiências públicas na Bahia e nos demais estados por onde passa a ferrovia.

### BALANÇO

Ontem, a Ferrovia Centro-Atlântica (FCA), apresentou o seu balanço operacional, relativo a 2020. A empresa movimentou 39,08 milhões de toneladas, ante 35,95 milhões no ano anterior, em todo o país – o que representou uma alta de 8,6%. Na Bahia, a empresa diz contar com operações regulares e mantém fluxos com a movimentação de derivados de petróleo, cal, minério de ferro, minério de cromo, minério de magnesita, cimento e contêineres. Segundo a VLI, a circulação de cargas entre o estado e Minas Gerais registrou um crescimento no fluxo de cerca de 20% entre os anos de 2019 e 2020. Com os R\$ 3,5 bilhões que promete investir por aqui, a empresa pretende fazer melhorias na linha e adquirir novos ativos. O que se cobra dela é um pouco mais de detalhes sobre quais serão os investimentos e quando eles serão realizados.

**●● Sem a FCA funcionando bem, o potencial mineral que temos no Norte da Bahia, de quase 30 milhões de toneladas, fica inviabilizado**

Antonio Tramm  
 Presidente da CBPM

## Reconhecimento

Os esforços da área de Estratégia e Projetos de Logística da Braskem em prol da redução nas perdas de resíduos durante a produção de resinas termoplásticas renderam à companhia o selo OCS Blue. O reconhecimento é concedido pela Plastivida, licenciadora da Operation Clean Sweep no Brasil, campanha internacional com foco em sustentabilidade na indústria do plástico. Agora, a Braskem está no mais alto nível de um grupo de empresas globais que lutam para evitar que resíduos plásticos cheguem ao meio ambiente, especialmente rios e oceanos.

### NO HORIZONTE

- **Doce resultado.** A baiana Don Luiz, bebida cremosa à base de doce de leite, ampliou em 92% o número de pontos de vendas no Nordeste.
- **Foodtec.** A Foodtec, startup que oferece soluções para micro e pequenas de alimentação projeta fechar 2021 com 189 clientes e 155 fornecedores na plataforma de marketplace.
- **Expansão.** A Tim Live expandiu a atuação para a Liberdade e Caminho de Areia, alcançando a marca de 115 bairros atendidos em Salvador.

**Donaldson Gomes** é editor e escreve às sextas-feiras

## ESTADOS: UNIÃO DEVE CENTRALIZAR COMPRA DE INSUMOS

**EVITAR ALTA** Governadores que participaram de uma audiência realizada ontem pela comissão do Senado que acompanha as ações de enfrentamento à pandemia defenderam a necessidade de o governo federal coordenar a compra de medicamentos e outros insumos usados contra a covid-19 para evitar alta de preços. Participaram da audiência os governadores do Piauí, Wellington Dias (PT); do Amazonas, Wilson Lima (PSC); da Bahia, Rui Costa (PT); de Santa Catarina, Carlos Moisés (PSL); e do Ceará, Camilo Santana (PT).

Eles apontaram que, sem um trabalho conjunto, haverá disputa entre os governadores para aquisição desses materiais, que deve levar ao aumento de preços.

“Dada a situação grave de todo o país, os insumos começam a ficar escassos. Como a compra, infelizmente, tem sido descentralizada, isso leva a uma elevação nos preços. Se houvesse uma compra centralizada pelo governo, ou uma requisição do governo federal, fixando preço, isso conseguiria segurar os preços”, afirmou Rui. “Acho fundamental que nós consigamos que o Ministério [da Saúde] busque centralizar essas aquisições”.



NAIRA ARAÚJO/LEGISLAÇÃO DOS DEPUTADOS

A Câmara dos Deputados aprovou, ontem, em segundo turno, o texto base da PEC Emergencial, que autoriza o pagamento de até R\$ 44 bilhões por meio do novo auxílio emergencial

## Cadastro no Caixa Tem precisa ser atualizado

Todos os correntistas que têm direito ao auxílio emergencial precisam atualizar seus cadastros pelo Caixa Tem. É provável que essas atualizações se tornem obrigatórias para que os repasses sejam futuramente transferidos. Segundo a Caixa, a ação tem o objetivo de oferecer mais segurança, vantagens e praticidade aos clientes. A atualização é feita totalmente pelo celular, não sendo preciso ir até uma agência do banco.

A partir deste domingo, segundo o cronograma do banco, devem efetivar a atualização os usuários nascidos em janeiro. No dia 16 de março, os clientes nascidos em fevereiro que precisam informar os dados e no dia 18, os nascidos em março. A atualização segue esta sequência até o dia 31 de março, com os nascidos em dezembro.

Para efetivar a atualização, o usuário deve acessar a conversa "Atualize seu cadastro" no aplicativo e enviar a documentação solicitada: foto (selfie) e documentos pessoais (RG, CPF e O Caixa Tem foi o App mais baixado do Brasil em 2020..

A Caixa Econômica Federal abriu mais de 105 milhões de Contas Poupança Social Digital em 2020

Além do auxílio emergencial, a Poupança Social Digital também garantiu o pagamento do Saque Emergencial do FGTS e o BEM

# Volta do auxílio entra na reta final

**Governo** precisa agora estipular valores e prazos por meio de uma Medida Provisória

**Das Agências**  
REPORTAGEM  
correi24horas@redetbna.com.br

A Câmara dos Deputados aprovou, ontem, em 2º turno, o texto-base da PEC Emergencial, que viabiliza a retomada do auxílio emergencial e impõe mais rigidez na aplicação de medidas de contenção fiscal, controle de despesas com pessoal e redução de incentivos tributários. A partir da conclusão da votação da PEC e sua promulgação, o governo está pronto para editar a Medida Provisória com os critérios para o pagamento da nova rodada do auxílio. O desenho prevê quatro parcelas mensais de R\$ 150 para famílias de uma pessoa só, R\$ 250 para a média das famílias e R\$ 375 para mulheres que são únicas provedoras da família.

O pagamento da nova rodada do auxílio deve começar ainda este mês. A expectativa é que as parcelas sejam pagas da mesma forma que as anteriores: em conta poupança digital da Caixa. O governo prevê contemplar cerca de 45 milhões de pessoas. Os cálculos foram feitos de acordo com o limite de R\$ 44 bilhões imposto pela PEC. O texto da MP de-

ve conter um artigo que permitirá a prorrogação do período de quatro meses de pagamento do auxílio. No entanto, segundo apurou a reportagem, o limite de R\$ 44 bilhões na prática impede o acionamento dessa extensão.

Na área econômica, a avaliação é de que ainda é muito cedo para saber se o governo precisará ou não lançar uma nova rodada do auxílio para além dos quatro meses que já estão nos planos atuais. Segundo uma fonte ouvida pela reportagem, a doença precisa ser monitorada diante dos sinais de piora em indicadores de casos e óbitos, mas "não dá para ser oportunista".

Além disso, a área econômica conta com um avanço mais significativo no calendário de vacinação, sobretudo com a promessa da Pfizer de tentar antecipar doses do imunizante para o Brasil.

Caso novas parcelas sejam necessárias, haveria dois caminhos: nova mudança na Constituição, para elevar o limite de R\$ 44 bilhões, ou decretação de calamidade, uma vez que a PEC já estará promulgada com o novo protocolo para crises agudas.

No ano passado, o governo começou com uma previsão de gasto de R\$ 150 bilhões com o

auxílio, mas pagou R\$ 293,1 bilhões em parcelas do benefício após as prorrogações.

### PROMOÇÕES

Como acordado com o governo, deputados aprovaram um destaque para liberar no texto da PEC Emergencial promoções e progressões das carreiras do funcionalismo. Foram 444 votos a favor da mudança no texto e 18 contra.

O acordo foi costurado pelo Planalto durante a sessão de anteontem para evitar que os deputados retirassem todas as contrapartidas fiscais do texto. Pela negociação, os servidores públicos vão continuar com o direito à progressão automática nas carreiras, com o respectivo aumento nos seus salários, mesmo no caso de uma crise fiscal severa. Por outro lado, reajustes salariais, inclusive para repor a inflação, poderão ser congelados.

Técnicos calculam que o impacto das progressões na União pode ficar entre R\$ 500 milhões a R\$ 2 bilhões, a depender da quantidade de servidores com ascensão na carreira programada para o ano. Na média, o impacto é calculado em R\$ 1,2 bilhão ao ano. Já nos estados e municípios, o custo fica entre R\$ 10 bilhões e R\$ 14 bilhões ao ano.

## Governo vai criar 'seguro-emprego' de R\$ 500

O ministro da Economia, Paulo Guedes, disse ontem que o governo vai retomar o programa que permitiu às empresas cortarem salários e jornada dos funcionários ou suspenderem contratos. Ele sinalizou que parte do benefício de complementação de renda paga pelo governo aos trabalhadores nessas condições virá da antecipação do seguro-desemprego.

Guedes falou da criação de um "seguro-emprego". Segundo ele, em vez de dar R\$ 1 mil para pessoas que ficaram desempregadas no seguro-desemprego por quatro meses, o governo pode dar R\$ 500 para segurar o emprego por até 11 meses. "O presidente (Jair Bolsonaro) deve anunciar novas medidas para frente", afirmou Guedes, em participação em audiência na Frente Parlamentar da Micro e Pequena empresa.

O governo quer permitir um novo período de até quatro meses de redução de jornada e salário ou suspensão de contrato de trabalhadores para evitar alta no desemprego em meio às medidas restritivas contra a covid-19, mas o pagamento do benefício que compensa a perda salarial deve ter um desenho distinto.

A intenção é garantir 2 meses do BEm, pago pelo governo, e outros 2 meses seriam de antecipação do seguro-desemprego a quem teria direito se demitido

Governo quer permitir um novo período de até 4 meses de redução de jornada e salário



# Tribuna

## Rui Costa tenta comprar vacina Sputnik V após sanção de lei

RODRIGO DANIEL SILVA  
REPÓRTER

O governador da Bahia, Rui Costa (PT), disse ontem que mandou a Procuradoria Geral do Estado (PGE) e a Secretaria de Saúde celebrar contrato com o Fundo Soberano Russo para a compra da vacina Sputnik V contra a Covid-19. A medida do chefe do Palácio de Ondina ocorreu após o presidente Jair Bolsonaro (sem partido) sancionar a lei que facilita a compra de imunizantes contra o coronavírus. "Também faremos com máxima brevidade a formalização junto à Anvisa do pedido de autorização para importação e aplicação da vacina na Bahia", disse Rui Costa, em

uma postagem nas redes sociais.

Bolsonaro sancionou uma medida provisória e dois projetos de lei aprovados pelo Congresso Nacional. Uma proposta facilita a compra de vacinas pela União, pelos governos estaduais e municipais e pela iniciativa privada. A outra permite compra de imunizantes antes de aval da Agência de Vigilância Sanitária (Anvisa) e dá sete dias úteis para a agência decidir sobre a aprovação temporária de vacinas. Bolsonaro também sancionou a medida que prorroga até 31 de dezembro de 2020 a suspensão da obrigatoriedade de manutenção de metas pelos prestadores de serviço de saúde no Sistema Único de Saúde (SUS).

A empresa responsável

pela Sputnik V assegurou ao governador que teria capacidade de fornecer cerca de 6 milhões de doses até abril para o Nordeste. O chefe do Palácio de Ondina tem criticado duramente a demora do país para aquisição de vacinas. Ele chegou a chamar de "aberração" a exigência da Anvisa para que haja testes da vacina contra o coronavírus no Brasil antes de liberar o uso do imunizante. A agência recusou pedido de uso emergencial feito pelo laboratório União Química da vacina russa Sputnik V, por falta de testes no país.

A eficácia deste imunizante, segundo resultados preliminares publicados pela revista científica "Lancet", é de 91,6%. "Não faz sentido o governo federal estar protelando a análise



**RUI COSTA** disse ontem que mandou a PGE e a Sesab celebrar contrato com o Fundo Soberano Russo para a compra da vacina Sputnik V contra a Covid-19

se desta vacina. O que nós questionamos é a aberração de condicionar a vistoria dos documentos à realização de um estudo de caso no Brasil, o que demoraria, pelo menos, 90 dias. Nós não temos esse tempo", declara

rou. Após as críticas públicas, a Anvisa dispensou a necessidade de ensaios clínicos de fase 3 no Brasil para conceder registros emergenciais de vacinas contra a Covid-19. Rui celebrou a decisão com o argu-

mento de que "além de salvar milhares de vidas humanas, de esvaziar os hospitais, nós vamos retomar a vida, a normalidade, retomar a economia, o emprego, a renda, diminuir o sofrimento do nosso povo".

# Tribuna

## Câmara aprova texto-base da PEC Emergencial em segundo turno

ESTADÃO CONTEÚDO

**D**eputados aprovaram no período da tarde de ontem, em segundo turno, por 366 votos a favor e 127 contra, o texto-base da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) Emergencial. Por se tratar de uma mudança na Carta Magna, a medida precisa ser aprovada em dois turnos por ao menos 308 parlamentares, em cada uma das etapas. O primeiro turno foi aprovado na madrugada por 341 votos a favor e 121 contra.

Agora, os deputados passam a avaliar os pedidos de alteração ao texto final. Há 11 destaques cadastrados - na quarta-feira, esta fase de apreciação levou mais de 12 horas para ser concluída, com dez requerimentos do tipo na pauta. Se não houver alteração do mérito, após essa etapa, a PEC pode seguir para pro-



**DEPUTADOS** aprovaram no período da tarde de ontem, em segundo turno, por 366 votos a favor e 127 contra, o texto-base da PEC Emergencial

mulgação, do contrário precisa voltar para o Senado.

O primeiro destaque a ser avaliado ontem é o do PT que derruba dispositivo que indica que uma Lei Complementar deve definir regras

sobre alienação de ativos para abatimento da dívida pública. A PEC Emergencial autoriza uma nova rodada do auxílio emergencial a vulneráveis e institui mecanismos de ajuste nas despesas,

como congelamento de salários de servidores quando houver elevado comprometimento das finanças de União, Estados e municípios. Ao longo da primeira fase de votação, apenas uma alteração foi aprovada. Os parlamentares derrubaram um dispositivo que daria mais flexibilidade ao governo na gestão do Orçamento ao aprovar destaque do PDT que retirou do texto a possibilidade de desvinculação de receitas hoje carimbadas para órgãos, fundos ou despesas específicas. A Câmara rejeitou no período da tarde de ontem um pedido do PSB para suprimir os gatilhos do regime fiscal que os Estados e municípios deverão adotar. Foram 334 votos para manter o dispositivo e 150 contra.

Antes, deputados conseguiram barrar um destaque do PT e manter a indicação de que uma Lei Complementar deve definir regras sobre alienação de ativos para abatimento da dívida pública.

Veículo: Tribuna da Bahia	Caderno: Política
Data: 12/03/2021	Página: 04

# Tribuna



## Chance para MEI

O presidente Jair Bolsonaro consultou o ministro da Economia, Paulo Guedes, sobre ampliar o piso de R\$ 80 mil para R\$ 160 mil de faturamento para o cadastro dos pequenos como Micro Empreendedores Individuais (MEI). A proposta foi levada pelo presidente do PTB, Roberto Jefferson, que o visitou no Palácio do Planalto.

## PROCON

### Mutirão online vai ajudar na renegociação de dívidas

ANILSON SALOMÃO  
REPÓRTER

A Superintendência de Proteção e Defesa do Consumidor da Bahia (Procon-BA), em ação com a Associação Brasileira de Procons (ProconBrasil), vão realizar a partir de segunda-feira (15) um mutirão online para renegociar dívidas de consumidores. Iniciativa será exclusivamente pela internet, na plataforma de solução de conflitos Consumidor. GOV (www.consumidor.gov.br). Para participar do

mutirão online, basta o consumidor fazer o seu registro na plataforma, quando receberá um login e senha. Nesse momento, o consumidor fará o relato do seu problema, devendo informar que deseja participar do mutirão de renegociação de débitos. Após finalizar o registro, o banco ou instituição financeira tem o prazo de 10 dias para apresentar uma proposta ou resposta para o consumidor.

De acordo com Filipe Vieira, superintendente do Procon-BA, muitos consu-

midores que estão em débito deixam de procurar o Procon ou até mesmo seu banco por se sentirem constrangidos com a situação. "Acreditamos que esse mutirão pela internet vai incentivar as pessoas a negociar suas dívidas e sair dessa situação que causa diversos transtornos na vida de qualquer cidadão, muitas vezes motivada por fatores como uma doença na família ou desemprego", comenta.

No momento do preenchimento do registro,

é imprescindível que o consumidor informe corretamente seus telefones e e-mail para contato, pois esses dados facilitarão o atendimento por parte dos bancos e instituições financeiras participantes. O Procon-BA orienta ainda que o consumidor, no seu relato, informe que está participando do mutirão, com a seguinte hashtag: #MutiraoProconsBrasil.

Terminado o prazo para resposta do fornecedor, o consumidor tem o prazo de 20 dias para avaliar o retorno dado.

### IBGE estima safra de 9,7 milhões de toneladas de grãos na Bahia

O segundo Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA), realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), sistematizado e analisado pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), autarquia vinculada à Secretaria de Planejamento (Seplan), relativo a fevereiro deste ano, estimou a produção baiana de 9,7 milhões de toneladas (ton.) de cereais, oleaginosas e leguminosas – algodão (caroço de algodão), amendoim, arroz, aveia, centeio, cevada, feijão, girassol, mamona, milho, soja, sorgo, trigo e triticale – em 2021, o que re-

presenta uma retração de 3,1% na comparação com a safra 2020 – que foi o melhor resultado da série histórica da pesquisa. Em relação ao levantamento do mês anterior, o resultado apresentou uma variação negativa de 1,1 ponto percentual. As lavouras do feijão e do milho foram as mais impactadas no presente levantamento.

As áreas plantada e colhida ficaram ambas estimadas em 3,17 milhões de hectares (ha), o que corresponde, nas projeções do IBGE, a uma expansão de 1,1% na comparação interanual.

## Lojistas querem participar do Comitê de Crise

### A reivindicação da categoria aconteceu em frente ao Salvador Shopping

LILY MENEZES  
ESTAGIARIA

Vestidos de preto, trabalhadores do comércio formal realizaram na manhã desta quinta-feira (11), em frente ao Salvador Shopping, um ato em protesto ao desequilíbrio das decisões de fechamento do setor, pedindo pela participação no comitê de crise da pandemia do novo coronavírus, que debate ações e medidas para combater o avanço da transmissão da doença. O Sindicato dos Comerciantes e a Federação dos Consórcios

Públicos do Estado da Bahia (FEC) prestaram solidariedade aos que exercem atividades no shopping. "Na luta pela vida e pela economia, solicitamos a Fecomércio, governo e prefeitura participar das discussões no comitê de crise", disse o presidente da categoria dos comerciantes Renato Ezequiel, que defende a importância do diálogo e a ampliação da vacina para uma retomada mais segura.

Os shoppings e centros comerciais fizeram parte da fase 1 de retomada da economia em Salvador, autorizada pelo

então prefeito ACM Neto em julho do ano passado. Voltaram a ser fechados em 26 de fevereiro, por causa da alta expressiva de casos da covid-19 na cidade, e só podem funcionar em sistema de drive-thru das 10 às 19h. Paulo Motta, presidente do Sindicato dos Lojistas do Comércio do Estado da Bahia (Sindilojas), critica a forma como as medidas restritivas foram estabelecidas. "Não se pode penalizar as atividades formais, que geram emprego e renda. O problema é de ordem sanitária, envolve os poderes públicos. Só eles

podem resolver certos assuntos", afirma. O líder da classe aponta que mais de 10 mil trabalhadores do comércio perderam seus postos durante a pandemia. Atualmente, são 120 mil empregos formais gerados pelo setor.

Edson Biaggio, presidente da Abrasce (Associação Brasileira de Shoppings Centers) acredita que os centros comerciais estão prontos para receber tanto trabalhadores quanto funcionários. "Somos a favor dos protocolos de segurança. O shopping é seguro para funcionar. Nós fizemos uma parceria com

a área de consultoria do (hospital) Sírio-Libanês, estabelecemos todos os protocolos. A nossa preocupação de salvar vidas é a mesma." Biaggio é favorável ao esquema de escalonamento cogitado pelo prefeito de Salvador Bruno Reis, onde cada setor teria um horário próprio de funcionamento. "Teria de ser fora do tempo de pico", diz o gestor. Sobre a continuidade do lockdown, o prefeito foi categórico: "Sempre vai permanecer o interesse da cidade. No momento, o interesse é salvar vidas", disse Bruno, em coletiva virtual.

## Camaçari vive o 'desmanche' de fábricas

Sem esperança de uma substituta para a Ford, fabricantes de peças aceleram venda de máquinas

Por **Gabriel Vasconcelos** — De Camaçari (BA)

12/03/2021 05h00 · Atualizado há 5 horas





Marcelo Senna, do Sindipeças: “Decisão da Ford impôs prejuízo a autopeças” — Foto: Gabriel Vasconcelos/Valor

Dois meses depois do anúncio da Ford sobre o fim da produção de carros em Camaçari, na Bahia, empresas de autopeças instaladas na cidade já trabalham no desmanche de suas fábricas. Os fornecedores diretos da Ford não acreditam na chegada de outra fabricante que substitua a montadora americana a curto prazo, e se concentram em estancar prejuízos imediatos, como custos de pessoal e aluguel de galpões. Essas empresas também negociam com a Ford uma solução para o encalhe de produtos e insumos.

O **Valor** visitou Camaçari, cidade industrial a 40 minutos de Salvador, e constatou que algumas dessas fabricantes de autopeças correm para transferir ou vender o maquinário. São robôs, compressores de ar e resfriadores de água de última geração, todo um capital produtivo acumulado ao longo de duas décadas. A maior parte da cadeia de fornecedores chegou à região junto com a Ford, em 2001.

## Fornecedores dizem que o inesperado fim da produção da Ford os surpreendeu com altos estoques de insumos

Como até hoje a indústria automotiva baiana se resumia à atividade da montadora, o desmanche surge como destino dos negócios do setor no Estado. Grupos maiores ou que concentram mais etapas de produção em outros Estados, no entanto, têm mais fôlego para atravessar o fim da demanda local.

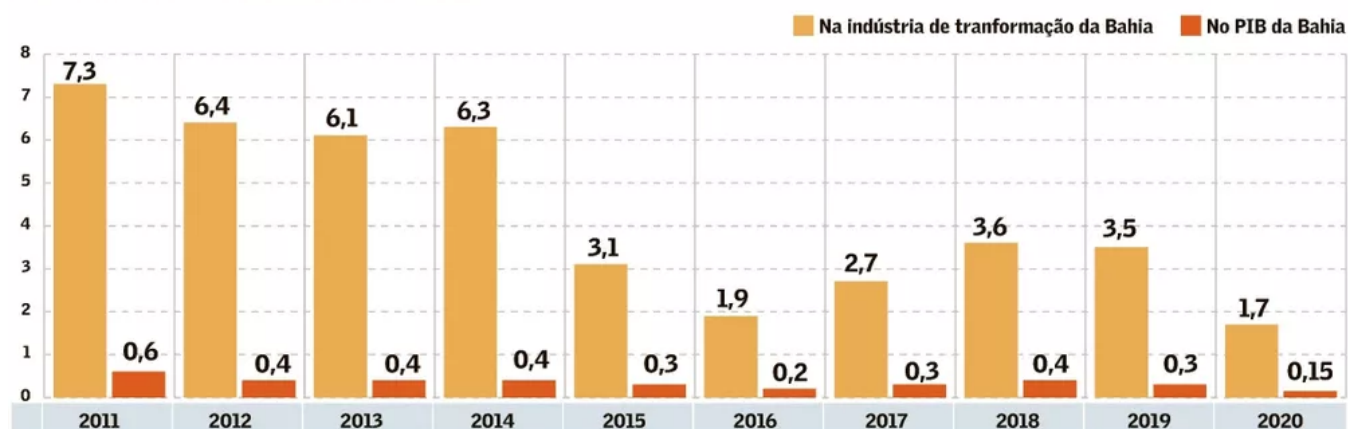
Levantamento do Sindicato Nacional da Indústria de Componentes para Veículos Automotores (Sindipeças) mostra que os maiores fornecedores da Ford, chamados “tier 1”, que abastecem diretamente a montadora, somam 30 empresas com 32

fábricas ou centros logísticos em Camaçari. Desse total, 18 ficam dentro do condomínio da Ford. Por produzirem vários sistemas do veículo, são denominadas “sistemistas”. Outras 12 têm fábricas em outros pontos da cidade. Quase todas são subsidiárias de grupos globais, como as alemãs Bosch (velas de ignição) e Benteler (trem de força e a suspensão), a italiana Pirelli (pneus), a portuguesa Sodecia (peças de carroceria) e a francesa Faurecia (escapamentos e peças plásticas).

## Ford e fornecedoras na Bahia

Peso na economia local caiu em 10 anos

### Participação nos indicadores do Estado



### O polo automotivo de Camaçari

1 fábrica da Ford

250 mil veículos é a capacidade de produção ao ano

30 empresas de autopeças, com 32 fábricas ou unidades logísticas

7,5 mil empregos diretos até 2020

### Setor automotivo no Brasil

44 fábricas\* em 10 estados

5,05 milhões de veículos é a capacidade de produção ao ano

484 empresas de autopeças

101,2 mil empregos diretos até 2020

### Produção de carros de passeio da Ford no Brasil (mil)



Fontes: Anfavea, Sindipecas Bahia e SEI - Governo da Bahia.

\*A Anfavea ainda considera neste número as três fábricas da Ford e uma da Mercedes com anúncio de fechamento. O número também considera fábricas de motores.

Essas fabricantes empregavam mais de 3 mil trabalhadores diretos em Camaçari. O número não é distante dos 4,05 mil empregados diretos da fábrica da Ford. Somados, os contingentes indicam as cerca de 7,5 mil pessoas que devem perder seus empregos na cidade.



O superintendente da Federação das Indústrias da Bahia (Fieb), Vladson Menezes, diz que esses postos representam cerca de 4% dos empregos industriais do Estado. Embora relevante para uma cadeia que gira entorno de uma única empresa, o número caiu nos últimos anos. Dados da pesquisa Industrial Mensal (PIA-IBGE) mostram que, em 2018, Ford e fornecedoras tinham 8,63 mil funcionários diretos. O encolhimento traduz a queda de participação da montadora no mercado brasileiro.

O **Valor** foi à fábrica da americana Tenneco, fora do condomínio da Ford. A empresa produzia escapamentos para os modelos sedã e hatch do Ford Ka. Os dois operários encontrados disseram que 80% dos empregados, 20 pessoas, já haviam sido demitidos. Eles desconheciam, até o momento, esforços para a venda de maquinário. Mas o fato é que há pouco nos três pequenos galpões que a fabricante mantém em Camaçari: uma máquina para dobra de canos metálicos e uma para encaixe e soldagem de componentes, entre outras. As peças são pré-fabricadas em outra unidade, em Mogi-Mirim (SP).

De acordo com a Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais do governo da Bahia (SEI), a cadeia que chegou a representar 7,3% da indústria de transformação do Estado viu esse percentual ser rebaixado a 1,9% em 2016 e estacionar em 3,5% em 2019. Um dos autores da pesquisa, o economista Gustavo Pessotti afirma que a pandemia derrubou essa participação ao patamar de 1,7% em 2020, antes de a Ford deixar de produzir no Estado. Em geração de riqueza, informa a SEI, nos nove anos até 2019, a participação do complexo industrial da Ford no Produto Interno Bruto da Bahia (PIB) caiu à metade, para 0,3% - em 2020, foi de 0,15%. Acrescentada a indução no restante da economia baiana, Menezes, da Fieb, calcula perda de 1,3% no PIB estadual. Na conta de Pessotti, essa redução será de até 2%.

A operação desmanche envolve várias multinacionais. A canadense Magna International fechou as duas fábricas em Camaçari, onde eram feitos bancos e estruturas metálicas para chassis de carros da Ford. Dos 180 empregados de uma das fábricas, só restaram oito para serviços de manutenção e gestão de estoque. Segundo fontes ligadas a potenciais compradores do maquinário da empresa, a ideia é desfazer-se das máquinas a toque de caixa. Isso inclui robôs, utilizados na soldagem. A Magna investiu pesado no Brasil há nove anos, quando comprou fábricas em quatro Estados. A queda vertiginosa da produção de veículos, após o auge de 2013, impôs readequações ao negócio. A companhia fechou uma fábrica

em São Bernardo do Campo (SP) um ano antes de a Ford anunciar o fim da produção naquele município. A reportagem telefonou e enviou e-mails para a Magna no Brasil e no exterior, mas não obteve respostas.

Considerando o desmanche de um polo automotivo como o de Camaçari, haverá uma enxurrada de máquinas usadas no mercado, segundo o gerente-geral para a América do Sul da fabricante de robôs japonesa Fanuc, Wagner Bello. “Mesmo com a crise, no final, essas empresas vão conseguir vender tudo. Só não se sabe a que preço e para quem. Mas o mercado vai absorver [os robôs]. É um equipamento totalmente adaptável a outras funções se for reprogramado e tiver a ponta modificada”, afirma.

Segundo Bello, novo, um robô de solda Mig como os que a Magna tenta vender custa entre R\$ 120 mil e R\$ 150 mil a depender do câmbio. No mercado de segunda mão, diz ele, o preço é bem menor, mas de difícil estimativa por variar muito em função da oferta.

Diretor do Sindipeças para o Nordeste, Marcelo Senna encara a desmobilização de fábricas das sistemistas como tendência irreversível. Ele afirma que esse processo se tornou mais urgente no caso de Camaçari porque a paralisação da Ford sem um aviso prévio à cadeia de fornecedores não permitiu que as empresas se programassem. “Foi uma decisão de negócio legítima, mas feita de forma errônea porque não permitiu às empresas do entorno se prepararem”, diz.

Senna afirma que alguns fornecedores têm de custear estoques para seis ou sete meses à frente, sem contar que alguns componentes importados vêm por transporte marítimo, em longas jornadas. “A covid prejudicou esse processo porque em dado momento tudo foi cortado e, depois, quando a economia voltou em ‘V’, muitas empresas em vez de trazerem um navio a cada mês, trouxeram até seis de uma única vez para garantir a produção”, diz.

“Agora tudo isso fica pendurado. Todas [as fornecedoras] ficaram com muita coisa encalhada porque se programaram para atender uma Ford cheia em 2021, com produção prevista de até 200 mil carros”, afirma. Ele diz não ter dúvidas de que as

companhias “fatalmente” terão prejuízo. “O tamanho disso [prejuízo] ainda é difícil de calcular.”

Senna dá como exemplo a empresa onde trabalha como gerente de fábrica de peças de fixação (parafusos, porcas e arruelas) da americana Acument. Com fábricas em Atibaia (SP) e Contagem (MG), a empresa mantém uma unidade logística em Camaçari para atender à Ford e outras sistemistas. A operação representava 35% do negócio no Brasil e envolvia, em números rebaixados pela pandemia, 120 toneladas de produtos por mês. “Nosso plano para a Ford já estava organizado. Como aço estava em falta no mercado, a Acument vinha fazendo um trabalho gigantesco para sustentar essa operação”, diz. O plano agora é incrementar o serviço para outras montadoras.

No momento, cada fornecedor negocia compensações com a Ford individualmente. O processo é encarado com normalidade pelo setor em função do nível de detalhamento dos contratos e da previsão de gastos. Em nota divulgada quando anunciou o fim da atividade industrial no Brasil, a Ford anunciou um gasto de R\$ 4,1 bilhões para arcar com os custos de sua saída. Desse valor, R\$ 2,5 bilhões estão relacionados a “compensações, rescisões, acordos e outros pagamentos”, informou a montadora.

Os custos da Ford referem-se a indenizações a trabalhadores, fornecedores, concessionários e incluem, segundo fontes do setor, os salários que têm sido pagos aos funcionários da própria Ford e também dos fornecedores instalados em seu parque industrial, que ainda não foram desligados.

Em nota ao **Valor**, a Ford disse que “está comprometida em cumprir todas as suas obrigações”. A montadora reconheceu a “natureza difícil” do anúncio do fechamento das operações, e afirmou que trabalha junto às empresas em um plano “justo e equilibrado” para minimizar o impacto do encerramento da produção. “Estamos em processo de negociação com os fornecedores, seguindo as regras estabelecidas nos contratos vigentes e a realidade específica de cada um.” Em relação a possíveis compradores da fábrica de Camaçari, a empresa disse que continuará “facilitando alternativas possíveis e razoáveis” para partes interessadas adquirirem as instalações produtivas disponíveis.

Todas as empresas citadas foram procuradas. A Tenneco Brasil disse que não se pronunciaria. A Pirelli informou que não vai abrir informações sobre transferência e venda de equipamentos. A Benteler disse que não comenta decisões de negócios de clientes. A Bosch esclareceu que fornecia para a Ford a partir da unidade fabril de Campinas.

---

## Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

---

LINK PATROCINADO

**O sutiã mais procurado pelas mulheres agora no Brasil**

SUTIÃ 5D

LINK PATROCINADO

**Mulher clareia manchas de Melasma e resultado é impressionante**

MELAN-FREE

LINK PATROCINADO

**Sapatilha especial a prova d'água é a melhor opção para não machucar os pés ou queimá-los na areia**

MOSALI

Saiba Mais

LINK PATROCINADO

**Beba 1 copo antes de dormir e veja sua gordura queimar descontroladamente**

MANUAL DA DIETA FLEXÍVEL

LINK PATROCINADO

**Relógio de luxo por um preço justo!**

USE ALFA

LINK PATROCINADO

**Relógio militar por um preço justo!**

USE ALFA

por taboola

---

## Conteúdo Publicitário

VALOR INVESTE

**Risco Brasil medido pelo CDS volta a subir com aumento das ameaças políticas**

VALOR INVESTE

**Dona da Zara tem queda de 72% no lucro em 2020 com pandemia e fechamento de lojas**

## Complexo não pode demitir

Fornecedoras da Ford têm poucas opções na Bahia e não podem demitir funcionários

Por **Gabriel Vasconcelos** — De Camaçari (BA)

12/03/2021 05h00 · Atualizado há 5 horas

Os empregados da Ford e dos fornecedores instalados dentro do complexo industrial da montadora em Camaçari (BA) ainda não foram demitidos. Parte deles voltou a trabalhar na produção de peças. Segundo a Ford, essa atividade, durará “alguns meses” e visa garantir disponibilidade de estoques de pós-venda”. A indenização dos trabalhadores, quando forem desligados, está em processo de negociação entre a Ford e o Sindicato dos Metalúrgicos de Camaçari.

Em audiência de 18 de fevereiro, foi definida a manutenção, durante três meses, de salários e benefícios, condição estendida aos empregados das fabricantes de peças instaladas dentro do mesmo complexo industrial. Segundo informações de representantes dos trabalhadores, 10% dos funcionários do complexo foram convocados para a produção extra de peças. Mas os dispensados de suas funções ainda não podem ser demitidos devido ao acordo firmado.

Nas empresas do lado de fora do Complexo Ford, com 1,2 mil operários, as demissões em massa começaram. É o caso das fabricantes de lanternas Sian e a de componentes metálicos Sodecia, que dispensaram quase todos os empregados e depositaram os valores de rescisão. No sindicato, há filas diárias para homologação.

Os contratos de trabalho dos empregados da Ford e dos fornecedores que ficam no mesmo complexo estão atrelados. Por isso, essas autopeças não podem demitir. O Ministério Público do Trabalho da Bahia diz que a extensão dos termos às

sistemistas ocorre porque essas empresas negociaram condições de trabalho em bloco com a Ford. Tudo, de faixas salariais a benefícios, são idênticos aos da Ford.

Com maior independência das operações e na relação com trabalhadores, o desmanche de fábricas tende a ser mais rápido entre as fornecedoras instaladas fora do condomínio.

A situação em Camaçari é diferente de São Bernardo do Campo, no ABC, onde a Ford anunciou o fechamento da unidade em janeiro de 2019, mas a produção foi diminuindo gradativamente até novembro do mesmo ano. Os empregados foram desligados por etapas. Na fábrica do ABC não havia fornecedores no entorno.

Na Bahia, a Ford decidiu manter o centro de engenharia. Segundo a empresa, com cerca de 700 funcionários, o núcleo atuará no desenvolvimento de produtos e tecnologias para a empresa na América do Sul e no apoio de projetos globais da companhia. As equipes trabalham em parceria com universidades, SENAIs e outras instituições.

Para Marcelo Senna, do Sindipeças, o destino das operações das empresas no complexo não será muito diferente das que estão fora. Há poucas alternativas. Uma delas é tentar elevar vendas para outras marcas. Como a maior parte das montadoras está fora do Nordeste, será necessário fechar a operação local e reforçar as que atendem montadoras em outras regiões.

Outra opção, diz Senna, seria hibernar a fábrica mediante manutenção. “É uma opção improvável, mas possível. A maior parte das máquinas pode aguardar a chegada de nova montadora até 24 meses sem grande depreciação [tecnológica]. Os gastos envolvidos nisso seriam muito inferiores ao de retirar e realocar novamente uma fábrica”, diz. A questão, aponta, é a pouca fé da cadeia na chegada de uma substituta à Ford.

## Substituta parece distante

Esforços para atrair substituta à Ford na Bahia não avançam

Por **Gabriel Vasconcelos** — De Camaçari (BA)

12/03/2021 05h00 · Atualizado há 5 horas

Os esforços para atrair a substituta à Ford na Bahia avançam pouco. Políticos e representantes da indústria debruçados admitem ser remota a chance de outra montadora comprar a fábrica de Camaçari esse ano. Os obstáculos vão da baixa atividade econômica ao gigantismo da planta, passando pela falta de concertação política.

Fontes envolvidas nas discussões afirmam que as conversas com embaixadas da Ásia foram seguidas de contatos com montadoras. O vice-governador e secretário de desenvolvimento da Bahia, João Leão (PP), mencionou ao **Valor** “tratativas embrionárias” com uma montadora coreana. As fontes citam, ainda, contatos preliminares com representantes da Mitsubishi e do grupo brasileiro Caoa, fabricante de veículos das marcas chinesa Chery e coreana Hyundai.

Quanto à Caoa, as fontes dizem haver ceticismo do governador Rui Costa (PT) devido à negociação frustrada do grupo com o governo de São Paulo envolvendo a fábrica da Ford em São Bernardo do Campo. Fechada em 2019, a unidade foi vendida um ano depois para ser transformada em centro logístico.

Ao governo da Bahia, segundo as fontes, a Caoa teria indicado interesse em licenciar a fabricação de carros Ford até atrair outras marcas e fazer uma espécie de transição. A ideia de licenciamento seria inspirada em uma experiência uruguaia. Procuradas, Caoa e Mitsubishi disseram não ter conversa direta com a Ford.

Pelo tamanho da fábrica, com capacidade para produzir 250 mil veículos por ano, o presidente da Federação das Indústrias da Bahia (Fieb), Ricardo Alban, diz que esse formato seria o ideal porque permitiria operações menores e retomada mais rápida ao não exigir adaptações imediatas nas linhas. “Trabalhamos pensando em montadoras do sudeste asiático”, diz.

Alban admite a dificuldade de reunir investidores num momento em que a indústria volta-se à transição para carros elétricos. “É uma equação difícil. Não vejo solução fácil a curto ou médio prazos, e o tempo conspira contra nós porque a estrutura de fornecedores começa a se desfazer.”

O vice-governador reclama da falta de diálogo com a Ford. “Eles [Ford] nos evitam ao máximo, se escondem. Receberam vantagens, não podem vender aquilo sem discutir com o Estado. Isso aqui não é a casa da mãe Joana”, diz Leão. A Ford tem 98,5% de isenção de ICMS na Bahia e um terminal sob regime de comodato no Porto de Aratu, que servia ao escoamento da produção.

Embora integre o PP, base de apoio ao presidente Jair Bolsonaro, Leão afirma que a Bahia vai renovar benefícios fiscais para atrair investidores. O Ministério da Economia não quis se manifestar sobre renúncias a impostos federais, caso do IPI.

Leão evita comentar críticas do Planalto aos incentivos concedidos à Ford, como fez Rui Costa. O governador petista não tem abertura com Bolsonaro, com quem troca farpas constantes. No município não é diferente. Na oposição à Bolsonaro e ao PT, o prefeito de Camaçari, Elinaldo Araújo (DEM), diz não conseguir reunião com Costa para tratar do caso. “Falta liderança. A primeira preocupação tem que vir do presidente, mas também não se organiza a frente de prefeitos, governadores e deputados dos Estados onde a Ford fechou fábricas para pressionar o governo federal”, reclama.

---

## Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Novo gel clareador de manchas vira febre em Salvador





Veículo: Gov Bahia	
Data: 11/03/2021	



## Governo assina convênio com a Coelba para democratizar acesso à internet banda larga na Bahia

11 março 2021



Foto: Camila Souza/GOVBA

Um convênio, assinado entre o Governo do Estado, por meio das secretarias de Ciência, Tecnologia e Inovação (Secti) e de Infraestrutura (Seinfra), com a Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia (Coelba) e a Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP) dará novo impulso à universalização da internet banda larga em território baiano. O acordo, publicado no Diário Oficial desta quarta-feira (10), permitirá a interiorização da rede de fibra ótica a serviço da Ciência, Tecnologia e Inovação (CTI) utilizando a rede de transmissão elétrica, que oferece uma infraestrutura de postes para lançamentos de cabos.

Assim, a iniciativa possibilitará às escolas e universidades do estado da Bahia internet banda larga de alta velocidade, bem como a futura utilização da rede por provedores locais, fazendo com que a população também receba internet de melhor qualidade em suas residências.

Para a secretária estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação, Adélia Pinheiro, essa é uma oportunidade para que a tecnologia possa chegar em lugares que ainda não foram alcançados. “Quando surgiu a internet, ela cumpria um papel diferente, mas com o passar dos anos, levar conexão de qualidade à população, inclusive com o nosso foco para universidades e escolas, se tornou essencial. A nossa luta por uma Bahia inteiramente conectada reflete mais um dos compromissos do governador Rui Costa com a sociedade”, afirmou, lembrando que o convênio firmado ajudará também na aceleração de projetos de conectividade que já estão sendo realizados nas cidades de Vitória da Conquista, Senhor do Bonfim, Guanambi, Itaberaba, Ilhéus e Itabuna, bem como cidades previstas para este ano (Irecê, Santo Antônio de Jesus, Barreiras e Juazeiro).

“Em um momento de pandemia, as aulas presenciais foram substituídas pelas remotas. A internet se torna uma das principais ferramentas de educação em todo o mundo. O convênio permitirá o acesso mais rápido aos conteúdos disponíveis para as redes de ensino sob a responsabilidade do Governo da Bahia. A parceria entre as secretarias estaduais de Infraestrutura e de Ciência, Tecnologia e Inovação junto com a Coelba e a RNP facilitará a chegada de internet banda larga nas instituições de ensino e pesquisa no interior baiano”, ressaltou o secretário de Infraestrutura do Estado, Marcus Cavalcanti.

### Inclusão digital

Atualmente, a RNP já executa programas ligados não somente à conexão de instituições de ensino superior, mas também de escolas (Educação Conectada) e outros programas que atingem as áreas de Cultura (Cinema em Rede), Medicina (Rede Universitária de Telemedicina), dentre outros, além de compartilhar infraestrutura com os provedores locais.

Para o diretor de Engenharia e Operações da RNP, Eduardo Grizendi, o acordo representa mais uma ação da organização em prol da inclusão digital no país. “Fazer parte deste convênio e ajudar a levar internet banda larga para o interior baiano só fortalece o papel da RNP de atender cada vez melhor as necessidades da nossa comunidade de ensino, pesquisa e inovação, com conexões de alta capacidade e serviços de comunicação e colaboração à distância, principalmente nesse período de enfrentamento à Covid-19”, declarou Simões.

A consolidação e expansão da Rede Integra Bahia é semelhante a um convênio firmado no estado de Pernambuco com a CELPE, também pertencente ao Grupo Neoenergia. “Essa é uma parceria estratégica, especialmente nesse momento em que a internet é de extrema necessidade para a educação com a rápida expansão das aulas remotas. A Coelba e a Neoenergia seguem alinhadas aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU, que colocam parcerias e meios de implementação em prol dos objetivos como metas globais a serem atingidas até 2030”, destacou o diretor presidente da Coelba, Luiz Antonio Ciarlini.

Veículo: Bahia Econômica	
Data: 12/03/21	



## ECONOMIA ESTÁ COMEÇANDO A DECOLAR DE NOVO, DIZ GUEDES EM MEIO A AVANÇO DA PANDEMIA



admin 12 Março, 2021

O ministro Paulo Guedes (Economia) afirmou que a arrecadação federal de fevereiro alcançou um recorde para o período e que a economia do país “está começando a decolar de novo”. “A arrecadação em fevereiro deste ano [é um] recorde histórico para fevereiro”, afirmou ao lado de Bolsonaro durante reunião da frente parlamentar da micro e pequena empresa. “A economia voltou em V e está começando a decolar de novo”, disse. As afirmações são ditas em um momento em que governadores e prefeitos aumentam as restrições das atividades devido ao avanço da Covid-19, indicadores como a inflação chamam a atenção de analistas ao subir acima das estimativas e economistas apostam no aumento da taxa básica de juros já neste mês.

O ministro lamentou as mortes pela Covid chamando a pandemia de tragédia humana e defendeu a vacinação em massa da população. “Evidentemente, vacina em massa de um lado para o retorno seguro ao trabalho. E, de outro lado, girar a economia. É isso que estamos olhando para a frente”, disse. Para ele, a saúde deve ser colocada em primeiro lugar. “Temos que cuidar da saúde, evidentemente. saúde em primeiro lugar. Sem saúde, não tem trabalhador, pequena e média empresa, não tem economia, mas não podemos descuidar da economia, que é sempre a ênfase do discurso que o presidente fez”, disse.

“Economia e saúde andam juntos. Seguimos desde o início essa orientação”, afirmou. Guedes disse que o PIB (Produto Interno Bruto) neste ano vai crescer pelo menos 3%, como indicam as previsões após a queda de 4,4% em 2020. “Não entro na área da saúde, mas na economia tenho que dizer o seguinte: a economia está de novo decolando”, disse. “Neste ano, temos uma

taxa praticamente garantida de 3%, 3,5%. E pode ser muito mais dependendo da nossa capacidade de juntos formularmos as soluções”, disse.

Guedes disse que o governo vai reeditar o programa de manutenção de empregos e que está formulando novas medidas, como um seguro emprego. “Por que não dar R\$ 500 para ter um seguro emprego? Em vez de esperar alguém ser demitido e dar R\$ 1.000, vamos evitar a demissão pagando R\$ 500 antes. Em vez de uma cobertura de quatro meses, como é o seguro desemprego, vamos fazer uma cobertura de 11, 12 meses, pela metade do custo”, disse ao participar virtualmente de encontro da frente parlamentar da micro e pequena empresa.

Conforme mostrou o jornal Folha de S.Paulo, Guedes vem trabalhando em medidas como o do seguro emprego que amenizem os custos para os cofres públicos. O ministro ressaltou a relevância do Congresso nas discussões e lembrou da aprovação recente da autonomia do Banco Central, em sua visão uma medida importante para que o aumento de preços verificado durante a pandemia não se perpetue. “É um aumento transitório”, disse. O IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo), divulgado nesta semana, veio acima das projeções de mercado e fechou fevereiro em 0,86%. A variação em 12 meses foi de 5,2% e coloca o indicador praticamente no teto da meta de 5,25% (a meta é 3,75% com 1,5% de banda). Entre os vilões estiveram os combustíveis.

Veículo: Site Bahia Notícias	Online
Data: 12/03/2020	Caderno: Notícias



Sexta, 12 de Março de 2021 - 09:20

## ***Pazuello pede, mas Rui diz que não vai abrir mão de comprar Sputnik V para o Nordeste***

O governador Rui Costa (PT) disse ao ministro da Saúde, Eduardo Pazuello, que não vai abrir mão de comprar 20 milhões de doses da vacina Sputnik V para a Bahia e demais estados da região Nordeste.

O anúncio do petista, de que vai assinar nesta sexta (12) o contrato para adquirir 6 milhões de doses do imunizante para o estado, provocou um impasse com o governo federal.

Segundo a CNN Brasil, o Ministério da Saúde autorizou no final da tarde desta quinta-feira (11) a assinatura de um contrato para a aquisição de 10 milhões de doses da vacina, no segundo trimestre deste ano. Entretanto, a autorização veio na véspera de Rui Costa finalizar as negociações com o Fundo Soberano da Rússia para comprar as 20 milhões de doses para o Nordeste.

Isso fez com que Pazuello conversasse com Rui por telefone sobre a questão, na noite desta quinta. Segundo o governador, o ministro disse ter interesse em fazer a compra de todas as doses possíveis e teria pedido que ele intermediasse a compra com o fundo.

"O ministro informou que comprou as 10 milhões de doses da Sputnik, e eu disse a ele que, independentemente disso, nós vamos assinar o contrato. Ele falou então que o Ministério tem interesse em adquirir todas as doses que o fundo tiver disponível", relatou Rui.

"Falei para ele que faria essa intermediação, mas que pretendia comprar as 20 milhões de doses, pois temo perder a oportunidade dessa compra", afirmou. O governador informou, ainda, que o fundo russo teria 39 milhões de doses disponíveis para o Brasil. Os dois devem voltar a se falar nesta sexta.

Veículo: Site Bahia Notícias	Online
Data: 12/03/2020	Caderno: Notícias



Sexta, 12 de Março de 2021 - 08:40

## ***Rui sanciona lei que autoriza Embasa a pedir empréstimo de R\$ 500 mi ao BB***

por Ailma Teixeira



O governador Rui Costa (PT) sancionou a lei que autoriza o Poder Executivo a prestar uma contragarantia à União no empréstimo que será feito pela Empresa Baiana de Águas e Saneamento S.A. (Embasa). A legislação em questão, de nº 14.307/2021, é de autoria do próprio Executivo e foi aprovada pela Assembleia Legislativa da Bahia (AL-BA) na última terça-feira (9) ([veja aqui](#)).

A Embasa vai fazer um empréstimo de R\$ 500 milhões com o Banco do Brasil. Com assinatura dos secretários de Infraestrutura Hídrica e Saneamento, Leonardo Góes, **da Fazenda, Manoel Vitória**, e da Casa Civil em exercício, Carlos Mello, o governo baiano vincula o acordo financeiro ao cumprimento do Novo Marco Legal de Saneamento, aprovado pela Lei Federal nº 14.026/2020. De acordo com o parágrafo único da legislação estadual, os recursos que serão obtidos com o banco se destinam à aplicação em atividades operacionais e investimentos na área.

Veículo: Site Bahia Notícias	Online
Data: 12/03/2020	Caderno: Notícias



Sexta, 12 de Março de 2021 - 07:40

## ***Bahia deve colher 9,7 toneladas de grãos em 2021; feijão, milho e café podem ter baixa***

A produção de grãos na Bahia neste ano foi estimada em 9,7 milhões de toneladas. A informação, com base em pesquisa do IBGE, foi divulgada nesta quinta-feira (11) pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI). Na categoria de grãos foram considerados cereais, oleaginosas e leguminosas – algodão (caroço de algodão), amendoim, arroz, aveia, centeio, cevada, feijão, girassol, mamona, milho, soja, sorgo, trigo e triticale.

Mesmo com as 9,7 toneladas, houve uma retração de 3,1% na produção comparada à safra de 2020 – que foi o melhor resultado da série histórica da pesquisa. Em relação à estimativa feita em janeiro deste ano, foi registrada variação negativa de 1,1 ponto percentual. As lavouras do feijão e do milho, cultivadas em boa parte do semiárido do estado, devem ser as mais impactadas no Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA), feito pelo IBGE.

Em relação à estimativa de área plantada e colhida, ambas foram estimadas em 3,17 milhões de hectares (ha), expansão de 1,1% na comparação interanual. Com isso, a produtividade média estimada para a safra de grãos no estado foi de 3,07 ton./ha, cerca de 4,7% inferior à do ano passado. A produção de algodão (caroço e pluma), em 2021, manteve-se projetada em torno de 1,2 milhão de ton., que representa retração de 18,5% na comparação anual. A previsão de área plantada está em 266 mil ha, recuo de 15,6% na mesma base de comparação.

A soja, cujo plantio foi concluído, poderá alcançar 6,4 milhões de ton. – a maior da série histórica do levantamento –, alta de 6,3%, em relação a 2021. A estimativa da área plantada soma 1,7 milhão ha., o que supera em 4,9% a de 2020, e o rendimento médio esperado da lavoura é de 3,8 ton./ha.

O milho deve ter recuo na colheita ante safra 2020, ampliada para 15,4%, sendo estimada em 2,2 milhões de toneladas em 2021. Com relação à área plantada (635 mil ha), o IBGE revisou para cima, o que indica uma expansão de 1,8% na comparação anual.

Na atual temporada, o feijão colhido deve somar 211 mil ton., recuo de 27,2%, em relação a 2020. Apesar disso, o levantamento revela uma área plantada 2,6% superior à verificada no ano passado e estimada em 435 mil hectares.

No caso da cana-de-açúcar, a estimativa é de 5,4 milhões de ton., alta de 5,8% em relação à safra anterior. A estimativa de cacau ficou projetada em 110 mil ton., queda de 6,8% na comparação com 2020.

O café deve também apresentar baixa neste ano. A estimativa ficou em 200,1 mil ton., 18,3% abaixo da produção.

<b>Veículo: Política Livre</b>	
<b>Data: 12.03.2021</b>	<b>Caderno: Economia</b>



## Hospital de campanha para pacientes com Covid-19 é inaugurado em Guanambi

### INTERIOR

Um hospital de campanha para pacientes com Covid-19 foi inaugurado em Guanambi, sudoeste da Bahia, nesta quarta-feira (10).

Segundo a prefeitura, a unidade inicialmente terá 30 leitos clínicos equipados e a capacidade poderá ser ampliada. No local, funcionava uma clínica universitária. O espaço foi cedido sem custos para o município.

Na semana passada, a taxa de ocupação dos leitos para tratamento da Covid-19 chegou a 100% em Guanambi. Por causa da lotação, alguns pacientes precisaram ser transferidos para outras cidades da Bahia e também para fora do Estado.

Guanambi e outras 21 cidades da região sudoeste estão com medidas restritivas para conter o avanço da doença, desde 5 de março. A medida vale até as 5h da próxima segunda-feira (15). Nessas cidades, só estão autorizados a funcionar serviços essenciais.

Além disso, está em vigor também o decreto de toque de recolher, até as 5h do dia 1º de abril. Das 20h as 5h do dia seguinte, a circulação de pessoas nas ruas é restrita. Os estabelecimentos comerciais e de serviços devem encerrar as atividades com até 30 minutos de antecedência



Veículo: Política Livre	
Data: 12.03.2021	Caderno: Economia



11 de março de 2021 | 21:47

## Rui anuncia compra de 6 milhões de doses da vacina Sputnik V

### BAHIA

O governador Rui Costa (PT) utilizou suas redes sócias, na noite desta quinta-feira (11), para anunciar que o Governo do Estado assinará contrato, nesta sexta-feira (12), com o Fundo Soberano Russo para compra de 6 milhões de doses da Sputnik V, vacina contra a Covid-19.

“Tudo pronto para assinar nesta sexta-feira (12), o contrato do @governodabahia com o Fundo Soberano Russo para compra de 6 milhões de doses da Sputnik V. Se tudo der certo, teremos mais vacinas em nosso estado para acelerar a imunização de baianos e baianas. Vacina salva vidas!”, postou o governador.

Veículo: Bocão News	
Data: 11/03/21	



ECONOMIA E MERCADO

## **Economia está começando a decolar de novo, diz Guedes em meio a avanço da pandemia**



11 de Março de 2021 às 17:07 Por:

*Marcelo Camargo/Agência Brasil Por: Folhapress*

O ministro Paulo Guedes (Economia) afirmou que a arrecadação federal de fevereiro alcançou um recorde para o período e que a economia do país "está começando a decolar de novo".

"A arrecadação em fevereiro deste ano [é um] recorde histórico para fevereiro", afirmou ao lado de Bolsonaro durante reunião da frente parlamentar da micro e pequena empresa. "A economia voltou em V e está começando a decolar de novo", disse.

As afirmações são ditas em um momento em que governadores e prefeitos aumentam as restrições das atividades devido ao avanço da Covid-19, indicadores como a inflação chamam a atenção de analistas ao subir acima das estimativas e economistas apostam no aumento da taxa básica de juros já neste mês.

O ministro lamentou as mortes pela Covid chamando a pandemia de tragédia humana e defendeu a vacinação em massa da população.

"Evidentemente, vacina em massa de um lado para o retorno seguro ao trabalho. E, de outro lado, girar a economia. É isso que estamos olhando para a frente", disse.

Para ele, a saúde deve ser colocada em primeiro lugar. "Temos que cuidar da saúde, evidentemente. saúde em primeiro lugar. Sem saúde, não tem trabalhador, pequena e média empresa, não tem economia, mas não podemos descuidar da economia, que é sempre a ênfase do discurso que o presidente fez", disse.

"Economia e saúde andam juntos. Seguimos desde o início essa orientação", afirmou.

Guedes disse que o PIB (Produto Interno Bruto) neste ano vai crescer pelo menos 3%, como indicam as previsões após a queda de 4,4% em 2020. "Não entro na área da saúde, mas na economia tenho que dizer o seguinte: a economia está de novo decolando", disse.

"Neste ano, temos uma taxa praticamente garantida de 3%, 3,5%. E pode ser muito mais dependendo da nossa capacidade de juntos formularmos as soluções", disse.

Guedes disse que o governo vai reeditar o programa de manutenção de empregos e que está formulando novas medidas, como um seguro emprego.

"Por que não dar R\$ 500 para ter um seguro emprego? Em vez de esperar alguém ser demitido e dar R\$ 1.000, vamos evitar a demissão pagando R\$ 500 antes. Em vez de uma cobertura de quatro meses, como é o seguro desemprego, vamos fazer uma

cobertura de 11, 12 meses, pela metade do custo", disse ao participar virtualmente de encontro da frente parlamentar da micro e pequena empresa.

Conforme mostrou o jornal Folha de S.Paulo, Guedes vem trabalhando em medidas como o do seguro emprego que amenizem os custos para os cofres públicos.

O ministro ressaltou a relevância do Congresso nas discussões e lembrou da aprovação recente da autonomia do Banco Central, em sua visão uma medida importante para que o aumento de preços verificado durante a pandemia não se perpetue. "É um aumento transitório", disse.

O IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo), divulgado nesta semana, veio acima das projeções de mercado e fechou fevereiro em 0,86%. A variação em 12 meses foi de 5,2% e coloca o indicador praticamente no teto da meta de 5,25% (a meta é 3,75% com 1,5% de banda). Entre os vilões estiveram os combustíveis.

Veículo: Bocão News	
Data: 11/03/21	



ECONOMIA E MERCADO

## **Guedes diz que vai retomar programa que permite empresas cortarem salários com antecipação do seguro-desemprego**



11 de Março de 2021 às 17:40 Por: Edu

*Andrade/ME Por: Redação BNews*

**O ministro da Economia, Paulo Guedes, afirmou nesta quinta-feira (11) que o Governo Federal vai retomar o programa que permite o corte de salário de funcionários por parte de empresas, com a antecipação do seguro-desemprego.**

**Segundo o ministro, o Benefício Emergencial (BEm) foi fundamental para manter 11 milhões de postos de trabalho no ano passado.**

**Em audiência, Guedes explicou que o governo Bolsonaro pode estabelecer um "seguro-emprego": no lugar de pagar R\$ 1 mil aos desempregados, dar R\$ 500 ao mês para que o seu emprego seja mantido por até 11 meses.**

**De acordo com informações do Estadão, o secretário especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia, Bruno Bianco, disse que o programa será relançado nos próximos dias.**

**Os detalhes do programa ainda estão sendo finalizados pela equipe da pasta.**

Veículo: Varela Notícias	
Data: 12/03/21	



12/03/21 às 09h56 - Atualizado em 12/03/21 às 09h57

## Vendas do comércio recuam 0,2% em janeiro, diz IBGE

Varejo também teve quedas de 0,3% na comparação com janeiro do ano passado



Foto: Rovena Rosa/Agência Brasil

Agência Brasil

O volume de vendas do comércio varejista recuou 0,2% na passagem de dezembro de 2020 para janeiro deste ano. Essa foi a terceira queda consecutiva do indicador, que já havia caído 6,2% na passagem de novembro para dezembro. O dado é da Pesquisa Mensal do Comércio (PMC), divulgada hoje (12) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

O varejo também teve quedas de 0,3% na comparação com janeiro do ano passado e de 2,2% na média móvel trimestral. No acumulado de 12 meses, no entanto, o comércio teve alta de 1%.

A receita nominal cresceu 0,7% na comparação com dezembro, 8,7% em relação a janeiro de 2020 e 6,3% no acumulado de 12 meses.

Na comparação de janeiro com dezembro, o volume de vendas registrou queda em cinco das oito atividades pesquisadas, com destaque para livros, jornais, revistas e papelaria (-26,5%). Também recuaram tecidos, vestuário e calçados (-8,2%), móveis e eletrodomésticos (-5,9%), supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo (-1,6%) e combustíveis e lubrificantes (-0,1%).

Três segmentos tiveram alta em janeiro, na comparação com o mês anterior: outros artigos de uso pessoal e doméstico (8,3%), artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos (2,6%) e equipamentos e material para escritório, informática e comunicação (2,2%).



## mercado

## PAINEL S.A.

Joana Cunha  
painelsa@grupofolha.com.br

## Sacode a poeira

Após toda a expectativa gerada com os anúncios de altas vendas de barbeadores ou robôs de aspirador e outros itens para ajudar na quarentena das famílias, a indústria de eletroeletrônicos e eletrodomésticos amargou queda de quase 2% nas vendas totais em 2020 ante o ano anterior, segundo resultado que a Eletros, associação do setor, vai divulgar nesta sexta (12). O resultado surpreendeu, mas foi considerado positivo, segundo Jorge Nascimento, presidente da Eletros.

**TOMADA** O baque foi no segmento de eletroportáteis, justamente o do aspirador robô, que virou febre na quarentena da classe média quando a rotina dos empregados domésticos foi suspensa. A venda total da categoria, que incluiu outros cerca de 500 produtos, caiu 10% no ano.

**PÓ** O aspirador não é significativo no resultado setorial. Foi a sensação da indústria em 2020, mas é um produto caro e restrito. Outros protagonistas, como o ferro de passar e a lavadora de alta pressão tiveram desempenhos fracos.

**TOMBO** Os portáteis cresceram por alguns meses. "Mas de uma hora para a outra, caiu. Teve um redirecionamento. Quando a quarentena se estendeu, a prioridade foi deixar a casa confortável, com ar-condicionado, TV no quarto e lava-louça", diz Nascimento, que atribui o desempenho ao auxílio emergencial.

**FORNO** Já nas categorias de alto valor agregado, que têm maior peso no faturamento da indústria, o resultado foi um alívio. Na chamada linha branca, de fogão e geladeira, a queda foi de só 1%. Na linha marrom, das TVs, foi de 0,1%.

**FIQ** "Algumas empresas tiveram crise no fornecimento de insumos. Faltou aço, plástico e até papelão para embalagem, atrasando a entrega. Houve indústrias que anteciparam férias porque não conseguiram operar sem insumo. Se não fosse isso, teria empapado com o ano anterior", diz.

**LOJA** Nascimento afirma que os produtos de grande volume têm menor vazão pelo e-commerce, porque o consumidor gosta de abrir a geladeira antes de comprar. "Foi horrível no primeiro semestre, quando o varejo fechou. Assim que abriu, teve o boom de procura por esses produtos, levando algumas empresas a trabalharem até três turnos, mas faltou insumo em novembro", diz.

**BOLSO** A preocupação agora é com a inflação. "Os problemas são a variação cambial grande, porque boa parte dos insumos são importados, e a alta no preço dos principais insumos: aço e plástico", diz.

com Filipe Oliveira e Andressa Motter

## INDICADORES



**CONTRIBUIÇÃO À PREVIDÊNCIA**

Competência fevereiro

**Autônomo, empregador e facultativo**

Valor mín. R\$ 1.100,00 20% R\$ 220,00  
Valor máx. R\$ 6.433,57 20% R\$ 1.286,71

O autônomo que prestar serviços só a pessoas físicas (e não a pessoas jurídicas) e o facultativo podem contribuir com 11% sobre o salário mínimo. Donas de casa de baixa renda podem recolher sobre 5% do piso nacional. O prazo para o facultativo e o autônomo que recolhe por conta própria vence em 15 mar.

**MEI (Microempreendedor)**

Valor mín. R\$ R\$ 1.100 5% R\$ 55,00

**Assalariado**

Até R\$ 1.100	Alíquota	7,5%
De R\$ 1.100,00 a R\$ 2.203,48		9%
De R\$ 2.203,49 a R\$ 3.305,22		12%
De R\$ 3.305,23 a R\$ 6.433,57		14%

O prazo para recolhimento das contribuições do empregado vence em 19 mar. As alíquotas progressivas são aplicadas sobre cada faixa salarial que compõe o salário de contribuição

**PNEU** O prefeito de São Paulo, Bruno Covas, abriu uma exceção na pandemia e autorizou táxis, vans escolares e carros de motoristas de aplicativo a rodarem com limite de tempo de fabricação excedido até o fim do ano. Para táxis e vans escolares, o prazo normal é de dez anos, mas quem atingiu poderá extrapolar temporariamente. Para os veículos de app, como Uber e 99, o teto são nove anos.

**PRATO** Restaurantes estão com dificuldade para pagar salário de garçons e cozinheiros, segundo a ANR (associação do setor). De acordo com a entidade, em seu último levantamento, feito após o dia 5 deste mês, quase 50% dos estabelecimentos dizem não ter conseguido honrar o compromisso com os funcionários.

**TIJOLO** No ano passado, o varejo de material de construção reagiu rápido quando foi excluído da lista de setores essenciais, reivindicando para manter a porta aberta na quarentena. Mas desta vez, responderam diferente quando Doria anunciou nesta quinta (11) que eles terão de fechar.

**UTI** A Anamac, entidade do setor, diz que só vai falar do assunto na semana que vem. A Leroy Merlin, que no ano passado enviou pedido aos governos para ser equiparada a farmácia e mercado, hoje diz que o momento requer medida drástica e vai cumprir.

**URNA** Luciano Huck publicou artigo no Financial Times nesta quinta (11) criticando a gestão de Bolsonaro na crise sanitária e na proteção ambiental. Também cita o caso da interferência na Petrobras e o impacto do retorno político de Lula na confiança do mercado. Cotado como candidato em 2022 com apoio de parte do empresariado, Huck discorre ainda sobre o negacionismo climático no país.

**ÓCULOS** O texto do apresentador foi lido entre empresários brasileiros como uma exposição internacional no momento em que o ex-presidente Lula volta a ter condições de disputar a eleição de 2022. O jornal britânico Financial Times é uma das principais publicações econômicas no mundo.

## Mercado dá como certa 1ª alta do juro em 6 anos

Continuação da pág. A17

Gutierrez afirma que, por trás da alta da inflação ao consumidor, há um choque de expectativas inflacionárias e que não adianta nada o BC não subir os juros por causa da fraca atividade econômica.

"A gente vai ficar em um mundo pior ainda. Vai ter mais inflação, isso vai reduzir ainda mais o eventual crescimento do PIB. Os juros futuros vão subir mais desordenadamente do que já vêm subindo. Para o PIB crescer, você precisa de uma série de condições na economia, incluindo as condições financeiras. Não subir os juros agora em detrimento de um PIB um pouco maior é uma falsa questão", afirma.

"Se você tem uma inflação crescendo, ao Banco Central só cabe uma coisa. Se é uma inflação de demanda, é o remédio clássico, tem de subir juros. Não é de demanda, mas é de expectativas. Então também é o remédio clássico, tem de subir juros, não tem jeito". Um dos três analistas que projetam um aumento menor dos juros no próximo Copom, segundo a Bloomberg, é

a economista-chefe da Ativa Investimentos, Étore Sanches.

Para ele, acelerar o ritmo de aumento dos juros, que atualmente estão abaixo da inflação corrente com objetivo de estimular a economia, vai derubar a inflação e as expectativas para 2022, que ainda estão em linha com a meta. Como a política monetária tem defasagens em relação a seus efeitos, subir muito a taxa agora não ajudaria a segurar a alta de preços neste ano.

Segundo Sanches, se o câmbio não mexeu com as expectativas para 2022, o Banco Central tem de fazer a condução da política monetária de maneira serena e gradual.

"Tudo esse fervor a que a gente está assistindo em relação à inflação deste ano não tem ser refletido na do ano que vem. Pelo contrário, as expectativas em relação à atividade vêm sendo revisadas para baixo, o grau de incerteza em relação ao horizonte econômico e político subiu bastante. Tudo isso mitiga investimento, crescimento, e a gente não vê uma pressão inflacionária". Ele afirma que o processo de

**+**  
**DÓLAR CAI**  
**2% COM**  
**EXPECTATIVA**  
**SOBRE ALTA**  
**DO JUROS**

O dólar emendou um segundo dia de forte queda ante o real nesta quinta (11). A moeda caiu 2,03% no pregão, a R\$ 5,54, menor valor desde 25 de fevereiro. Na véspera, a moeda recuara 2,36%, a R\$ 5,6550. Segundo analistas, o mercado repercutiu a expectativa da primeira alta na taxa básica de juros (Selic) em seis anos, o que pode atrair um fluxo de dólares para investimento.

vacinação só deve ganhar força no último trimestre, o que dificulta a retomada das atividades, o avanço do PIB e o surgimento de eventuais pressões inflacionárias adicionais.

"Subir os juros em 0,25, iniciar o ciclo, é diferente de dar 0,50 [ponto percentual] agora. Hoje o mercado está precificando 6,30% de Selic em janeiro de 2022. Isso já está no patamar restritivo de política monetária. A partir desse patamar, a gente vai errar ainda mais a atividade".

O professor da Fipecafi Estácio Alexandre afirma que seria saudável aumentar os juros para conter um pouco mais o aumento da inflação a curto prazo e que isso deve contribuir para reduzir um pouco a pressão em cima do dólar, ao reduzir a diferença de juros entre o Brasil e o exterior.

"Fica mais atrativo aplicar dinheiro no Brasil. A gente está vivendo um ambiente de muita incerteza e volatilidade no mercado. É uma tendência mundial subir as taxas de juros. Se o Brasil não subir, pode gerar uma tendência de saída de capital".



Jair Bolsonaro e Paulo Guedes em videoconferência com frente parlamentar Marcos Corrêa/Divulgação Presidência

# Economia começa a decolar de novo, afirma Guedes em meio a avanço da Covid

No momento em que governadores e prefeitos limitam atividades para combater pandemia, ministro destaca arrecadação de fevereiro

Fábio Pupo e Daniel Carvalho

**BRASÍLIA** O ministro Paulo Guedes (Economia) afirmou que a arrecadação federal de fevereiro alcançou um recorde para o período e que a economia do país "está começando a decolar de novo".

"A arrecadação em fevereiro deste ano [é um] recorde histórico para fevereiro", afirmou ao lado de Bolsonaro durante reunião virtual da frente parlamentar da micro e pequena empresa. "A economia voltou em V" e está começando a decolar de novo", disse.

As afirmações são ditas em um momento em que governadores e prefeitos aumentam as restrições das atividades devido ao avanço da Covid-19, indicadores como a inflação chamam a atenção de analistas ao subir acima das estimativas e economistas apostam no aumento da taxa básica de juros já neste mês.

O ministro lamentou as mortes pela Covid, ao chamar a pandemia de tragédia humana, e defendeu a vacinação em massa da população. "Evidentemente, vacina em massa de um lado para o retorno seguro ao trabalho. E,

de outro lado, girar a economia. É isso que estamos olhando para a frente", disse.

Para ele, a saúde deve ser colocada em primeiro lugar. "Temos que cuidar da saúde, evidentemente. Saúde em primeiro lugar. Sem saúde, não tem trabalhador, pequena e média empresa, não tem economia, mas não podemos descuidar da economia, que é sempre a ênfase do discurso que o presidente fez", disse.

"Economia e saúde andam juntos. Seguimos desde o início essa orientação", afirmou. Guedes disse que o PIB neste ano vai crescer pelo menos 3%, como indicam as previsões após a queda de 4,4% nem 2020. "Não entro na área da saúde, mas na economia tenho que dizer o seguinte: a economia está de novo decolando", disse.

"Neste ano, temos uma taxa praticamente garantida de 3%, 3,5%. E pode ser muito mais dependendo da nossa capacidade de, juntos, formarmos as soluções", disse.

Guedes disse que o governo vai reeditar o programa de manutenção de empregos e que está formulando novas medidas, como um seguro-emprego.

“Por que não dar R\$ 500 para ter um seguro-emprego? Em vez de esperar alguém ser demitido e dar R\$ 1.000, vamos evitar a demissão pagando R\$ 500 antes. Em vez de uma cobertura de quatro meses, como é o seguro-desemprego, vamos fazer uma cobertura de 11, 12 meses, pela metade do custo”, disse.

Conforme mostrou a Folha, Guedes vem trabalhando em medidas como o do seguro-emprego que amenizem os custos para os cofres públicos.

O ministro ressaltou a relevância do Congresso nas discussões e lembrou da aprovação recente da autonomia do Banco Central, em sua visão uma medida importante para que o aumento de preços verificado durante a pandemia não se perpetue. "É um aumento transitório", disse.

O IPCA de fevereiro, divulgado nesta quinta-feira (11), veio acima das projeções e fechou a 0,86%. A variação em 12 meses foi de 5,2% e pôs o indicador praticamente no teto da meta de 5,25% (o centro é 3,75%, com 1,5% de intervalo de tolerância, para mais ou para menos). Entre os vilões do mês, estiveram os combustíveis e a educação.

“Não entro na área da saúde, mas na economia tenho que dizer o seguinte: a economia está de novo decolando”, disse.

Paulo Guedes ministro da Economia

# Em um ano de pandemia, alta dos alimentos é quase o triplo da inflação

Com pressão da gasolina, IPCA acelera e fecha fevereiro em 0,86%, maior taxa para o mês desde 2016

## UM ANO DE PANDEMIA NA ECONOMIA

Nicola Pamplona

**RIO DE JANEIRO** Em 12 meses desde o início da pandemia, o preço dos alimentos subiu 15% no país, quase o triplo da taxa oficial de inflação do período, que ficou em 5,2%, informou nesta quinta-feira (10) o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

Foi a primeira divulgação do IPCA compreendendo 12 meses sob influência da pandemia, decretada pela OMS (Organização Mundial de Saúde), no dia 11 de março de 2020.

Com forte pressão dos reajustes da gasolina, o índice voltou a acelerar em fevereiro, fechando o mês em 0,86%, ante 0,25% em janeiro. Segundo o IBGE, foi a maior alta para fevereiro desde 2016.

Com a alta dos alimentos, a taxa acumulada em 12 meses chegou a 5,2%, a maior desde janeiro de 2017 e próxima do teto de 5,25% estabelecido pelo Banco Central.

A escalada dos preços dos alimentos atingiu em cheio o consumidor já no início da pandemia, tornando ainda mais difícil a travessia dos meses de distanciamento social e perda de renda provocada pelo fechamento de negócios e aumento do desemprego.

Nestes 12 meses de pandemia, o óleo de soja subiu 87,89%, o arroz, 69,80%, e a batata, 47,84%. O leite longa vida, outro produto sob grande pressão, subiu 22,52%.

Entre os grupos de alimentos pesquisados pelo IBGE, as maiores altas ocorreram em cereais, leguminosas e oleaginosas (57,83%), óleos e gorduras (55,98%), tubérculos, raízes e legumes (31,62%), carnes (29,51%) e frutas 27,09%.

Em 2020, o governo chegou a anunciar medidas para tentar conter a escalada, como a isenção de impostos para importação de arroz, soja e milho, mas os impactos foram pequenos. Nas últimas semanas, a alta do custo de vida é

tema de campanhas contra o presidente Jair Bolsonaro nas redes sociais.

A alta é explicada pelo mercado como um efeito combinado de uma mudança na cesta de consumo do brasileiro, que passou a comer mais em casa, aliada ao aumento da demanda internacional por commodities agrícolas e desvalorização cambial, que impacta o preço dos produtos em reais.

"Não foi exclusividade do Brasil. Quando olhamos para outros países, a inflação tem uma cara parecida", diz a economista do Itaú Júlia Passabom. "O que deixa nosso momento particularmente intenso é o câmbio."

Pelada da demanda interna, os efeitos do desemprego foram parcialmente compensados pela distribuição do auxílio emergencial pelo governo. Ainda assim, diz Passabom, a escalada dos preços dos alimentos como uma parcela cada vez maior da renda das famílias, principalmente as de renda mais baixa.

Os efeitos desse cenário adverso, diz, devem ter impactos no ritmo do consumo e ajudar a segurar a atividade econômica este ano.

Segundo o IBGE, a suspensão do auxílio, em dezembro, já vem tendo efeitos nas gôndolas: com menor procura, a inflação dos alimentos desacelera desde o fim de 2020.

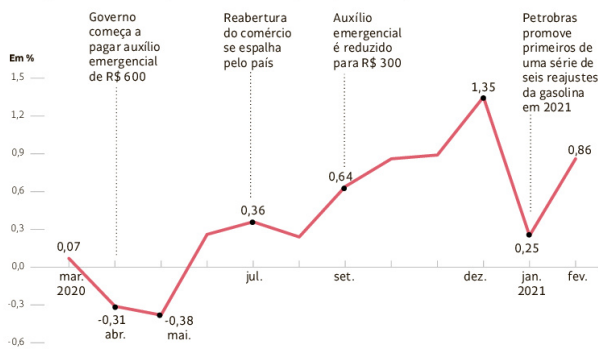
Em fevereiro, o grupo alimentos e bebidas subiu 0,27%, menos do que 0,02% registrado em janeiro, com queda nos preços de produtos como batata-inglesa (14,72%), tomate (8,55%) e leite longa vida (3,30%) e óleo de soja (3,15%).

Nesta quinta, a Apas (Associação Paulista de Supermercados) informou que o setor voltou a registrar deflação depois de um ano, com queda de 0,5% no preço dos produtos vendidos. Os principais motivos, diz, foram "a ausência do Carnaval e a espera do consumidor por novos auxílios".

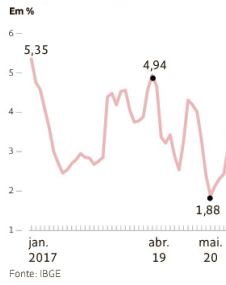
O gerente da pesquisa do IBGE, Pedro Kislavov, diz que ainda é difícil prever o com-

## A inflação da Covid-19

Evolução mensal da inflação desde a decretação de pandemia pela OMS



## Evolução da inflação em 12 meses



Fonte: IBGE

## Principais altas em 12 meses

Item	Em %
Cereais, leguminosas e oleaginosas	57,83
Óleos e gorduras	55,98
Tubérculos, raízes e legumes	31,62
Carnes	29,51
Frutas	27,09
Hortaliças e verduras	23,3
Tv, som e informática	18,62
Jóias e bijuterias	17,92
Carnes e peixes industrializados	16,35
Leites e derivados	15,44
Cama, mesa e banho	14,29
Combustíveis (domésticos)	13,38
Aves e ovos	13,26
Enlatados e conservas	13,16
Consertos e manutenção	10,34
Açúcares e derivados	10,15

**“ Não se consome quase nenhum serviço, não se vai ao cinema, a bares ou restaurantes. Por outro lado, todo o mundo fez melhorias em casa**

Júlia Passabom, do Itaú, sobre alta de preços de material de construção e eletroeletrônicos

portamento do preço dos alimentos nos próximos meses.

"No caso da soja, por exemplo, há expectativa de safra recorde, que pode baixar o preço, mas também tem a questão do dólar, que pode ter impacto para cima."

Para o Itaú, a desaceleração é natural nesta época do ano e os alimentos seguirão pressionados, fechando 2021 com alta acumulada de 6%, ainda sob forte efeito da alta do dólar.

Além dos alimentos, a pandemia inflacionou preços de eletroeletrônicos, material de construção e produtos químicos

e têxteis. As altas refletem desde a mudança de perfil do consumidor até fatores externos, como câmbio depreciado e alta demanda global.

"Não se consome quase nenhum serviço, não se vai ao cinema, a bares ou restaurantes", diz. "Por outro lado, todo o mundo fez melhorias em casa."

Com alta procura após a adoção de home office e o ensino a distância, por exemplo, equipamentos de TV, som e informática tiveram alta de 18,62% nos 12 meses após o início da pandemia. Produtos de cama, mesa e banho ficaram

14,92% mais caros, e chuveiros elétricos subiram 10,13%.

Na outra ponta, serviços que perderam demanda estão entre as maiores baixas, como passagens aéreas (-25,95%), transporte por aplicativo (-15,2%) e ônibus interestadual (-10,21%).

Para os próximos meses, apesar da desaceleração dos alimentos, a expectativa é de pressões vindas da gasolina, item com maior peso na composição do IPCA, que já foi reajustada nas refinarias seis vezes desde janeiro.

Com aumento de 7,11% em fevereiro, a gasolina teve o principal impacto na aceleração da inflação no mês, empurrando o grupo transportes para uma alta de 2,28%. Segundo o IBGE, o indicador capta apenas os reajustes feitos pela Petrobras em janeiro e fevereiro. Outros dois foram anunciados em março.

Com alta de 2,48%, o custo da educação também teve contribuição importante para elevar a inflação no mês. O maior impacto veio dos cursos regulares (3,08%), que já costumam ter impacto inflacionário nesta época do ano, diante dos reajustes anuais.

"Em fevereiro, nós captamos os reajustes das mensalidades cobradas pelas instituições de ensino. E, além disso, verificamos que em alguns casos houve retirada de descontos aplicados ao longo do ano passado no contexto de suspensão das aulas presenciais por conta da pandemia", disse o gerente do IBGE.

Juntos, transportes e educação representam 70% do IPCA de fevereiro. Já no campo negativo, o maior impacto na inflação de fevereiro veio da energia elétrica (-0,71%), com a manutenção da bandeira amarela na conta de luz.

Para março, a expectativa é de inflação ainda alta, puxada pela gasolina. A Guide Investimentos, por exemplo, fala em 0,8%, com "pressão derivada dos combustíveis e da alta na energia devido a reajustes tarifários em importantes unidades da federação e alta dos impostos federais".

Na avaliação de Kislavov, não há pressão de demanda que justifique a manutenção da pressão inflacionária. A principal contribuição do mês, argumentou, veio de preços administrados, como a gasolina. Na inflação de serviços, foi o reajuste dos cursos regulares. "Estamos em um período de muitas incertezas."

## Assembleia para aprovar general na Petrobras é marcada para 12 de abril

**SÃO PAULO | REUTERS** A Petrobras anunciou nesta quinta (11) a convocação de uma assembleia-geral de acionistas para debater, entre outros assuntos, a aprovação do nome de Joaquim Silva e Luna e outros indicados pelo governo para o conselho de administração.

A assembleia, prevista para 12 de abril, foi convocada em meio ao processo de troca do presidente da companhia, Roberto Castello Branco, cujo mandato se encerra em 22 de março. A diretoria atual decidiu permanecer no cargo ao menos até a posse do novo presidente.

Os executivos chegaram a ameaçar renúncia coletiva após críticas do presidente Jair Bolsonaro à gestão Castello Branco, mas agora afirmam que contribuirão para uma transição mais tranquila no comando da empresa.

O presidente-executivo da estatal integra o conselho e é eleito pelos seus pares. Portanto, Silva e Luna só pode assumir a presidência depois de ser nomeado ao conselho pela assembleia. Como o governo tem a maioria dos votos (7 dos 11), não há chances de derrota em sua indicação para o colegiado.

A Petrobras informou ainda que recebeu ofício do Minis-

tério de Minas e Energia com mais duas indicações de para ocupar cadeiras de representantes da União no conselho.

As indicadas são Cynthia Santana Silveira, engenheira elétrica com trajetória desenvolvida na indústria de óleo e gás, tendo atuado na francesa Total por 17 anos.

A outra indicada, Ana Silveira Corso Matte, é advogada e teve atuação em empresas como CSN, Senda e Telsul, além da Light. É membro especialista externo do Comitê de Pessoas e Governança da Vale e especialista externo do Comitê de Indicação e Avaliação da Copel.

Essas duas indicações, juntamente com as seis indicações divulgadas ao mercado em 8 de março de 2021, completam as indicações pela União de membros ao conselho.

Além das indicações divulgadas nesta quinta-feira, serão avaliados os nomes de Eduardo Bacellar Leal Ferreira (para presidência do conselho), Joaquim Silva e Luna, Márcio Andrade Weber, Muriilo Marroquim de Souza, Ruy Flaks Schneider e Sonia Julia Sulzbeck Villalobos.

Desses, somente dois nomes integram o conselho atual (Bacellar Leal e Flaks Schneider), uma vez que boa parte dos conselheiros manifes-

tu sua intenção de deixar o colegiado, juntamente com a substituição de Castello Branco, após Bolsonaro indicar um novo presidente-executivo por descontentamento sobre a política de preços da estatal.

Além disso, a empresa disse que o executivo Leonardo Pietro Antonelli concorrerá ao cargo de membro do conselho pelos minoritários.

As discussões sobre o comando da petroleira esquentaram quando, em 19 de fevereiro, Bolsonaro interveio na Petrobras e indicou o general Silva e Luna como novo presidente da estatal.

A decisão representa uma derrota para o ministro Paulo Guedes (Economia), que defendia a permanência do atual executivo no cargo e era contra intervenções na companhia. Prevaleceu o interesse da ala militar do governo.

Ex-ministro da Defesa, Lula é diretor-geral da Itaipu Binacional. A indicação do militar aconteceu em meio às críticas de Bolsonaro à política de preços da Petrobras e das queixas de caminhoneiros pela alta dos combustíveis.

Na época, a Petrobras chegou a perder R\$ 102,5 bilhões em valor de mercado.



**LITRO DA GASOLINA CHEGA A R\$ 8,20 NO ACRE**  
Posto em Marechal Thaumaturgo, a 577 km de Rio Branco e na fronteira com o Peru; isolado, município só é acessível de barco ou avião, e aeroporto está interditado desde dezembro por condições ruins da pista. Jobson Menezes/Folhapress

## EUA encerram investigação sobre alumínio do Brasil

**SÃO PAULO | REUTERS** Os EUA decidiram encerrar investigação de subsídios sobre exportações brasileiras de alumínio sem imposição de medidas, informaram o Ministério das Relações Exteriores e o Ministério da Economia do Brasil na quarta-feira (10), acrescentando que a aplicação anti-dumping continua.

"O governo brasileiro [...] recebeu com satisfação o encerramento da investigação sobre subsídios e medidas compensatórias, que foi concluído sem a imposição de sobretaxas ao produto nacional", afirmaram em nota conjunta.

Os ministros afirmaram que continuarão acompanhando o processo de investigação antidumping, ainda em curso, para as chapas de liga de alumínio do Brasil para os Estados Unidos.

A autoridade americana considerou ter havido dumping nas exportações brasileiras, mas deve concluir análise de dano para que se determine a eventual aplicação de medidas."

Em 2019, segundo a Abal (Associação Brasileira do Alumínio), o mercado americano representa 35% das exportações brasileiras de chapas de alumínio.

Veículo: O Estado de S. Paulo	
Data: 12/03/2021	Caderno: Economia



## Câmara mantém exigência para que governo entregue plano de redução de subsídios

*Por 352 a 134, foi mantida a obrigatoriedade de o governo apresentar um plano para reduzir os gastos tributários de 4% para 2% do PIB em oito anos; hoje, eles são 4,2% do PIB*

Anne Warth, Camila Turtelli e Idiana Tomazelli, O Estado de S.Paulo

11 de março de 2021 | 22h59

BRASÍLIA - A **Câmara dos Deputados** rejeitou um destaque do **PDT** que retirava a exigência de o governo entregar ao Congresso um plano de redução de subsídios prevista na **Proposta da Emenda Constitucional (PEC) emergencial**, que autoriza uma nova rodada do auxílio emergencial e prevê contrapartidas fiscais.

Por 352 a 134, foi mantida a obrigatoriedade de o governo apresentar um plano reduzir os gastos tributários (subsídios, isenções e desonerações) de 4% para 2% do **PIB** em oito anos. Hoje, eles são 4,2% do PIB. Incentivos como **Simples Nacional**, **Zona Franca de Manaus** e produtos da cesta básica, porém, estão fora do alcance dessa redução.

O destaque que suprimia a exigência de apresentar um plano para a redução movimentou parlamentares desde ontem, 10, e chegou a contar com o apoio da bancada de deputados federais paulistas, mas foi derrotado.

Isso porque o corte de incentivos e benefícios tributários poderia afetar a **Lei de Informática (13.969/2019)**, prejudicando as indústrias instaladas em diversos Estados, inclusive **São Paulo**. O destaque era supressivo e, por isso, beneficiaria não apenas o setor de informática: todos os subsídios tributários poderiam ser mantidos. O líder do **PDT**, **Wolney Queiroz (PE)**, disse ter recebido inúmeras ligações de lideranças do setor de informática para discutir os impactos da PEC na indústria. “Incentivos à ciência, tecnologia e inovação serão reduzidos, assim como as isenções do imposto de renda para o setor, estarão travados constitucionalmente”, afirmou o

parlamentar. “Já tratamos disso na **Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO)** no ano passado. Já havia uma redução gradual. Mas o governo propôs isso agora sem nem passar por discussão e audiência pública.”

Para manter a previsão do plano, o governo teve que costurar um novo acordo e acenou com o envio de uma nova PEC para assegurar os benefícios da Lei de Informática até 2029. O acordo foi anunciado pelo líder do governo na Casa, **Ricardo Barros (PP-PR)**. Segundo o líder do Republicanos, **Hugo Motta (PB)**, benefícios para outras regiões e setores também serão tratados nessa nova PEC.

Relator da Lei de Informática quando ela tramitou na Câmara, o deputado **André Figueiredo (PDT-CE)**, disse não confiar no cumprimento do acordo pelo governo. Segundo ele, a aprovação da PEC levará toda a indústria que hoje está em diversos Estados para o Amazonas, já que os subsídios da Zona Franca de Manaus estão entre as exceções mantidas pelo texto. A Lei de Informática foi aprovada em 2019 e estabeleceu benefícios para o setor até 2029. A primeira lei de incentivo ao setor é de 1991.

“Não é que a gente seja contra redução gradual de incentivos para outras áreas, mas a Lei de Informática foi construída com muita dificuldade. Hoje o **Brasil** é destaque na produção de aparelhos celulares em um momento em que a ciência e a tecnologia não são prioridade no País”, afirmou.

Com a movimentação da indústria e dos deputados em torno do destaque, na tentativa de evitar nova derrota, o **Ministério da Economia** chegou a emitir nota oficial ontem, 10, para reiterar que os benefícios da Lei de Informática estão garantidos pela PEC. “Os benefícios concedidos pela Lei de Informática serão preservados no Plano de redução dos incentivos a ser encaminhado ao **Congresso**, não havendo, nesse envio, qualquer alteração nos benefícios vigentes na Lei 13.969/2019. Estes são decrescentes e estão previstos até 31 de dezembro de 2029. Este é exatamente o prazo estipulado pelo artigo 4º da PEC Emergencial.”

## Opinião do GLOBO

# Gatilhos da PEC Emergencial são insuficientes

*Tramitação revelou compromisso tímido do Planalto e de parte do Congresso com equilíbrio fiscal*

**A** aprovação da PEC Emergencial é sem dúvida uma boa notícia, por assegurar auxílio aos atingidos pela pandemia e por criar mecanismos mais claros para o controle fiscal. Ao mesmo tempo, a tramitação refletiu bem o descompromisso de parte do Congresso e do Planalto com o equilíbrio das contas públicas. Não é aceitável que o núcleo do governo tenha deixado de atuar com firmeza para evitar a desidratação que resultou numa PEC mais fraca do que a necessária não só para a manutenção da disciplina fiscal, mas também de regras mais justas na gestão do funcionalismo.

Os gatilhos previstos no texto original, acionados quando os gastos públicos atingissem patamares críticos, teriam permitido compensar de maneira mais eficaz, ao longo do tempo, o crescimento das despesas, inevitável com o recrudescimento da pandemia. O governo preferiu patrocinar acordos cujo resultado foi reduzir as contrapartidas à volta do auxílio emergencial aos mais pobres. Permitirá, dessa forma, uma deterioração maior na situação fiscal, como se já não bastasse a previsão de um déficit de R\$

250 bilhões para este ano, feita antes do agravamento da pandemia, somado aos R\$ 44 bilhões destinados ao novo auxílio emergencial, que o Congresso decidiu estipular por fora de qualquer âncora de controle fiscal.

É certo que o quadro social requeria velocidade na aprovação da PEC. Mas o Planalto poderia ter sido mais ativo na proteção das finanças públicas, se o presidente também não enxergasse tantos dividendos político-eleitorais no auxílio. O Congresso já havia acenado com a desidratação no final do ano passado, quando circulou uma versão da apreciação do projeto pelo relator no Senado, Márcio Bittar (MDB-AC). Houve pressões do Ministério da Economia, restabeleceu-se o texto anterior. Mas já se sentia um prenúncio do que aconteceria no final da tramitação da emenda.

No Senado, os gatilhos foram atenuados. Retirou-se a possibilidade de cortar 25% nos salários do funcionalismo, com correspondente redução da jornada, quando as despesas obrigatórias ultrapassassem 95% das receitas (medida a que foram submetidos funcionários da iniciativa privada no ano passado). Manteve-se ao me-

nos, durante a emergência, a suspensão de promoções e progressão automática de carreira, regalia peculiar do mundo à parte em que vivem os servidores. O compromisso da Câmara era aprovar o texto recebido do Senado, mas ele não foi cumprido. A medida foi retirada ontem da PEC. Só foi mantido o congelamento salarial durante a emergência. Como resultado, os servidores passarão praticamente incólumes pela maior crise da história do país, causada pela pandemia.

O impacto fiscal da crise será, portanto, maior. Não porque, nesta PEC, Legislativo e Executivo tenham decidido destinar mais dinheiro aos necessitados, criar novas linhas de crédito para salvar negócios ou investir recursos no atendimento de saúde ou em vacinas. Mas porque foram tímidos no compromisso com o equilíbrio fiscal e não souberam (ou não quiseram) reunir a força política necessária para reduzir regalias e enfrentar privilégios. Mesmo com o alastramento sem controle do vírus que já matou mais de 270 mil e empurra mais gente para a pobreza absoluta. A piora no quadro fiscal retardará a volta do crescimento, dos empregos e ampliará ainda mais a miséria.

## Economia



BANCO MUNDIAL

## Funcionários pedem investigação de Weintraub

Associação questiona conduta de brasileiro em mensagens nas redes sociais.globo.com/3veeRGN

## SINAL DE ALERTA

Índice oficial de inflação avança 0,86% em fevereiro, acima das previsões

## IPCA

Taxa acumulada do IPCA em 12 meses, com variação mês a mês (De fevereiro/20 até fev/21)



Fonte: IBGE

## MAIOR TAXA PARA FEVEREIRO DESDE 2016

## PRESSÃO A MAIS PARA O BC

## Inflação chega a 5,2% no acumulado em 12 meses e se aproxima do teto da meta

CAROLINA NALIN

Uma alta de preços acima do previsto em fevereiro se converteu em fator de pressão a mais para o Banco Central, que define na próxima semana a taxa básica de juros, atualmente em 2% ao ano, o menor patamar já registrado. Em fevereiro, a inflação medida pelo IPCA, índice oficial, avançou 0,86%, no maior resultado para o mês desde 2016, e superou a projeção de analistas, que esperavam alta de 0,72%, segundo a Reuters.

A taxa acumulada em 12 meses subiu para 5,2%, patamar que praticamente encosta no teto da meta deste ano, de 5,25%. Em fevereiro, a gasolina subiu 7,11% e representou o principal impacto na inflação.

Diante da escalada do petróleo no mercado internacional, a Petrobras aplicou reajustes ao produto na refinaria, e parte disso é repassado ao valor final cobrado do consumidor nos postos. O etanol também registrou alta de 8,06%.

A escalada do combustível teve impacto nos transportes, que subiram 2,28% no mês. O grupo educação avançou 2,48% no período, influenciado pelo aumento nas mensalidades dos cursos regulares. Juntas, educação e transportes foram responsáveis por 70% da inflação em fevereiro.

O avanço da taxa ocorre em um momento no qual o consumidor já vinha com o orçamento pressionado pela alta nos preços de alimentos. Apesar da desaceleração em fevereiro, quando o grupo aliment-

ação e bebidas subiu 0,27%, em 12 meses, ele acumulou alta de 15%, praticamente o triplo da inflação registrada no período. A este cenário se acrescentam pressões adicionais que aumentam a incerteza adiante: o dólar alto e o aumento de commodities industriais, como o aço. Isso tem impacto sobre bens duráveis (automóveis e eletrodomésticos).

Os sinais de pressões reforçaram a aposta de que o ciclo de juro a 2% ao ano chegará ao fim na reunião do Comitê de Política Monetária (Copom) da próxima semana. A questão agora é como o Banco Central vai agir em um cenário de atividade econômica fraca, afetada pelo descontrole na pandemia, que tem o Brasil o epicentro da Covid-19 no mundo. Para espantar o risco adiante de uma estagnação — cenário



*"A situação mudou muito desde o último Copom. Não dá para ter um aumento menor do que 0,5 ponto percentual"*

Anna Reis, sócia e economista da Gap Asset

econômico que conjuga crescimento baixo e inflação alta —, parte dos economistas já defende uma ação mais incisiva do Banco Central, mesmo diante do risco de uma Selic mais alta minar parcialmente o crescimento.

—A situação mudou muito desde o último Copom. Não dá para ter um aumento me-

nor do que 0,5 ponto percentual, dada a distância que a política monetária está do que seria mais adequado para o momento. Estamos com um nível de estímulo extraordinário, nunca antes praticado com a Selic a 2% — afirmou Anna Reis, sócia e economista da Gap Asset.

Para a economista, uma alta mais forte dos juros pelo Banco Central pode evitar que as expectativas dos agentes apontem para a deterioração da inflação.

—Tem uma volta cíclica da economia que deve acontecer, não vejo risco de estagnação neste ano. A vacinação e a liberação das restrições devem permitir uma volta cíclica, e a Selic ainda está baixa, então subirla de 2% para 5% ao ano não teria impacto muito restritivo



Transportes e educação foram responsáveis por 70% da inflação do mês passado

## COMPORTAMENTO DA INFLAÇÃO POR GRUPOS DE PREÇOS



## DESTAQUES DE ALTA



Elaboração: Aris

para a atividade. Mas olhando para a frente, dependerá também de o governo no sinalizar comprometimento com a pauta de reformas.

Daniel Silva, economista da Novas Capital, espera alta de 0,75 ponto percentual da taxa básica de juros na próxima semana. A expectativa está ancorada na avaliação de que uma postura "mais dura" do Banco Central poderia representar um aceno positivo ao mercado, com a possibilidade de redução das taxas com prazos mais longos, e criar as condições para o crescimento da economia a partir de segundo semestre. Nos cálculos de Silva, a Selic encerraria 2021 a 6% ao ano.

—A economia vai sofrer, isso é inevitável, nos dois primeiros trimestres. Mas no segundo semestre, o nosso cenário é que a atividade econômica volte à normalidade mediante a melhoria do ritmo de imunização a partir dos próximos meses, com uma maior oferta de vacinas.

## CHOQUE ADICIONAL DO DÓLAR

Mesmo diante da perspectiva de uma recuperação no segundo semestre, o cenário que os analistas delineiam inclui mais aumento da inflação até a metade do ano. Segundo Júlia Passabom, economista do Itaú Unibanco, o IPCA deve ter um pico em junho:

—Não tem refresco. A defasagem da gasolina indica necessidade de alta, e a Petrobras tem reajustado os preços, então é esperada uma aceleração da inflação, com IPCA chegando a 0,94% em março e um pico em junho, quando a taxa acumulada em 12 meses atingiria algo entre 7,5% e 8%, bem acima do teto da inflação para 2021.

Em 2021, a meta que deve ser perseguida pelo Banco Central para a inflação é de 3,75% ao ano, mas há uma margem de tolerância para cima ou para baixo de 1,5 ponto percentual. O último Boletim FOCUS mostra que a média do mercado espera que a inflação oficial encerre o ano acima do centro da meta, com taxa de 3,58%.

Mas há quem espere uma pressão maior dos preços. Relatório da XP divulgado na quarta-feira informa que a corretora aumentou sua previsão de 3,9% para 4,9%. "A nova trajetória do câmbio é um choque adicional para a inflação deste ano. Essa que já estava pressionada pela contínua alta de alguns alimentos e combustíveis e pelo desequilíbrio entre oferta e demanda doméstica, que não vem se ajustando no ritmo esperado", diz o texto.

## ANALÍTICO

## Resultado é a pá de cal da temporada do juro baixo

RENATO ANDRADE em entrevista especial com o diretor

O avanço da inflação em fevereiro serviu como uma pá de cal para a (curta) temporada do juro baixo no Brasil.

Não é para menos. Em um único mês, os preços sub-

ram 0,86%, considerando a cesta de produtos e serviços medidos pelo IPCA, e indica que o Banco Central usa como balizador para a meta de inflação no país.

O comportamento dos

preços é feito sob qualquer ponto de vista. Nos últimos 12 meses, por exemplo, o avanço foi de 5,20%. Se achar melhor avaliar apenas o que aconteceu em 2021, ou seja, no primeiro bimestre, a subida é de 1,11%.

Para quem gosta de encontrar culpados, a gasolina é grande vilã do mês do carnaval que não houve. Os reajustes no preço do combustível responderam por quase metade de toda a variação do IPCA em fevereiro.

Mas olhando no detalhe, o que se percebe é que há uma

alta generalizada do custo de vida, e que os economistas chamam de índice de difusão Nocoso do IPCA, está acima de 60%, ou seja, de cada dez produtos avaliados, seis sofreram algum tipo de aumento.

Como bem escreveu o economista Alberto Ramos, do Goldman Sachs, em relatório para clientes ontem, os dados não levam ninguém a apertar o botão do pânico. Mas o mercado já entendeu que os números divulgados pelo IBGE sobre a inflação em fevereiro sa-

cramentam a data do início do novo ciclo de aperto dos juros: 17 de março, a quarta-feira da próxima semana, quando se encerra a reunião de dois dias do Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central.

A razão para isso é simples. Desde a última reunião do presidente do BC, Roberto Campos Neto, com seus colegas de diretoria, o cenário só se agravou: as expectativas de inflação pioraram, o real ficou mais fraco (e mais volátil) frente ao dólar e, mesmo com a torcida da tur-

ma das mesas de operação, as perspectivas fiscais do país vão na mesma toada. Apesar dos paros quentes colocados pela torcida, a PEC do auxílio emergencial está longe de se transformar num exemplo de preocupação do Legislativo e do Palácio do Planalto com a saúde das contas públicas.

Conservador por natureza, o BC vai começar a apertar o cinto agora, para fugir de botão do pânico mais à frente.

globo.globo.com/analitico

18 | Economia | 12.3.2021 | O GLOBO

## FABIO GIAMBIAGI



fabio.giambiagi@globo.com



### Juro baixo: a vida é dura

Um aspecto pouco considerado quando se analisa a realidade dos mercados internacionais e seus reflexos no Brasil é o impacto de taxas de juros reais muito baixas sobre os sistemas previdenciários que possuem um componente de capitalização. Trata-se de um desafio em geral pouco destacado no noticiário.

Pensemos no caso do Brasil, onde em meados da primeira década do século a taxa de juro real da NTN-B de 30 anos — parâmetro de referência de longo prazo no país e prazo associado a sistemas previdenciários baseados na capitalização individual — estava em torno de 9% a.a., quando recente-

mente passou a flutuar entre 4% e 5%. É claro que isso teve um impacto enorme sobre a rentabilidade das aplicações dos fundos previdenciários.

Se um plano de "Benefício Definido" foi montado com base nos parâmetros que ficaram para trás, ele deve estar tendo prejuízos contábeis, que em algum momento irão demandar algum equacionamento. Já se o plano for de "Contribuição Definida", o ajuste é imediato e a aposentadoria que se achava que seria X, automaticamente, com a menor rentabilidade, é ajustada para Y, sendo Y menor do que X.

Diga-se de passagem, esse foi um dos problemas vivenciados pelo sistema previdenciário chileno, constituído no começo da década de 1980, quando as taxas de juros internacionais estavam "na lua". Em tais circunstâncias, como mesmo as ditaduras têm dificuldades em aprovar propostas impopulares, o governo Pinochet optou por uma alíquota contributiva que qualquer estudante de graduação de Ciências Atuariais sabia ser ridícula para circunstâncias normais. Especulava-se que uma contribuição baixa seria compensada por uma rentabilidade elevada, gerando então uma aposentadoria razoável quando chegasse o momento de transformar capital em renda. O resultado foi que, quando os juros

despencaram no mundo inteiro — e também no Chile — a aposentadoria senhada virou uma "merreca", fato que está por trás da explosão social que o Chile experimentou há um par de anos.

A realidade é que esse é um fenômeno mundial. Imagine o leitor um suíço que constituiu um fundo previdenciário baseado nas taxas tradicionais da Suíça, muito

**Não dá para a vitalidade do sistema previdenciário repousar sobre taxas como as que vigoraram no Brasil durante mais de 20 anos, pois a dívida pública não aguenta**

menores que as brasileiras, porém razoavelmente superiores às taxas que têm prevalecido por lá nos últimos 10 anos. Isto posto, ou ele agora terá que acumular recursos por mais tempo antes de começar a fazer retiradas ou, alternativamente, a sua aposentadoria será inferior à esperada — ou, ainda, o Tesouro suíço poderá absorver o prejuízo, se a sociedade julgar que assim cabe fazer.

Mesmo que a Selic no Brasil volte a subir (o que fatalmente ocorrerá), é importante ter claro que: a) não dá para a vitalidade do sistema previdenciário repousar sobre taxas como as que vigoraram no

Brasil durante mais de 20 anos, pois a dívida pública não aguenta; e b) embora a Selic, em termos reais, deva voltar a se situar no terreno positivo, se o país der certo, caberia esperar que as taxas longas, a rigor, diminuam em relação às vigentes atualmente.

A geração à qual pertença, que está completando a sexta década de vida, se acostumou no Brasil a ver a geração anterior que tinha algum arranjo previdenciário complementar ao do INSS preservar, grosso modo, o seu padrão de renda na aposentadoria, sem ter feito contribuições maciças na sua vida ativa. Com as taxas de juros menores que esperamos que vigorem no Brasil nos próximos 30 anos, isso não mais será possível: será preciso, todos os meses, aplicar uma proporção maior do salário para custear a aposentadoria futura — ou esta será menor. Isto não afetará a grande maioria dos brasileiros, que não têm esquemas complementares de aposentadoria, mas é fundamental que seja compreendido pelo sistema brasileiro de aposentadoria complementar, tanto por quem tem um PGBL ou VGBL como quem é participante das Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC).

O Congresso e o INSS podem ser flexíveis e benevolentes. A matemática financeira, não.

# Aumento do aço e falta de chips pressionam setor automotivo

Presidente da Stellantis, que reúne Fiat e Peugeot, diz que busca cortar custo, mas parte da alta terá de ser repassada a consumidor

JOÃO SORRIMA NETO  
assessor na Fiat e na Peugeot com 40 anos

Alta dos preços de matérias-primas e a falta de componentes, especialmente de chips fabricados na Ásia, pressionam os custos da indústria automobilística, que tenta mitigar esse impacto, mas reconhece que parte deve acabar sendo repassada ao consumidor, na avaliação de Carlos Tavares, presidente da Stellantis, montadora criada em janeiro com a fusão de Fiat-Chrysler e Peugeot-Citroën (PSA). O preço do aço, material básico para a fabricação de automóveis, subiu mais de 15% nos dois primeiros meses do ano. O aumento ultrapassa 45% nos últimos 12 meses.

— Estamos tentando compensar esse aumento de preço do aço, com redução de outros custos, para que o reajuste não seja transferido aos consumidores finais. Mas pelo menos uma parte desse aumento terá que ser transferida — disse o presidente da montadora, que tem sede na Europa.

Tavares está no Brasil pela primeira vez desde a fusão. Ele visitou a fábrica da Jeep, em Goiana, Pernam-

buco, e iniciou a produção dos motores GSE turbo na fábrica de Betim, em Minas Gerais, na última quarta-feira, dia em que a unidade começou um período de férias coletivas de dez dias para um dos três turnos de trabalho por falta de peças, principalmente de semicondutores e aço.

**ESCASOZ DE ANO TODO**  
Ao menos 600 funcionários, cerca de 10% do total de empregados do complexo industrial, entraram em férias. Foram investidos R\$ 400 milhões na primeira fa-



**"Estamos tentando compensar esse aumento de preço do aço, com redução de outros custos, para que o reajuste não seja transferido aos consumidores finais. Mas pelo menos uma parte desses aumentos terá que ser transferida"**

Carlos Tavares, presidente da Stellantis

se da fábrica. Outros R\$ 100 milhões serão aplicados este ano para instalar mais uma linha de produção.

Tavares afirmou em entrevista que a situação dos chips é difícil e tem levado a paralisações de alguns dias de trabalho nas unidades do grupo. Ele acredita que o problema deve durar todo o ano de 2021, contra uma expectativa que apontava que o fornecimento seria normalizado já no primeiro semestre deste ano.

Os chips vêm da Ásia, especialmente de Taiwan, e há um desequilíbrio no fornecimento para a indústria automobilística e para as fabricantes de computadores, telefones celulares, tablets, produtos que estão tendo maior procura desde o início da pandemia de Covid-19, ano passado, disse o executivo.

— A indústria automobilística foi mais lenta para sair da crise e tem um processo de produção mais complexo. Os nossos fornecedores, em setembro e outubro do ano passado, não sinalizaram que esta falta de componentes poderia se agravar. Poderíamos ter antecipado estoques. E temos uma situação de dependên-



Em falta. Carlos Tavares diz que há um desequilíbrio na entrega de chips para montadoras e fabricantes de computadores

cia de um número reduzido de fornecedores. Então, estamos trabalhando com algumas soluções alternativas, certificadas, dos componentes que faltam — explicou Tavares.

Ele explicou que a montadora, que conta com 14 marcas, produz cerca de 500 mil veículos por mês em suas diferentes unidades no mundo. Cada automóvel leva cerca de quatro mil peças. E 90% dos fornecedores dessas peças são únicos, o que trouxe dificuldades no suprimento.

— Esta é uma questão estratégica importante para nossa indústria e temos que tirar uma lição disso. As montadoras não têm como investir na produção de semicondutores em outras regiões do mundo. É um investimento muito alto, que se traduziria em custos para o consumidor. Esta é uma

questão para os países e não está ao alcance das montadoras. Vamos apoiar países que estiverem interessados em produzir fora da Ásia — disse o executivo.

Depois do fantasma da Ford, que deixou de produzir no país por falta de lucratividade nos últimos anos, Tavares afirmou que se sente à vontade no país e no Mercosul pelos próximos cinco anos. A companhia tem 30% desse mercado, sinal de força comercial, e deve lançar mais três produtos este ano.

**NOVO CARRO EM PORTO REAL**  
O executivo afirmou que as fábricas do grupo no Brasil, incluindo a da PSA em Porto Real, no Rio de Janeiro, poderão produzir modelos diferentes, não ligados a uma só marca, desde que dentro de uma estratégia industrial. A unidade de Porto Real é considerada moderna e está

ociosa. A Stellantis deverá produzir um novo veículo na unidade a partir do segundo semestre deste ano, na plataforma global CMP, que já equipa o novo Peugeot 208 produzido na Argentina. O novo veículo deverá ser um SUV compacto.

— A região (Mercosul) é de alta volatilidade, de altos e baixos, mas tanto a Fiat como a PSA, já aprenderam a lidar com esse cenário, com equipes locais. Não tememos as mudanças de regras, mas precisamos de um tempo para adaptação — disse.

Ele afirmou que a América Latina tem grande potencial e o avanço da vacinação contra a Covid-19 vai melhorar a situação do mercado. A velocidade dessa melhora, entretanto, é uma incógnita, disse o executivo, que, mesmo assim, se mostra otimista.

# Dólar recua a R\$ 5,54, com ação do Banco Central

Autoridade monetária faz leilão de US\$ 1 bi. Votação da PEC que permitirá volta do auxílio emergencial contribui para queda de 1,93% da moeda americana. Bolsa brasileira encerra com ganho de 1,96%

VITOR DA COSTA  
vitorcosta@globo.com

Em um dia de otimismo, o dólar comercial recuou ontem 1,93%, fechando a R\$ 5,54, com nova atuação do Banco Central (BC) no mercado de câmbio e a perspectiva de aprovação da proposta de emenda à Constituição (PEC) do auxílio emergencial. Já o Ibovespa, principal índice da Bolsa brasileira, avançou 1,96%, aos 114.984 pontos, refletindo a aprovação do pacote de ajuda americano, de US\$ 1,9 trilhão, na quarta-feira.

A aprovação da PEC Emergencial em segundo turno, "preservando os gatilhos propostos pelo ministro da Economia, Paulo Guedes, evitando um potencial risco fiscal no curto prazo", foi citada por Ricardo Gomes da Silva, superintendente da Correati Corretora, como fator de alívio para a taxa de câmbio.

No horário do fechamento do mercado, os parlamentares ainda votavam os destaques da PEC.

Outro fator foi a atuação do BC, que ofereceu até US\$ 1 bilhão em leilões de swap cambial (que equivalem a uma venda de dólar no mercado futuro). Na quarta-feira, a autoridade monetária já havia negociado US\$ 1,405 bilhão por esse instrumento.

## PRESSÃO NA TAXA SELIC

Para alguns analistas, as ações do BC sugerem preocupação com apostas sobre uma possível alta de 0,75 ponto da taxa básica de juros (Selic) na semana que vem. A Selic hoje está na mínima histórica de 2% ao ano, mas a inflação voltou a acelerar. O IPCA, referência da meta oficial, subiu 0,86% em fevereiro e, em 12 meses, acumulou 5,2%. O teto da meta para este ano é de 5,25%.

"Mesmo com a atividade econômica fraca, a elevação dos preços contribuirá para que o Banco Central considere a elevação da taxa de juros antes do que se esperava, a fim de manter o nível de preços", afirmou em nota Matheus Jacomeli, economista da Nova Futura Investimentos.

Para o economista-chefe do banco digital MedalMais, Álvaro Bandeira, a autoridade monetária vem atuando para corrigir possíveis falhas no mercado:

—O BC atua quando vê alguma disfuncionalidade no mercado cambial. E ele tem notado isso. O IPCA de fevereiro estando acima do previsto e modificando as projeções tanto da Selic quanto do IPCA para o ano de 2021 também pressiona o câmbio. Isso em um contexto crucial, com as discussões sobre a PEC Emergencial no Congresso.

Na avaliação de Rafael Antunes, sócio da Inove Investimentos, os leilões de moeda que o BC vem fazendo são uma forma de lidar com as expectativas do mercado sobre os juros:

— Esse movimento é para quebrar essa dinâmica da relação dos juros com o dólar e decorre da pressão do mercado sobre o BC. O mercado tem

feito bastante pressão no BC em relação às suas expectativas sobre os juros e o banco se posiciona, dando a mensagem de que talvez a taxa aumente 0,5 ponto percentual.

Entre os papéis de maior peso no Ibovespa, as ações ordinárias (ON, com direito a voto) da Petrobras subiram 2,96%, a R\$ 22,95, enquanto as preferenciais



**Ações.** Bolsa sobe com votação da PEC Emergencial preservando gatilhos propostos pelo Ministério da Economia

(PN, sem voto) avançaram 4,25%, a R\$ 23,29. Já a Vale fechou com ganho de 2,62%, a R\$ 99,70.

As maiores altas, no entanto, foram de empresas mais afetadas pela pandemia. A operadora de turismo CVC subiu 10,56%, e as concessionárias Ecorodovias e CCR avançaram 8,64% e 8,10%, respectivamente.

Em Nova York, o índice Dow Jones teve valorização de 0,58%, enquanto o S&P 500, mais amplo, subiu 1,04%. Ambos fecharam em nível recorde de pontos, refletindo a aprovação do pacote de socorro à economia, de US\$ 1,9 trilhão, sancionado ontem pelo presidente Joe Biden.

A Bolsa eletrônica Nasdaq avançou 2,52%.



## Safra. O Melhor Gestor Alta Renda 2020 no ranking Guia de Fundos FGV.

São 25 fundos premiados no ranking mais tradicional do mercado.

Quem sabe, Safra.

Abra sua conta pelo app.



Conheça os fundos premiados do Safra.



# Safra



# Equipe de Guedes não descarta mais de quatro parcelas do auxílio

Câmara aprova em segundo turno texto-base da PEC que libera benefício. Pagamento só deve ocorrer no início de abril

BRUNO GÔES, MANGEL VENTURA, GERALDA DOCA E JULIA LINDNER  
correspondentes do GLOBO

A Câmara dos Deputados aprovou ontem em segundo turno o texto-base da proposta de emenda à Constituição (PEC) que libera o pagamento do auxílio emergencial. O plano é liberar quatro parcelas, mas a equipe econômica não descarta que a nova rodada do programa dure mais, dependendo da evolução da pandemia de Covid-19.

Os parlamentares aprovaram ainda mudanças no projeto para permitir que servidores tenham direito a progressão e promoção mesmo em caso de crise fiscal, confirmando a desidratada na véspera com a bancada da segurança pública. Outras sugestões para alterar a medida ainda estavam em análise até a noite de ontem, mas a expectativa era que a votação fosse concluída até o início da madrugada,

abrindo caminho para o governo voltar a pagar o benefício.

A proposta prevê que os gastos com o novo auxílio não serão sujeitos a regras fiscais, como o teto de gastos, desde que sejam limitados a R\$ 44 bilhões. A promulgação da PEC pelo Congresso dará base legal para que o governo edite uma medida provisória (MP) com as regras para liberação dos repasses. O benefício médio seria de R\$ 250, mas os valores devem variar de R\$ 150 a R\$ 375, dependendo da composição familiar. A previsão é que o pagamento beneficiaria 46 milhões de domicílios.

O governo chegou a prever o início dos pagamentos para o dia 18 deste mês, mas a demora para promulgar a PEC adiou o cronograma, e a folha de pagamento do Bolsa Família de março já começou a rodar com os valores tradicionais. O novo plano é começar os repasses no início de abril para traba-

lhadores que não fazem parte do Bolsa Família.

Apesar do atraso previsto por técnicos do governo, na noite de ontem, o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), disse acreditar que o pagamento ainda poderia ser feito em março:

— Não teria problema. Eu espero que não. O auxílio será pago através de uma medida provisória, que tem efeito imediato. E isso está disponível para que a Economia possa operar com tranquilidade.

## IMPACTO NA POPULARIDADE

Diante do agravamento da pandemia no Brasil e das incertezas sobre o andamento da vacinação, integrantes do time do ministro da Economia, Paulo Guedes, passaram a discutir internamente a possibilidade da rodada do auxílio durar mais tempo. Esse cenário foi abordado em reuniões nos últimos dias, de acordo com fontes que acompanham o assunto.

Além do surto do novo coronavírus, entrou no radar a popularidade do presidente Jair Bolsonaro. Auxiliares próximos ao presidente avaliaram que o benefício foi importante para elevar a aprovação de Bolsonaro em 2020, e uma nova rodada pode ser decisiva neste ano.



Étapas. Após aprovação na Câmara, próxima etapa é edição de medida provisória com regras para pagar benefício



*“Eu fiquei 28 anos dentro da Câmara, sei como funciona lá. Então, nós temos que ter vitórias e, às vezes, a gente não pode ganhar de três a zero, quatro a zero, cinco a zero. Se ganhar de dois a um, é uma vitória”*

Jair Bolsonaro, presidente

Caso seja necessário gastar mais que os R\$ 44 bilhões autorizados ontem, o ministério deve propor uma nova PEC para permitir a continuidade do pagamento do benefício. Para um técnico da Economia, por se tratar de aumento de gastos, essa eventual proposta seria aprovada rapidamente. Procurada, a pasta não comentou.

As mudanças no texto aprovadas ontem diminuíram o impacto fiscal da PEC. As alterações concretizaram o acordo costurado após o PT apresentar uma proposta que acabaria com todas as medidas de contenção de gastos impostas a estados e municípios em crise fiscal. A retirada desse capítulo da PEC faria com que o projeto perdesse sua “espinha dorsal”.

## APOIO AO ACORDO

Com o acerto, servidores continuarão a ter direito a progressão automática e promoções, mesmo caso União, estados e municípios esturem o limite de gastos estabelecido no texto para definir e acionamento do chamado estado de emergência fiscal. Outras travas, como a vedação a reajustes concedidos voluntariamente por governadores e prefeitos, continuam valendo em caso de descontrole das finanças.

A medida beneficia todas as categorias de funcionalismo, mas foi articulada principalmente por representantes das forças de segurança, como policiais, com aval do presidente Jair Bolsonaro. Ontem, Bolsonaro disse que não se pode ganhar tudo no Congresso.

— Eu fiquei 28 anos dentro da Câmara, sei como funciona lá. Então, nós temos que ter vitórias e, às vezes, a gente não pode ganhar de três a zero, quatro a zero, cinco a zero. Se ganhar de dois a um, é uma vitória — declarou Bolsonaro durante encontro virtual da Frente Parlamentar da Micro e Pequena Empresa de 2021.

A desidratada deve ter um impacto bilionário. Nas contas do líder do governo, Ricardo Barros (PP-PR), a alteração reduz em R\$ 1,5 bilhão a economia prevista em um ano em caso de aprovação do texto sem alterações.

## O PASSO A PASSO DO BENEFÍCIO

### Guedes admite prorrogar

Após afirmar por meses que não estenderia o benefício encerrado em dezembro, o ministro Paulo Guedes admitiu, no início de fevereiro, que o programa poderia voltar, desde que fosse atrelado a um pacote de ajuste fiscal. Bolsonaro também confirmou planos para novos repasses, após pressão de parlamentares.

### Relator apresenta texto

Como apoio de Guedes, o relator da proposta no Senado, Márcio Brito (MDB-AC), apresentou um texto em que autoriza a volta do auxílio emergencial, mas impõe uma série de medidas para o controle de despesas de União, estados e municípios. Desiste, no entanto, de propor o fim dos pisos obrigatórios para saúde e educação.

### Congresso aprova

A proposta foi aprovada no Senado, na semana passada, e na Câmara, nesta semana. Um acordo costurado pelo governo, por outro lado, reduziu parte das medidas de controle de gastos ao retilhar da proposta a proibição de progressão automática e promoção de servidores durante situações de crise fiscal.

### Próxima etapa: a MP

Após a aprovação, a PEC será promulgada pelo Congresso. Em seguida, o governo vai editar uma medida provisória (MP) estabelecendo as regras para o pagamento do benefício e a sua duração. Só a partir da publicação da MP, o pagamento será liberado. A expectativa é de um benefício médio de R\$ 250.

SECRETARIA DE ECONOMIA  
MINISTÉRIO DA ECONOMIA

BRASIL

**AVISO DE LICITAÇÃO**  
Concorrência Pública SPU nº 25/2021

1. A Licitação tem por objeto a contratação de serviços de manutenção e conservação do patrimônio da União, tendo prazo de 15 dias úteis a contar da data de 11 de maio de 2021, no endereço eletrônico <https://www.gov.br/licitacoes>, representado por sua Comissão Permanente de Licitação, realizada até às 14:00 horas do dia 11 de maio de 2021, sendo este o prazo fixado para apresentação e classificação e das respectivas propostas para a execução do contrato para o âmbito da União e seguir regulamentadas, nas condições em que se encontram, na modalidade de CONCORRÊNCIA para maior oferta, respeitado o preço mínimo a eles atribuído.

Item	Localidade	Endereço	Quantidade	Unidade	Descrição	Preço Máximo
01	Dique de Caxias - RJ	Assessoria técnica para o Estruturamento do Canal Santa Antônia com altura de 800,00, 50%, 200m	5,000	Região de Inovação de 9ª Ocupação	Tenente	R\$ 4.200.000,00
02	Dique de Caxias - RJ	Assessoria técnica para o Estruturamento do Canal Santa Antônia com altura de 800,00, 50%, 200m	5,000	Região de Inovação de 9ª Ocupação	Tenente	R\$ 3.300.000,00

2. Os trabalhos da Comissão de Licitação obedecerão rigorosamente ao termo de Referência da Concorrência SPU nº 25/2021.

3. Informações sobre a Concorrência SPU nº 25/2021 poderão ser obtidas nos dias úteis, a partir de 15 de março de 2021, no horário das 14:30 às 17:00 horas, no endereço Av. Pres. Antônio Carlos, 375 - 314 - Caxias, RJ de Janeiro - RJ de 9h às 17h de segunda a sexta-feira, exceto feriados nacionais e dias de folga, no número (21) 2625-1000/004. Para mais informações, consulte o link <https://www.gov.br/licitacoes>.

HAVNER DE ALLEN CAR TEIXEIRA BEZERRA  
Presidente da Comissão Permanente de Licitação

# Guedes: redução de jornada será 'seguro-emprego'

Ideia do governo é que trabalhadores que tiverem corte de salário recebam antecipação do seguro-desemprego. Medida deve ser anunciada nos próximos dias. Segundo ministro, economia "está decolando" e crescimento pode superar 3,5% este ano

MANOEL VENTURA, GERALDA DOCA E GABRIEL SHENHARA  
comunicado@globo.com.br  
MONTAGEM

O ministro da Economia, Paulo Guedes, disse ontem que o novo programa que vai permitir suspensão de contrato e redução de salário e jornada — nos moldes da medida provisória (MP) 936, editada ano passado — funcionará como um "seguro-emprego". A ideia do governo é que trabalhadores que tiverem corte de salário recebam parte do vencimento como antecipação do seguro-desemprego.

— Nós temos o seguro-desemprego. A pessoa é mandada embora, e o governo dá R\$ 1 mil como seguro-desemprego. Por que não dar R\$ 500 para ter um seguro-emprego? Em vez de esperar alguém ser demitido e dar R\$ 1 mil, vamos evitar a demissão pagando os R\$ 500 antes. Em vez de uma cobertura de quatro, cinco meses, como é hoje o seguro-desemprego, vamos fazer uma cobertura de 11, 12 meses, pela metade do custo — disse Guedes, durante evento com parlamentares ligados a pequenas empresas.

Segundo técnicos, a nova medida vai autorizar suspensão de contrato e redução de jornada por um prazo máximo de quatro meses. Assim como

no ano passado, as empresas que aderirem terão que assegurar estabilidade dos empregados por igual período a contar de término do acordo.

## AJUDAMENOR NA DEMISSÃO

A ideia do governo é antecipar o seguro-desemprego e pagar menos parcelas do benefício caso o trabalhador que fez o acordo seja demitido no futuro.

A conta do ministro de cobertura por 11 meses considera um cenário no qual um trabalhador que hoje tem direito a cinco parcelas do seguro-desemprego passasse a fazer jus ao benefício por apenas três meses após o acordo. Dessa forma, o empregado ficaria quatro meses amparado no programa de redução de jornada, mais quatro meses estável e ainda receberia o seguro-desemprego por três meses, totalizando 11 meses de proteção.

Guedes não disse quando o governo vai anunciar o programa, que, em 2020, atingiu quase dez milhões de trabalhadores com mais de 20 milhões de acordos fechados, a um custo de R\$ 33 bilhões.

No ano passado, a medida provisória (MP) 936 permitiu a redução de salário e jornada em 70%, 50% e 25%, além da suspensão do contrato de trabalho. O governo pagava parte desse salário com base no valor do segu-



Otimismo. "Este ano temos uma taxa praticamente garantida de 3%, 3,5%, e pode ser muito mais", comenta Guedes

**Q** "A pessoa é mandada embora, e o governo dá R\$ 1 mil como seguro-desemprego. Por que não dar R\$ 500 para ter um seguro-emprego?"

Paulo Guedes, ministro da Economia

ro-desemprego a que o trabalhador teria direito. Agora, a ideia do governo é antecipar o seguro-desemprego.

Para isso, o governo deve usar recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT). Dos R\$ 78,7 bilhões de orçamento do FAT para 2021, R\$ 40,9 bilhões são para o seguro-desemprego.

A previsão era que o novo programa seguiria ainda ontem para o Palácio do Planalto e seria incorporado à MP 927, editada em março de 2020 e que permite acordos individuais para anteci-

par férias, feriados, banco de horas e suspensão do recolhimento do FGTS por quatro meses (março, abril, maio e junho). Os valores poderão ser parcelados em até seis meses após a pausa.

## ARRECAÇÃO RECORDE

O secretário especial de Trabalho do Ministério da Economia, Bruno Bianco, disse que a nova edição será lançada nos próximos dias.

— Dentro dos próximos dias, se tudo encaminhar como esperamos, lançaremos o novo BEm. Isso é fundamental

para todos os empresários.

Para indicar que o Brasil está crescendo, Guedes antecipou o resultado da arrecadação de impostos de fevereiro, que seria o maior para o mês da história. A arrecadação serve como um dos termômetros para medir a atividade econômica. Com mais atividade, o governo arrecada mais impostos.

— A arrecadação em fevereiro deste ano é recorde histórico para fevereiro. Janeiro deste ano teria sido maior ainda do que janeiro do ano passado. Janeiro e fevereiro deste ano vão ser maiores do que janeiro e fevereiro do ano passado — afirmou o ministro.

Depois de citar os resultados da arrecadação, o ministro disse que a economia "está decolando" e que o crescimento pode superar 3,5% este ano. A atual previsão do mercado, como mostra o boletim Focus, é de 3,26%.

— A economia está de novo decolando. A arrecadação no ano passado estava 25% acima do previsto ao final de fevereiro, o que indicava um crescimento potencial acima de 2%, 2,5%. Este ano temos uma taxa praticamente garantida de 3%, 3,5%, e pode ser muito mais, dependendo exatamente da nossa capacidade de juntos formularmos as soluções — afirmou o ministro.

## Secretário da Receita vive desgaste por causa de PEC

Atuação de Tostes para proteger recursos do Fisco provoca mal-estar dentro do governo

RUSARA SOARES, GERALDA DOCA E MANOEL VENTURA  
comunicado@globo.com.br  
MONTAGEM

A atuação do secretário especial da Receita Federal, José Barroso Tostes Neto, para desidratar a proposta de emenda à Constituição (PEC) do auxílio emergencial a fim de proteger o Fisco de medidas de ajuste fiscal causou mal-estar no Palácio do Planalto. A avaliação de fontes do governo é que Tostes ficou desgastado.

Apesar disso, ainda é cedo para dizer se o auxiliar do ministro da Economia, Paulo Guedes, será substituído. Tostes assumiu o cargo em setembro de 2019, no lugar de Marcos Cintra, demitido após defender a criação de um imposto nos moldes da CPME.

Nos últimos dias, o secretário articulou nos bastidores para retirar da PEC um trecho que acabava com a previsão de



Tostes. Para militares, eleição foi legal

recursos carimbados para a administração tributária — o que, segundo auditores fiscais, ameaçava acabar com a autonomia da Receita. Em reunião interna, Tostes chegou a pedir a Guedes que solicitasse a alteração à Secretaria de Governo.

Na Câmara, a proposta acabou sendo modificada. Segundo integrantes do governo que acompanharam as ne-

gociações, a manobra foi vista como um sinal de que o Executivo estava disposto a abrir mão de trechos do projeto, o que teria aberto brechas para desidratar ainda mais o texto.

A mudança representou uma derrota para o ministro da Economia, que sempre defendeu a desvinculação do Orçamento. Além disso, para os militares, a atitude de Tostes foi inadequada por ele ter se posicionado ao lado da categoria e não ter sido leal a seu chefe, Guedes.

A mudança também teve um efeito colateral sobre segmentos que haviam sido beneficiados pela PEC. Hoje, a Constituição proíbe vinculações de receitas a órgãos, mas admite exceções, entre elas a que beneficia o Fisco.

Na versão inicialmente aprovada na Câmara, foram incluídas nas exceções o Fundo Nacional de Segurança Pública e o Antidrogas, entre outros. Verbas para a defesa também entraram na lista.

A Receita é alvo de críticas constantes do presidente Jair Bolsonaro. Segundo fontes, o órgão é visto dentro do governo como um dos que mais cria dificuldades desnecessárias para as ações do Executivo.

## Maior preocupação de CEOs brasileiros são os impostos

A incerteza sobre a política tributária nos próximos meses é a principal preocupação dos executivos brasileiros, mais até do que a pandemia. É o que mostra a 24ª edição da Pesquisa Global com CEOs, realizada pela empresa de consultoria e auditoria PwC com 5.050 diretores exe-

cutivos de cem países.

Enquanto a reforma tributária patina no Congresso, a incerteza sobre as políticas de impostos são consideradas a maior ameaça aos negócios por 56% dos CEOs brasileiros. Para Marco Castro, sócio-presidente da PwC Brasil, o temor é que o governo eleve im-

postos para compensar os gastos do combate à pandemia.

Pandemia e outras questões sanitárias vêm em segundo, com 54%, seguidas por incerteza política (53%), aumento das obrigações tributárias (51%), crescimento econômico incerto (49%) e populismo (47%). O meio ambiente foi citado por 35% dos CEOs, quase o dobro do ano passado.

Sobre a economia mundial, 85% dos CEOs brasileiros estão otimistas — contra 76% globalmente. Em 2020, eram apenas 19%. (Vitor da Costa)

## Empreendedora, mãe e investidora.

pod isso, meninas?

Com  
NATHALIA LARGHI  
NAIARA BERTÃO  
e ANA LEON



Pode! Chegou o novo podcast de Valor Investe, o Pod isso, meninas?

Ouçã o mercado que fala a sua língua e descubra, em bom português, como se preparar para a aposentadoria, comprar um imóvel, escolher ações e muito mais. Pod isso, meninas? é informação clara, direta e descomplicada para responder às dúvidas reais do seu dia a dia sobre finanças pessoais.

Pod isso, meninas? vai ao ar toda segunda às 7h nas principais plataformas de áudio.



Ouçã aqui.

Valor **investe**

# PEC emergencial é aprovada em 2º turno na Câmara

Promulgação viabilizará edição da MP do auxílio emergencial

Por Marcelo Ribeiro — De Brasília

12/03/2021 05h00 · Atualizado há 5 horas

## PEC desidratada

O que permanece e o que foi tirado do relatório da PEC emergencial

### Mantido

Tema	O que prevê
■ Auxílio emergencial	Fora do teto de gastos e com custo total de R\$ 44 bilhões
■ Calamidade pública nacional	Se decretada, aciona gatilhos para conter despesas, como congelamento do salário de servidores
■ Emergência fiscal	Medidas de ajuste fiscal e gatilhos para União, Estados e municípios quando despesas se elevarem acima de um patamar
■ Dívida pública	Lei complementar deve trazer medidas para sustentabilidade da dívida
■ Benefícios tributários	Governo terá de apresentar plano para redução e corte desses benefícios
■ Precatórios	Estende para 2029 prazo para que Estados e municípios os paguem, mas desobriga União de oferecer financiamento para pagamento deles

### Retirado na Câmara\*

Tema	O que previa
■ Servidores públicos	Proíbe promoção e progressão de carreira durante emergência fiscal ou calamidade

emergencia fiscal ou calamidade

■ <b>Receitas tributárias</b>	Desvincula essas receitas para usos em áreas específicas, como meio ambiente, saúde e social
-------------------------------	--

## Retirado na Senado

Tema	O que previa
■ <b>Saúde e educação</b>	Extingue gasto mínimo com essas duas áreas
■ <b>Vinculações de receitas</b>	Extingue essas vinculações
■ <b>Municípios pequenos</b>	Extingue aqueles que não tenham recursos para se sustentar
■ <b>Fundos públicos</b>	Extingue esses fundos
■ <b>Servidores públicos</b>	Extingue obrigatoriedade de reajuste anual e cria gatilhos para reduzir jornada e salário em até 25% e para cortar 20% de cargos de confiança
■ <b>FAT</b>	Extingue transferências de recursos do fundo ao BNDES
■ <b>Emendas parlamentares</b>	Limita correção de valores delas
■ <b>Conselho Fiscal da República</b>	Cria esse grupo
■ <b>Dotação orçamentária</b>	Torna-se necessária para cumprir decisão judicial ou lei que aumente despesas
■ <b>TCU</b>	Torna-se instância superior a tribunais de conta estaduais e municipais

Fonte: Congresso Nacional. \*Votação dos destaques na Câmara dos Deputados ainda não havia se encerrado no fechamento desta edição

Após acordo costurado pelo líder do governo na Câmara, Ricardo Barros (PP-PR), para liberar as promoções e as progressões dos servidores públicos, os deputados caminhavam ontem à noite para concluir a análise da proposta de emenda constitucional (PEC) emergencial.

A sessão ocorria com mais tranquilidade do que na véspera e a expectativa era que a sessão do Congresso para promulgar o texto ocorresse hoje, mas ela acabou ficando para a próxima semana. O objetivo dos parlamentares é destravar rapidamente o envio da medida provisória (MP) que estabelecerá a retomada do pagamento do auxílio emergencial por quatro meses, entre março e junho.

Até o fechamento desta edição, os deputados ainda analisavam sugestões de mudanças apresentadas por bancadas partidárias. Para evitar surpresas como a do dia anterior, o governo foi atuante desde o início da sessão.

O ministro da Secretaria de Governo da Presidência, Luiz Eduardo Ramos, chegou ao Congresso antes da abertura da ordem do dia, com o objetivo de mobilizar os deputados e evitar novas desidratações no texto da PEC.

Antes de assumir o comando da sessão, o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), afirmou a jornalistas que a manutenção do texto era “imperiosa”, em função do acordo fechado horas antes. “O governo cedeu um pouco, o plenário da Câmara ajustou”, declarou.

Ele demonstrou confiança de que encerraria a apreciação da PEC ainda ontem. “É importantíssimo que nós terminemos hoje essa PEC, para dar tempo de se tomar as providências necessárias e passarmos para outros assuntos, que são justamente a reforma administrativa, com a CCJ [Comissão de Constituição e Justiça] já instalada, e a liberação do relatório”, disse Lira.

“Vamos trabalhar neste fim de semana para que se apresente também o mais rápido possível o relatório da reforma tributária”, acrescentou.

Depois de rejeitar dos requerimentos de obstrução com facilidade, a Câmara aprovou, com apoio de 366 deputados, o texto-base da PEC emergencial em segundo turno. Na sequência foram aprovados os destaques que liberaram promoções e progressões para servidores públicos. Segundo o líder do governo na Câmara, estimativas da equipe econômica apontam que o impacto da medida é de cerca de R\$ 1,5 bilhão por ano.

Com as emendas, a proibição deixará de ser incluída na Constituição e no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, conforme previam dispositivos previstos na PEC.

A concessão foi acertada ontem por Barros para evitar que os deputados acatassem, durante análise de primeiro-turno da PEC, um destaque do PT que

sugeria a retirada da PEC gatilhos de ajuste fiscal para os Estados e municípios quando a despesa corrente ultrapassar 95% da receita corrente.

Um dia antes, parlamentares já tinham desidratado o texto ao rejeitarem a desvinculação de receitas de impostos a fundos, despesas e órgãos específicos, entre eles a Receita Federal. Auditores fiscais pressionaram pela alteração por avaliarem que a medida poderia prejudicar o repasse de recursos para a Receita.

A aprovação da mudança jogou por terra o aceno de Lira sobre a possibilidade de emplacar a íntegra do texto do Senado. Na votação do destaque do PDT, 302 parlamentares votaram contra a mudança, seis a menos do que o necessário para derrubar a emenda.

Mesmo com relatos de parlamentares de que Guedes não seria favorável à desvinculação para a Receita Federal, o líder do governo na Câmara, desmentiu os rumores e orientou, sem sucesso, pela manutenção do texto.

“As pessoas receberam ligações dizendo que o Ministério da Economia estava favorável, mas não é verdade. A posição do governo é manter o texto”, assegurou Barros..

Na ocasião, o ministro Ramos, articulador político do Palácio do Planalto, precisou se deslocar para as dependências do Congresso Nacional para evitar que a derrota fosse ainda maior. Auxiliares da equipe econômica, como Esteves Colnago, assessor especial do ministro Paulo Guedes, também estiveram presentes para participar das articulações.

---

## Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

**Sapatilha especial a prova d'água é a melhor opção para não machucar os pés ou queimá-los na areia**

MOSALI

Saiba Mais

LINK PATROCINADO

**Novo gel clareador de manchas vira febre em Salvador**

## Governo prepara novo programa de crédito

Programa vai priorizar micro e pequenas empresas de setores mais afetados pela crise econômica

Por Mariana Ribeiro — De Brasília

12/03/2021 05h01 · Atualizado há 2 horas



Enquanto o Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe) não é retomado, o governo trabalha em um novo programa emergencial de crédito, voltado aos setores mais afetados pela crise, como os de eventos, bares e restaurantes e hoteleiro.

Em entrevista ao **Valor**, o secretário especial de Produtividade, Emprego e Competitividade do Ministério da Economia, Carlos Da Costa, explicou que a ideia é usar R\$ 1 bilhão do Fundo Garantidor de Investimentos (FGI) para liberar até R\$ 3 bilhões para as empresas.

“Estamos trabalhando agora em um projeto de lei, com o Congresso também, para usar esses recursos. Se a gente conseguir alavancagem de 3, seriam mais R\$ 3 bilhões na ponta”, afirmou o secretário. Ele explicou que a medida não traria impacto fiscal, pois o valor já está disponível, mas exigirá alterações legais.

O foco ficaria nas micro e pequenas empresas, além de parte das médias. Mas de setores específicos, já que o montante de recursos é limitado. “A ideia é que sejam direcionados exclusivamente para alguns setores mais críticos da economia. Temos uma metodologia para identificar quais são eles, não é nossa opinião”, acrescentou Da Costa.

O modelo deve ser parecido com o do Pronampe, mas com alavancagem e juros maiores que os praticados em 2020. Os parâmetros estão sendo discutidos com o Banco Central (BC). Segundo o secretário, o programa deve ser incorporado em projeto de lei já em andamento no Congresso. Após a aprovação, ele poderia ser colocado em funcionamento em um mês.

O Pronampe, de forma permanente, só deve começar a rodar no fim do primeiro semestre ou no começo do segundo. Isso porque, após aprovação no Congresso - o texto foi votado na quarta-feira pelo Senado e encaminhado à Câmara - e sanção presidencial, seriam necessários mais alguns meses para regulamentação. “Por mais



que a gente corra, há prazos inclusive regulamentares para isso”, disse, acrescentando que as datas também dependem do “timing do Congresso”. O governo defende alterações pontuais no texto em tramitação, explicou.

Na versão emergencial, que rodou no ano passado, o Pronampe liberou mais de R\$ 37 bilhões para quase 520 mil micro e pequenos empreendedores. A linha teve garantia de 100% de cada operação até o limite de 85% da carteira, taxa de juros máxima de 1,25% mais Selic ao ano, prazo de 36 meses para pagamento e carência de oito meses. O valor liberado foi de até 30% do faturamento anual da empresa.

Para que o Pronampe se torne perene, a ideia é que as garantias sejam menores, reduzindo a dependência do Tesouro Nacional. A versão 2020 do programa deve trazer prejuízo para o governo, disse Da Costa. Segundo ele, a calibragem deverá considerar as condições de mercado, levando em conta, inclusive, a estabilidade econômica do país. “Por isso nós fechamos com o Congresso de não definir valores antes.”

De acordo com o projeto, os juros poderão ser de até 6% ao ano mais Selic. “A ideia é ter a menor taxa possível com uma alavancagem que a gente acredita que possa chegar a três. Garantia de 33% ou 35%”, disse o secretário, frisando que os valores não estão fechados.

Em relação ao orçamento do programa, citou os R\$ 4,8 bilhões indicados na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado, mas destacou que esse espaço não está garantido no Orçamento. “É um exemplo daquilo que a gente sempre fala: que uma das atividades mais nobres do Parlamento é escolher prioridades orçamentárias.”

Outro alívio para as empresas enquanto não voltam os programas governamentais, explicou, vem da extensão do prazo de carência dos empréstimos realizados em 2020. O governo já havia aumentado o prazo de oito para 11 meses. Agora, o projeto aprovado pelo Senado ampliou o período por mais seis meses. Segundo Da Costa, essa medida tem apoio da equipe econômica. De acordo com ele, também está em estudo o aumento do prazo para pagamento, embora ainda não haja definição sobre esse ponto.

Na linha das medidas estruturais, o secretário afirmou que, além do Pronampe, há o Sistema Nacional de Garantias, que está em fase de regulamentação e deve começar a funcionar ainda neste ano, e as medidas de aumento de concorrência decorrentes do open banking. “Também vai ter impacto muito grande para ter mais informação e concorrência no mercado bancário, fazendo com que crédito aumente na ponta.”

A falta de crédito para os pequenos negócios é um problema que vem se arrastando no país há muito tempo, disse o secretário. Durante a pandemia, esse tema se tornou mais grave e, ao criar programas, a equipe econômica buscou atacar três dificuldades enfrentadas pelas empresas: informalidade, falta de garantias e concentração bancária.

---

## Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

---

LINK PATROCINADO

**O sutiã mais procurado pelas mulheres agora no Brasil**

SUTIÃ 5D

LINK PATROCINADO

**Relógio militar está conquistando homens pelo Brasil**

RELÓGIO STRONG SHOCK

LINK PATROCINADO

**Novo gel clareador de manchas vira febre em Salvador**

MELAN-FREE

LINK PATROCINADO

**Beba 1 copo antes de dormir e veja sua gordura queimar descontroladamente**

MANUAL DA DIETA FLEXÍVEL

LINK PATROCINADO

**Sapatilha especial a prova d'água é a melhor opção para não machucar os pés ou queimá-los na areia**

MOSALI

LINK PATROCINADO

**Mulher clareia manchas do rosto e viraliza em Salvador**

MELAN-FREE

# Guedes diz que arrecadação será recorde em fevereiro

Guedes diz que medidas para ajudar empresas e empregos serão renovadas

Por Mariana Ribeiro e Edna Simão — De Brasília

12/03/2021 05h01 · Atualizado há 2 horas

---

O ministro da Economia, Paulo Guedes, disse ontem que a economia brasileira está começando “a decolar de novo” e reforçou que o presidente Jair Bolsonaro “desde o início tem dito que economia e saúde andam juntas”.

Segundo ele, os próximos passos seguem essa orientação. O Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe) e o Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda (BEm) deverão ser renovados e que “novas medidas” devem ser anunciadas em breve.

O ministro informou que a arrecadação de tributos referente a fevereiro, que será divulgada nas próximas semanas pela Receita Federal, será recorde histórico para o mês. Ele voltou a destacar que “a palavra de ordem é vacinação em massa”. E acrescentou: “Tem que cuidar da saúde, evidentemente; mas não podemos descuidar da economia”.

“Nós temos seguro-desemprego, a pessoa é mandada embora e o governo dá R\$ 1 mil. Por que não dar R\$ 500 para ter um seguro-emprego? Em vez de esperar alguém ser demitido e dar R\$ 1 mil, vamos evitar a demissão pagando os R\$ 500 antes. Um seguro-emprego”, disse em reunião da Frente Parlamentar da Micro e Pequena Empresa, onde falou ao lado do presidente.

O ministro acrescentou que ao “invés de uma cobertura de quatro ou cinco meses, como é hoje o seguro-desemprego”, haverá uma “cobertura de 11 meses, 12 meses pela metade do custo”. A ideia da equipe econômica é renovar o BEm por mais quatro meses. Como o programa tem impacto fiscal, uma possibilidade é que o custo seja dividido com o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) por meio da antecipação de parcelas do seguro-desemprego.

Assim como no ano passado, a empresa que aderir ao programa terá que garantir ao trabalhador uma estabilidade pelo mesmo período de tempo que se beneficiou do auxílio do governo, ou seja, até no máximo quatro meses dependendo do acordo fechado.

Se prosperar a divisão dos custos com o FAT, o governo ainda vai assegurar o pagamento de até três meses de seguro-desemprego (em caso de demissão). Por isso o ministro disse que o trabalhador estaria protegido por até 11 meses, tempo para atravessar esse período mais difícil da pandemia.

O representante da Força Sindical no Conselho Deliberativo do FAT (Codefat), Sérgio Luiz Leite, disse que “não tem sentido um programa de proteção ao emprego que utiliza um programa de proteção pós -emprego”. Ele diz que, quando o período de estabilidade do programa acabar, o trabalhador poderá perder o emprego e não ter o auxílio necessário pois o seguro-desemprego foi utilizado pelo governo para ajudar no financiamento da folha de pagamento das empresas. No ano passado, a União assumiu todo o custo.

No cardápio de medidas, ainda há a flexibilização temporária das regras trabalhistas para permitir, por exemplo, a antecipação de férias, decretação de férias coletivas; aproveitamento e antecipação de feriados, diferimento (adiamento) do recolhimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), flexibilização de regra de bancos de horas. **(Colaboraram Fabio Murakawa e Matheus Schuch)**

# O preço dos combustíveis e o monopólio do refino

Com novos atores no refino, seria impossível ao governo controlar preços

Por Winston Fritsch

12/03/2021 05h01 · Atualizado há 5 horas





— Foto: Pablo Jacob/Agência O Globo

A interferência do governo nos preços praticados pela Petrobras nas suas refinarias é, infelizmente, algo tradicional no Brasil. Durante muitos anos foi um importante ingrediente de políticas anti-inflacionárias baseadas em controle de preços administrados pelo governo que hoje, mais de um quarto de século depois do real, parecem jurássicas. No início, havia compensações à empresa através de conta especial mas, no governo do PT, foi administrada sem anestesia, causando gigantesco prejuízo aos acionistas e ações legais contra a empresa.

E num país onde a demanda por álcool e gasolina estão diretamente correlacionadas pela fácil substituição entre combustíveis, a interferência arbitrária reduzindo o preço da gasolina, que determina diretamente o preço do etanol no Brasil, teve ainda impacto devastador sobre o setor sucroalcooleiro. Ou seja, é uma política a ser evitada.

## **Submetendo-se a controle de preços a Petrobras teria de adiar a venda das refinarias, o que seria um completo desastre**

No governo Temer, a ameaça de nova intervenção do governo foi afastada pelo compromisso explícito com o alinhamento dos preços pagos à Petrobras à paridade internacional, necessária para defender a então delicadíssima posição financeira da companhia. Mas esta política foi posta em xeque em maio de 2018 quando, como agora, uma combinação perversa de aumento dos preços de petróleo e câmbio levou a um salto do preço do diesel em reais, deflagrando uma violenta greve dos caminhoneiros.

A crise de 2018 foi um prelúdio da crise atual. A enorme pressão sobre o governo causada pela politização da greve em meio ao processo sucessório provocou a

demissão sumária de um competente presidente que sinalizou, como agora, a possibilidade de nova interferência nos preços. Mas, felizmente, prevaleceu o bom senso e achou-se então uma solução de compromisso, através de um subsídio temporário ao diesel, mantendo-se a autonomia da Petrobras na condução de uma correta política de preços.

No início do governo Bolsonaro, a indicação de um novo presidente da Petrobras que declarou-se publicamente contrário a intervenções do governo nos preços e manteve em linhas gerais a política de seu predecessor, tranquilizou os mercados. Além disso, a nova administração consolidou compromisso com o Cade de promover aceleradamente a venda de metade da capacidade de refino da empresa. Com isto acabaria o monopólio do refino, que permite o arbítrio da Petrobras na formação dos preços de combustíveis no Brasil. Terminariam, assim, não só práticas da empresa como a equalização nacional de preços, que geram subsídios regionais cruzados, a repressão a importações competitivas e várias outras distorções mas, principalmente e para sempre, a possibilidade de que seu controlador intervenha para definir os preços de combustíveis.

De fato, com a entrada de novos atores no mercado de refino seria impossível ao governo impor o controle de preços através da influência apenas sobre os preços da Petrobras, como feito historicamente. O controle de preços só seria possível através de um tabelamento de preços de todo o setor de refino somado à imposição de um imposto sobre a exportação de combustíveis, para evitar que a fuga ao tabelamento via exportações causasse desabastecimento. A intervenção também inibiria os investimentos dos novos produtores privados e os consequentes aumentos de eficiência que seriam transferidos para o consumidor via menores preços através da competição entre as refinarias. Como tal violência contra a economia de mercado seria hoje difícil no Brasil, o início do processo de venda das refinarias consolidou a expectativa do fim da interferência do governo nos preços.

Entretanto, a nova administração não definiu claramente a regra que usaria para suavizar o choque de flutuações de curto prazo na paridade internacional sobre os preços domésticos e, ao ter que lidar com o repasse da recente combinação perversa de aumentos sincronizados do preço internacional do petróleo com a desvalorização da taxa de câmbio, a Petrobras errou a mão. E, desta vez, o salto nos preços de diesel e gasolina não irritou apenas os caminhoneiros. De acordo com

pesquisa de opinião divulgada em fins de fevereiro, cerca de 60% da população é favorável a algum controle de preços, proporção que sobe para 74% entre os que aprovam o governo.

A dimensão política do problema revelada por esses dados e seu potencial impacto sobre a já decrescente popularidade do governo está na raiz da reação do presidente Bolsonaro ao afastar, com grande alarde, o presidente da empresa que, para os investidores, era o garantidor da não interferência. Essa reação precipitada, além de derrubar instantaneamente o preço das ações da Petrobras, levou à demissão de vários Conselheiros e colocou a empresa em um beco sem saída: submetendo-se ao controle de preços ela terá que adiar sine die o processo de venda das refinarias. Isso seria um completo desastre para a empresa, pois esse desinvestimento vai ajudar a reduzir sua dívida líquida e permitir a concentração de sua capacidade gerencial e financeira no aumento da exploração e produção de petróleo - negócio de alta margem e importância estratégica para o país.

A saída para evitar um grande dano à Petrobras pode e deve ser dada pelo próprio governo, seu maior acionista e quem gerou as atuais incertezas. Depois de promover rapidamente uma recomposição de qualidade de seu Conselho de Administração, o governo deve agora deixar claro de uma vez por todas que a resposta política ao descontentamento dos consumidores não é algo que deva ser resolvido passando a conta do aumento do preço do petróleo - que a empresa não controla - para os seus acionistas.

Para resolver definitivamente esse imbroglío, com ganhos de longo prazo para os consumidores, o governo deve simplesmente manter o compromisso com o fim do monopólio do refino e, se realmente desejado pela sociedade, criar um subsídio compensatório explícito e tecnicamente bem desenhado. E para isto não precisa reinventar a roda. Só precisa ver de onde o Brasil vai tirar o dinheiro nessa época de vacas magras para andar na contramão da tendência global de desestimular o uso de combustíveis fósseis.

**Winston Fritsch é empresário, professor da PUC-Rio e PhD em Economia pela Universidade de Cambridge.**

---



LINK PATROCINADO

### Relógio militar está conquistando homens pelo Brasil

RELÓGIO STRONG SHOCK

LINK PATROCINADO

### Novo gel clareador de manchas vira febre em Salvador

MELAN-FREE

LINK PATROCINADO

### Beba 1 copo antes de dormir e veja sua gordura queimar descontroladamente

MANUAL DA DIETA FLEXÍVEL

LINK PATROCINADO

### Mitsubishi Pajero Sport - A New Legend

MITSUBISHI MOTORS

Saiba Mais

LINK PATROCINADO

### Relógio de luxo por um preço justo!

USE ALFA

LINK PATROCINADO

### Mulher clareia manchas do rosto e viraliza em Salvador

MELAN-FREE

por taboola

## Conteúdo Publicitário

VALOR INVESTE

### BTG mantém recomendação 'neutra' para ações da Wiz

VALOR INVESTE

### BR Distribuidora deverá divulgar fortes resultados nesta semana, diz Credit Suisse

VALOR INVESTE

### Luiza Trajano, do Magazine Luiza, diz a revista que não será candidata em 2022

 COMENTÁRIOS